

David Martins de Sousa

O Exodo da Terra Prometida

O Império: Formação Vida e Entrega



DAVID MARTINS DE SOUSA
(De Senectute)



O EXODO DA TERRA PROMETIDA
O IMPÉRIO : FORMAÇÃO, VIDA E ENTREGA

Editora www.bubok.pt

O EXODO DA TERRA PROMETIDA

Autor: David Martins de Sousa

Editor : BUBOK Publishing- S.L.

Depósito Legal : M-2896-2011

ISBN: 978-84-9981-317-2

«Por esta razão poderosa, (a compreensão especulativa de um longo processo), o supremo cumprimento do espírito consiste, de acordo com isto, em entender a sua própria história, isto é, não em fazer uma “súmula” de factos históricos mas a penetrante reflexão sobre os mesmos.»

Hegel

«Aquele que não entende a sua história, a desdenha e desvia o seu percurso enganando o povo, com falsidade e desejos pessoais não é sábio mas sofre de profunda lepra cerebral e merece a morte.»

*Lívio Apolónio
Sec. IV*

«Ó tu Sertório ó nobre Coreolano,
Catilina e vós outros dos antigos,
Se contra vossas pátrias, com profano
Coração, vos tornastes inimigos,
Se lá no reino escuro de Sumano
Sofreis merecidíssimos castigos,
Dizei-lhe que entre os Portugueses
Alguns traidores houve algumas vezes.»

Camões, Lusíadas

ÍNDICE

	Pag.
PRÓLOGO _____	4
1 - A CASA LUSITANA NOS ANOS 40 E 50 _____	11
2 - A TERRA PROMETIDA _____	30
3 - QUADROS DA CELA _____	47
4 - A ESTRATÉGIA PRÉ-EXPANSIONISTA _____	93
5 - A ESTRATÉGIA DA EXPANSÃO _____	97
6 - O MAR E PORTUGAL _____	124
7 - OS VENTOS DA HISTÓRIA _____	184
8 - CONSEQUÊNCIAS DA DESCOLONIZAÇÃO EXEMPLAR _____	201
9 - EPÍLOGO _____	205
BIBLIOGRAFIA _____	208

*Aos meus netos para saber e entender a história recente do País
Aos meus filhos que são angolanos,
Às crianças e jovens seus amigos,
Aos homens que como eu ajudaram ou construíram a Cela,
Ao Zé Coutinho,
Ao Manuel Machado,
Ao Luís Armada
Ao Governador Santos e Castro
Aos mortos que tombaram e foram desconsiderados e ainda chorados
A todos os angolanos brancos pretos e mestiços*

PRÓLOGO

Um Senhor, escritor com algum sucesso, respondeu a um jornalista:

- Assim acontece porque eu escrevo-me quando escrevo; escrevo-me porque sinto, escrevo-me porque leio, escrevo-me porque vejo e julgo.

Como entendi a resposta!

Agora também me escrevo.

Em Angola trabalhei, plantei, ensinei, fui pai, ri-me, chorei, estive, por algumas horas preso, a céu aberto, juntamente com um comboio de cerca de 50 viaturas ligeiras e pesadas, emboscado, juntamente com gentes de diversas pigmentações, fui agarrado pelos braços e arrastado uns metros à presença do comando: um jovem casal de angolanos, negros ele de barrete de pele de gato bravo e ela, de cabelo liso, de lenço azul-escuro na cabeça.

Sobre mim caiu o firmamento.

Cheio de medo, vi-me morto ali na Maria Teresa e comigo a incerteza da mulher e filhos, de tudo. Imaginei ali mesmo saque e morte. A todos.

Interrogaram-me, por sinal, cortesmente e logo vi tratar-se de gente urbana, europeizada, com boa pronúncia de português chefiando uma horda de sanguinários famintos.

Inventando calma, respondi às questões e acabei por dizer, resumidamente, que todos os que estavam ali eram tão angolanos como eles, queriam o mesmo que eles e que não tinham morto nem andado aos tiros com ninguém.

Falaram em quimbundo com os dois que me arrastaram, estes dirigiram-se a uns camiões, mandaram descarregar sacos de farinha, feijão e outras coisas; a mim, um garoto de 8 anos, mais ou menos, abriu a porta do meu carro, apontou a um guerrilheiro para os meus óculos de sol, agarrou neles e ao tentar colocá-los levou um safanão valente e os óculos ficaram nas mãos do homem.

Ficaram presos um camionista negro, o seu ajudante e o seu camião. Presumo que por questões partidárias.

A coluna foi mandada seguir e, no Alto do Dondo, bifurcou-se: uns para norte outros para sul.

Nunca mais viajei de carro para fora da Cela.

O nosso exército não dava protecção a ninguém. Bebia à farta. E Alvor e a independência não estavam realizadas. Mas, em terra portuguesa, flutuavam apenas as bandeiras dos movimentos frente aos olhos do nosso exército.

O exército português capitulara. Bebia cerveja «cuca» com os vencedores. Faltavam apenas as ordens dos «meninos de Alvor» para o saque, carniça e submissão.

Jamais pensei dar à estampa estas folhas inclusivamente neste momento crítico da nação, pois tenho consciência de que falar ainda hoje sobre a “descolonização exemplar” operada por políticos e hordas populares ignorantes, sob batuta dos partidos, é arriscado pois as feridas ainda não sararam em muita gente. Em mim, pelo menos.

Aproveitando ainda o centenário da Republica data em que muitos rejubilam e celebram a pobreza mental e económica como um paraíso e calam o amor patriótico daqueles homens que cantaram lutando contra o ultimatum inglês, esta é a minha homenagem a esses bravos em cujas ideias, visões e campas os novos republicanos incultos e sem valores históricos e éticos dançaram para espezinhar mais e mais a unidade nacional.

Em Angola, quem não sentia liberdade no pensamento e no corpo, generoso como a chuva que caía copiosamente, dono das planícies como o trovão que sobre elas ribombava e sentir-se ao mesmo tempo pequeno perante a imensidão da natureza no seu maior, pequenez que no fundo era de paz, de tranquilidade, de sonho?

Alguém afirmou que ainda subsistem “bandos” submissos a ideologias e pessoas que pretendem fazer induzir mentira na história, arrasando-a, indo até ao ponto de dizer que tudo está mal desde a fundação da nacionalidade e que os “retornados “ outra coisa não foram que exploradores de pretos, habilidosos comerciais, oportunistas sem vergonha ou aventureiros sem escrúpulos.

Nunca pensei que hoje ainda houvesse estas mentalidades mesquinhas e tendenciosas em portugueses completamente ignorantes da história. Dos brancos, dos pretos e dos outros. Mas a verdade é que os há. E mais do que se pensa.

Para memória futura e para os meus filhos e meus netos recordar, fiz uns apontamentos do que vivi e assisti vivendo.

Dou apenas alguns retratos. Não são casos isolados. Cada um representa centenas de casos iguais.

Não são contos de fadas. É a vivência de longos anos, de ler a história dos homens escrita no tempo pelos HOMENS capazes de empenhar as barbas se isso necessário fosse, de voz cava, de sentir sincero, de empreender com suor. Desde 1954 até 1975.

E se alguém contestar ou vier enquadrar tais linhas em comentários tendenciosos ou mesquinhos, por vendidos, não me fará massa.

Sou um homem livre que penso e julgo como um dos filhos do nosso povo, de origem humilde, não sofrendo, graças a Deus, de iliteracia tão vulgar nos nossos dias. Sou eu, eu mesmo.

Os povoadores, lá chegados, olhando a terra, sabiam o que fazer e, em caso de insucesso, ganhavam e de que maneira, uma experiência que jamais repetiriam. Foram no entanto sempre acompanhados e aconselhados por técnicos.

Nunca foram deixados ao seu destino pelos responsáveis.

No entanto quanto construíram, quanto juntaram, os descolonizadores tiraram-lhes tudo, fazendo deles vítimas e desrespeitando os mais elementares direitos humanos, como ferozes ditadores dizendo simultaneamente que combatiam a ditadura, ou mais bem dito, deram tudo a terceiros sem os ouvir na sucessão dos bens.

Nada tinha sido feito pelos descolonizadores: nem aldeias, nem vilas, nem cidades, nem campos, nem pontes, nem plantações. Nada. Só tinham deles o ódio ao governo, a inveja a quem progredia, a expectativa de um oportunismo político, o desprezo por quem os sustentou e engrandeceu a Pátria.

Foi o que aconteceu na descolonização exemplar; deram tudo incluindo vidas e haveres.

As áreas de cultura e pecuária, foram pagas. A prestação, é certo. Mas foram pagas. E mais. Constavam dos serviços Geográfico-Cadastrais de Luanda, da J.P.P. e ainda do Cadastro Nacional. Eram deles. Regadas com o seu suor, com o pinotear dos seus filhos em traquinas brincadeiras.

O que se fez foi um roubo um holocausto autêntico de brancos pretos e mestiços Uns quaisquer, alguns deles advogados de profissão, pobres em tudo e sobretudo em “ bestunto “ entregaram o que não era deles a troco de sua vaidade e presunção. Decidiram então por si. Hoje dizem que foram apenas amanuenses. Mas a língua por vezes foge e a verdade é dita por eles próprios

Eles sabem melhor que todos o que os levou ao banho de sangue dos colonos e africanos. E todos afirmam ter procedido bem.

Mas por que códigos estudaram? Que sentido de humanidade tinham?

O livro deles foi, era e é ainda o ódio, a vontade do poder, o desprezo pelos direitos humanos dos outros a defesa das suas contas bancárias que toda a gente desconhece, afirmando-se no entanto como grandes lutadores por eles.

Mas seriam só esses ideais? Só? Que recompensas?

Em Angola, a colonização do interior economicamente era de carácter agro-pecuário embora nas cidades portuárias, sobretudo, surgissem as grandes indústrias produtoras e transformadoras.

Nas áreas costeiras do centro e sul, a pesca, o comércio, a extracção do sal, as indústrias conserveiras estavam em bom ritmo.

Além disto e como apontamento, as madeiras, os mármore, diamantes, ferro, outros minerais e, por último, o petróleo.

No entanto, e é importante salientar que, a partir da grande aventura marítima, foram ficando portugueses estabelecidos ao longo da costa africana, encarregados de estabelecer relações amistosas com os povos aí residentes e, com toda a certeza histórica, relações económicas para comercializar produtos necessários não só a Portugal mas também a outros países europeus com os quais transaccionávamos bens. Tudo não passava de localizações costeiras para onde depois se encaminhavam grupos do interior oriundos de comunidades nativas. Muitos destes povos se estabeleceram junto dos portugueses para com eles aprenderem artes e ofícios do velho continente.

Esta junção e comunicação pacíficas e o desenvolvimento cada vez mais estreitos de relações a todos beneficiou.

O interior, a princípio, permanecia contudo “virgem” de europeus.

Só mais tarde após as campanhas de África para pacificação de tribos muitas delas que beligeravam sobretudo entre si e outras que para tal eram municadas para se insurgirem contra os portugueses sobretudo pela nossa aliada Inglaterra, pela Bélgica, Alemanha e Holanda, é que se iniciou essa tremenda cruzada de penetração para o interior depois da exploração de todo o interior de Angola até Moçambique pelos exploradores Brito Capelo e Roberto Ivens que nos deixaram em obra valiosa toda essa espantosa e difícil aventura - “De Angola à Contra-Costa” - o que originou quezílias entre Inglaterra e Portugal e que terminou por graves manifestações

contra Londres e de apoio às medidas tomadas por Portugal que, por fim, nada deram de bom resultado. Perdemos esse espaço que ligava Angola a Moçambique – as terras do “ Mapa Cor-de-rosa “

Mas talvez não saiba o leitor quem mais vociferou em comícios efectuados para comemorar efemérides nacionais:

Foi precisamente a “ Geração de 70 “, republicana e laica, talvez mais ignorante e impreparada dos egoísmos partidários e de ambição do poder dos que hoje se afirmam republicanos e laicos e que não gostam da monarquia por se ter de inclinar e beijar a mão ao D. Duarte se ele viesse a reinar – (isto é verdade pois já ouvi esta justificação) a primeira bola de neve que minou a monarquia, e depois se organizou no “Cenáculo” continuando a esburacar os princípios monárquicos e que sempre se bateu e defendeu pela integridade do ultramar como pertença de Portugal.

Mas os nossos republicano-laicos só aproveitam destes ilustres membros e filhos da casa lusitana aquilo que lhes convém: o anti-clericalismo, o republicanismo, a independência intelectual, a crítica social, etc., pois sabem que poucos portugueses, ultramarinos ou nacionais, conhecem estas coisas. E que bom é para alguns o “bota-abaixo”, de alguns estribados em grandes nomes dos nossos maiores!!!

É a nova classe de profissionais sem carta. «Os achistas». Eu acho que...

A rapaziada da revolução cuspiu em grandes portugueses seus colegas, cuspiu no povo, não teve cabeça para levar a cabo a independência e a liberdade.

O seu fito era outro, sem ideias plausíveis e justificadas, fincadas apenas no ódio que chamaram liberdade sem responsabilidade e na procura de um futuro “tacho” internacional ou político local, de um novo neocolonialismo, de uma nova ordem nacional de uma mais feroz e corrupta ditadura.

O 25 de Abril era necessário. Urgia a democracia despontar, alicerçar-se e estabilizar-se. Urgia a independência para as colónias em moldes saudáveis e com acordos bilaterais. Brancos e pretos, pelo menos em Angola, sonhavam por isso. Mereciam respeito pelo que fizeram e construíram.

Havia já organizações políticas para avançar um dia e onde todos cabiam.

A tropa de Alvor ignorou-os. Era coisa secundária. Ouvi-los e respeitá-los, para quê se eles eram os únicos sábios e senhores?

Os intervenientes no processo de descolonização, eram ignorantes das lides políticas, sociais e do viver das gentes.

Era necessária uma revolução que levasse a cabo uma transformação política na sociedade portuguesa. O que aconteceu ... é isto que se está a passar.

É claro que pela demonstração de força é que essa transformação se podia operar. Mas, caída a ditadura, devia entregar-se a gente capaz, que a havia e em bom número, a cruzada da transformação nacional como aliás proclamava o manifesto do MFA. Mas até este foi desprezado.

Com o ódio, com a colagem partidária e ideológica, com a impreparação dos actores entrados em cena, resultou um colapso nacional que ainda dura.

A história, incontestável e incontornável a seguir descrita é clara.

1 – A CASA LUSITANA NOS ANOS 40/50

Neste período Portugal vinha de sofrer mas ainda sofria em menor grau, social, política e economicamente profundas transformações que obrigavam, consequentemente, a rápidas alterações políticas. E, muitas vezes a pressa é inimiga da perfeição.

Um consciente comentador político, coisa rara em Portugal, afirmou há tempos que cerca de 95% da população portuguesa desconhecia completamente as causas e consequências das mudanças na vida nacional nesse tempo e, daí, as constantes críticas e reivindicações a tudo, levada pela habilidade pouco cuidada, para não dizer falaciosa e tendenciosa dos partidos e comentadores políticos actuais.

No início dos anos 40 a Espanha, nossa vizinha do lado, anos antes, tinha sido assustadoramente arrasada por uma guerra civil, cruenta e destruidora e de tal forma irracional que, os seus filhos de ideologia comunista, para além da luta contra seus irmãos nacionalistas, enviaram comboios de crianças para a URSS juntamente com grande parte das suas reservas de ouro, guerra que só veio a terminar com a intervenção das forças hispano-marroquinas estacionadas em África, sob o comando do general Francisco Franco que, após confrontos violentos, obtiveram a vitória levando o general ao poder que instalou uma ditadura conhecida vulgarmente por Franquismo acabando por perseguir tudo o que indicasse socialismo mas que soube manobrar e governar o país completamente destruído pela guerra, sem estruturas financeiras e que se levantou devido a rigorosas e firmes medidas de contenção e sacrifícios que obrigaram os espanhóis a utilizar o engenho e arte que tinham desde séculos, assentes no orgulho histórico e pátrio, relançando novamente a Espanha para uma nova e florescente nação. Assim aconteceu antes do sec. XXI.

Vulnerável e muito, a fronteira luso-espanhola, foi caminho calcorreado pelos dois lados que levavam sobretudo bens de primeira necessidade e não só, desde ovos a tabaco, café e outros produtos.

Foi a época célebre do contrabando narrada magistralmente por Torga.

No entanto as ideias políticas que lançaram a guerra civil em Espanha, também já corriam a bom ritmo pela Europa e por outros continentes de língua espanhola – na América do Sul – originando que a ditadura se instalasse como tipo de governo, usando também a repressão contra o ideário e seguidismo gregário do marxismo-leninismo.

A rádio de Moscovo em seus noticiários em língua portuguesa e espanhola para todo o mundo apregoava: «Salazar em Portugal, Franco na Espanha e Peron na Argentina são criminosos de guerra».

Em Portugal havia entretanto passado pouco mais de 11 anos que o movimento militar denominado 28 de Maio e chefiado pelo general Costa Gomes havia avançado de Braga sobre Lisboa e veio acabar com a balbúrdia político- anárquica que tinha assente arraiais de desordem em todo a país desde o fim da monarquia, com contestações, com greves e que se expandia a passos largos por todo o lado, definhando o país orientando-o no sentido de uma guerra civil semelhante à espanhola.

Por causa da «politiquice», da desunião política, da falta de união entre os próprios portugueses que levavam a que o governo mudasse de um dia para outro e, mesmo a nível daquilo que hoje consideramos poder autárquico, estava incontornável e ingovernável.

Os partidos tudo prometiam a todo a gente e, com uns copos de vinho apenas se comprava adeptos, e muitos também se vendiam.

Era o tempo da romântica ilusão do arroz e do bacalhau a «pataco».

Desde a implantação da República até à 1ª ditadura militar, ocorreram 8 eleições presidenciais e 45 governamentais e a lista de analfabetismo rondava os 78%.

O 28 de Maio foi, segundo a história, quer se queira ou não, quer seja ou não politicamente correcto, um golpe militar cirúrgico que evitou males piores: anarquia generalizada que podia levar à guerra, instalando-se por isso uma ditadura, acabando com os partidos políticos evitando também com uma nova albanização ou mexicanização do rectângulo ibérico.

Nesta altura em quase toda a Europa que tinha sofrido dos horrores e consequências da Primeira Grande Guerra surgiram diversos grupos idealistas, a maior parte dele anárquicos, vulgo partidos comunistas e outros novos partidos e, aqueles estados que tinham ou iniciavam a sua retoma económica, quer industrial quer comercial, enveredaram por governos fascistas, ou seja, segundo a etimologia da palavra, um governante detinha todos os poderes em sua mão, (o “ditador” romano), auxiliado entretanto por ministros para evitar a” ditadura do proletariado” “Trotskysta” que avançava de forma avassaladora, qual tsunami, por todo o mundo.

As nações europeias que enveredaram por tais formas de governo foram a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini, a Espanha de Franco e Portugal de Salazar e ainda a União Soviética de Estaline se bem que esta última fosse uma ditadura socialista.

O comunismo tornou-se num medo para a maior parte das populações europeias acabadas de sair de um período grave e nós não podíamos fugir à regra porque estávamos ainda num espaço seriamente vulnerável.

Dentro destas ditaduras, todas elas fascistas, com todos os poderes num só homem, a alemã, soviética e italiana ficaram conhecidas por serem extremistas e sanguinárias enquanto que a espanhola e a portuguesa, embora com erros muito dolorosos, podemos considerá-las como ditaduras censórias e policiais.

E classificá-las mais que isto, sobretudo as ocidentais, é entrar em jogos florais políticos e de ódio, pois a história feita, por homens e para os homens, assim as resumiram.

A anarquia e os ódios comunistas nas comunidades ibéricas sobretudo agrícolas e industriais, geraram pavor. E da mesma forma pediam soluções para haver segurança.

Mas porquê se gerou tanto pavor ao comunismo?

Porque se faz por esquecer as coisas de bom que se fizeram no tempo da ditadura portuguesa?

Porque é de interesse político.

E ainda hoje há muito para dizer e explicar mas não se faz. É politicamente correcto e sobretudo interessante (que interessa). Rapidamente. Com verdade.

Mas vejamos.

H. Smith, in “Internacional Council Correspondence”, Vol. 3, nº 4 de Abril de 1937, revista publicada nos USA por um grupo de comunistas diz em resumo: «só pode haver comunistas onde haja um forte poder capitalista.

O capital é um sistema internacional mas se os operários se apoderarem do poder num país atrasado, esperando que os outros povos lhes sigam o exemplo... não estamos perante uma ditadura do proletariado? Quando os trabalhadores tomam o poder nas ilhas Fiji, qual o alcance mundial de tal acontecimento? Os trabalhadores tomaram o poder nas ilhas Fiji; só; nem mais nem menos.

Será que os operários, associados aos bolcheviques tomaram o poder de armas em punho?

Esta interrogação só pode ter uma única resposta: Não.

Embora expropriassem a aristocracia existente e algumas zonas de concentração capitalista, os operários não seguiram as relações de produção que propuseram e aclamaram.

A ditadura do proletariado não deve consistir em abater ou vingar-se dos seus inimigos, o capitalismo; tem sim que destruir o antigo sistema de produção por outro novo. Mais moderno e rentável. Isto é que deve ser realizado».

Em Portugal, o que ocorreu com o 25 de Abril?

Ocuparam herdades antes prósperas, e deixaram-nas improdutivas; nacionalizaram bancos florescentes e deixaram-nos esvaziados; ocuparam indústrias e acabaram por destruí-las por incompetência e ignorância

«O que é um capitalista? – continua o mesmo autor - Defini-lo como um homem que tem muito dinheiro é tão pueril como apresentá-lo com uma grande barriga? Não. Um capitalista não passa de um agente por intermédio do qual o capital realiza a acumulação. Em segundo lugar, ele pertence à classe que tira da produção o seu bem-estar material privilegiado. Por outras palavras, um sistema onde se procura a acumulação do capital e em que alguns ganham bastante mais do que a grande maioria. Isto sim revela a presença de capitalistas.

Neste contexto, pouco importa saber se o capitalista é o único proprietário da indústria ou se a partilha com uma centena de outros sócios; do mesmo modo pouco importa saber se aquele possui pessoalmente um bilião de dólares ou apenas duzentos mil rublos e duas criadas.

Contudo o que será a ditadura do proletariado? A ditadura do proletariado não é um produto acabado e concreto como um clube de operários ou o Palácio dos Sovietes; é um processo que, como todos os processos da sociedade, só apresenta formas determinadas na conjuntura imediata e momentânea».

É através deste processo que o marxista encontrará a forma segundo a qual a sociedade inteira tem que manter os mais espertos num clube e que se vão apenas preocupar em organizar greves, cultivar o anarquismo, marchas «à flambeau», conferências de imprensa, festas, etc.

As ditaduras, em princípio, queriam evitar aquilo que podia proporcionar desordem, anarquia e sangue, A russa, alemã e italiana depois acrescentaram mais coisas ao seu programa.

Já reparam que há 32 anos muitos comunistas mais antigos ficaram pelo caminho vivos e outros apenas, os mais novos, saltando do comboio em andamento, mudaram de partido e ocupam no momento cargos importantes no governo? Quantos? Porquê?

Um analista político de esquerda já apontou um partido português como o mais reciclado da Europa. Este partido afirma-se em «ser um partido com pluralidade opinativa».

Mais à frente se entenderá porque se aborda este tema.

Durante estes anos ocorreu ainda a Segunda Grande Guerra Mundial.

Foi uma época trágica para a Europa da qual Portugal escapou por habilidade política porque teve a sorte de ter um estadista à frente do Governo.

Foi bom? Há quem diga que sim. Foi mau? Há quem diga também que sim. Mas há ainda quem, de forma pseudo-inteligente – (a maioria dos políticos profissionais e os de rua) – navegue entre o bom e o contrário. Fazem-se muitas afirmações disparatadas sobre esta questão para justificar ou condenar a guerra futura no Ultramar.

Escapamos da guerra mas não à guerra.

Portugal foi palco e sede dos mais espantosos actos de espionagem e cozinha de golpes e contra golpes.

No entanto continuamos como seculares aliados de Inglaterra e vendendo volfrâmio para a indústria de guerra alemã. Conseguimos ser neutros.

Foi um período do mais excelente malabarismo político, marchando sobre o arame, sobre o fio da navalha, fazendo equilíbrio, com o vento de Deus por um lado e do diabo por outro.

Ao largo da nossa costa travaram-se violentos combates no mar e no ar entre a Inglaterra e a Alemanha; cada nação mais empenhada em causar dano à outra.

Surgiram carências por causa disto: houve racionamento dos bens essenciais de consumo, do pão ao açúcar, do arroz, do azeite e do bacalhau.

A nossa frota pesqueira trabalhava a meio gás, por falta de combustível; por isto muitos dizem que nos seus lares se dividia uma sardinha e todos queriam comer a cabeça para prolongar a degustação do petisco.

Foi criada para controlo do abastecimento público e do aprovisionamento a Intendência Geral dos Abastecimentos.

Jardins houve, caso do jardim da Praça das Flores no Porto, frente à casa dos jogadores do F.C.Porto (era então treinador o «homão» Yustrich) que em substituição das flores lhe plantaram couves, batatas e outros legumes que a C.M.P. destinava a obras de assistência a seu cargo.

Foi uma época de dificuldades várias quer a nível social quer económico mas sobretudo político pois no final da guerra se verificou uma maior expansão do comunismo o que obrigou o governo a ter mais austeridade e fiscalização sobre tudo. Criou-se a censura prévia, aumentou-se os poderes da polícia política e passou a fazer-se um controlo mais aproximado aos cidadãos.

Então, por vezes, surgiram desmandos notáveis: quem fosse denunciado como comunista, denúncia por motivos inveja ou por desejo de vingança, era investigado, chamado a interrogatório se a investigação a isso levasse, se algo houvesse, podia ser preso, se mais grave exilado, ou desaparecesse para sempre embora este último caso raramente ocorresse. Tudo em nome da segurança nacional.

Organizado e pujante embora na clandestinidade, o Partido Comunista trabalhava de dentro para fora e de fora para dentro do país, numa verdadeira luta do gato e do rato com imprensa clandestina, clamando por liberdade, perseguido, fugindo, safando-se dum lado e aparecendo no outro.

Aqueles homens comunistas desse tempo são merecedores de todo o respeito, da nossa admiração pelo seu carácter, pelo seu sacrifício à causa, alheios a tudo, desde as intempéries até à própria vida.

Fundaram-se, à semelhança dos países fascistas europeus, organizações nacionalistas - a Mocidade Portuguesa, para jovens estudantes e a Legião Portuguesa para adultos; proibiram-se os partidos políticos e fundou-se um partido único – a União Nacional que mais tarde se

designou de Acção Nacional Popular onde vai aderir toda a gente com ou sem consciência apenas para agradar e reconhecer ao homem que vivia em isolamento quase monástico mas que tinha, com a ajuda de Deus – assim julgava o povo inculto e pouco ilustrado – livrado Portugal da guerra, estabilizado e aumentado a fazenda nacional criado escolas de arquitectura única, construindo novas estradas e consertando outras, fazendo pontes, criando casas do povo onde era prestada assistência médica e onde o povo se podia divertir e conversar e dando ainda credibilidade internacional a um país 11 anos antes uma desgraça e repleto de bandos políticos.

- Como isto nunca se viu!!! – pensava e dizia o povo - mataram o rei para introduzir a República para dar melhor vida ao povo que diziam ser comido pela monarquia; perseguiram a Igreja, e apoderaram-se dos seus bens; fecharam as escolas católicas e gratuitas; agora tudo mudou e vive em paz

Mas outras mudanças portuguesas ocorriam fora de Portugal.

Grupos económicos portugueses iam, a passo de gigante, operando em África – sobretudo em Angola – criando e solidificando grandes empresas: a CADA - Companhia Angolana de Agricultura – uma das maiores companhias cafeicultoras do mundo situada no Kwanza Sul; a Cassequel, produtora de açúcar e álcool; a Companhia de Celulose do Ultramar Português, com plantações de eucaliptos e cedros próprias e que gerou milhares de postos de trabalho para europeus e, sobretudo angolanos; a Hidroeléctrica do Alto Catumbela produtora de energia para as cidades do Lobito, Benguela, Nova Lisboa, a linha-férrea de Benguela com penetração no Congo Belga; a Hidroeléctrica de Cambambe e das Mabubas, cerca de Luanda para abastecimento de energia à cidade de Luanda e cidades e Vilas do Norte; os colonatos da Matala, da Cela e de Camabatela com obras-primas de drenagem e de irrigação e de agro-pecuária avançada até mais que em Portugal; pontes de grande porte para permitir a passagem de rios que se fazia por jangadas; portos e aeroportos com grande possibilidade de aterragem de craveira internacional e doméstica; empresas que se instalaram para exploração de minérios; a Diamang,

exploradora de diamantes e por último o petróleo etc. etc. e muitas outras para apoio para enumerar aquilo que muitos chamam obra de encher o olho.

Mas porquê esta explosão vulcânica de investimento? Como e porquê se avançou de forma tão decidida para o Ultramar, sobretudo em Angola?

À frente se verá.

Não se deve esquecer a riqueza petrolífera que deu para fazer 23 anos de guerra civil em Angola e para os membros do partido se encherem.

Tendo a república após o golpe militar de 28 de Maio herdado a anarquia que se esforçou por estancar; uma pobreza mais que conventual quanto a erário público; uma escassez de meios quanto ao empreendimento de obras públicas nacionais e sociais; tornando-se um Estado Corporativo para levar a cabo aquilo que se podia fazer a bem e para bem da nação, teve que fazer concessões equilibradas e que não lesassem os interesses nacionais a grupos económicos para realizar as obras que se impunham.

Criou-se então uma política de “proteccionismo” já seguida pela Espanha e outros países europeus, nada de novo porque a ideia tinha sido lançada por Colbert em França.

Que soluções um país sem crédito, quase a pedir, teria para desenvolver e frente continental e ultramarina?

Disto, nenhum dos nossos políticos auto convencidos, auto intitulados pais da pátria, da democracia e da nossa modernidade nacional, fala.

Uma grande parte da nossa gente descendente das vilafrancadas, anarquismos, greves, patuleias e que tais, continua, ao menor brado de “às armas” a voltar ao antigo e a desejar que o poder caia e fique nas ruas.

Por isso um dos nossos mais recentes primeiro-ministros socialista dizia em entrevista: «foi muito fácil ao povo português, arregimentado nos partidos, estabelecer apenas uma

concertação nacional com o ódio, a inveja e a mediocridade; por isso as dificuldades de governação».

Por isso com muito ar sério e convencimento se proclama que a «experiência política da vida vale muito mais que o saber académico; basta que acompanhe essa experiência com a leitura de umas revistas e se preste atenção à televisão». - Isto se ouve afirmar pseudo-intelectuais auto-políticos em cafés e tabernas.

Criou-se ainda e com a bênção partidária que ser da esquerda era sinal de inteligência e saber.

E aí temos as grandes marchas ou aglomerações ululantes como lobos à procura de carniça, mesmo com coisas que não digam respeito à pátria, nas conversas de taverna, nas cervejarias, etc..

Do lado de fora do país assemelham estas acções como coiotes uivando à lua. Mesmo sem cio. Uma vergonha que pouco incomoda a turba; demonstram atenção e inteligência e sobretudo democracia plena!!!

E como o rebanho do povão sente uma necessidade intrínseca de se afirmar inteligente e ser ouvida por tudo e por nada, diz-se oposicionista ou adere a partidos não por compreensão ou ideário mas para sobressair dos outros; e quanto mais barulhentos forem os partidos, quanto mais marchas fizerem, quanto mais “slogans” criarem, muito melhor.

Uma das classes privilegiadas desta época foi a militar.

De bota alta, farda cinzenta, cinto castanho reluzente, luvas de cabedal descalçadas numa das mãos e, por vezes, pinguelin, passeavam batendo o tacão nos ladrilhos das praças mais importantes das cidades do país.

Era a “cena” da tropa guerreira à frente da Brasileira.

Por baixo da pala negra do boné, sós ou aos pares, trincando os dentes para avançar o queixo inferior tipo boxeur ou Mussolini, lançavam com altivez perscrutante e complacente o

olhar por cima do formigueiro humano que os sustentava pelo sacrifício dos impostos e, em zig-zag frenético, carregava fardos e embrulhos, correndo de um, lado a outro, entrando em bancos, saindo de Bancos, entrando em lojas saindo de lojas, etc., tratando da vida.

Julgando-se já cabos de guerra libertadores, possivelmente um dia, governando aquela imensa mole humana que fervilhava e se atropelava, onde dificilmente se distinguiam ricos industriais, proprietários, desempregados e empregados em mil misteres, pobres pedindo esmola «pelas alminhas de quem lá tem», chulos com os cabelos fartamente besuntados de brilhantina marca Ach. Brito com a respectiva poupa bem revolta tipo catatua, vendedores de gravatas que alguns diziam ser membros disfarçados da Pide, arduos cantando o título dos vespertinos, (olha o Mundo Desportivo e a Capital), cegos cantando letras repentinas aplicadas a músicas conhecidas um crime recente de «faca e alguidar» ocorrido nesse dia ou pouco antes ou ainda a vitória de um ciclista na volta a Portugal nessa tarde, (Fernando Jorge Moreira... numa arrancada, cortou a meta), miúdos curiosos, sujos e esfarrapados dispostos a ouvi-los, povoleu que vinha trazer presentes a conhecidos para pagar qualquer favor, correrias e encontrões para apanhar eléctricos e comboios, putas, sobretudo às segundas-feiras quando vinham da inspecção sanitária e que cruzando as ruas como meteoros, deixavam atrás de si uma cauda de fragrância a Tabu, perfume espanhol de contrabando e portanto adulterado, vendedoras de insignificâncias prestativas domésticas como esticadores « prós colarinhos », engraxadores nos seus bancos, tisonados pelo sol das esplanadas e roucamente gritando «eh! Graxa», freirinhas corredoras de cabeça baixa, envergonhadas e talvez balbuciando orações por esta gente toda , padres de traje negro, gola branca e casaco até ao joelho, etc..

Eram as três classes sociais de antanho, readaptadas neste corre-corre do quotidiano hipócrita e fedorento do momento histórico, às quais se juntavam também os descendentes dos burgueses antigos, com novas roupagens e moderno meio de transporte – o automóvel; os oportunistas, os arranjistas, chupistas e as pulgas do novo regime que começavam a sofrer por

isto da tosse tabágica que o ia levar à decrepitude, invalidez, reumático, asma e morte por tanto e tanto sugar.

Chamando a atenção, sorrindo alto e estridentemente, as meninas-bem saíam das pastelarias ou das casas de modas e miudezas acompanhadas das mães e de tias solteironas , executando estas o papel de pau-de-cabeleira, como juízes conselheiros ou arame farpado para o que desse e viesse, na hora exacta em que os futuros cabos de guerra se auto-patenteavam como galos selvagens e se apreciavam displicentemente no espelho das montras, corrigindo ou estudando posições ao mesmo tempo que se remodelavam no que era remodelável.

Por vezes, tempos mais tarde mas sempre com os paus-de-cabeleira a servirem de juízes, viam-se alguns destes expostos cabos de guerra a tomar copinhos de leite e a comer bolinhos de arroz ou folhados, segurados com ternura nas pontas dos dedos, com estes anjinhos irrequietos, corados pelo cio e sedentos de concupiscência.

Não sendo farta em proventos a carreira militar para os que a abraçavam, era contudo um passaporte de grado estatuto social proporcionando bons lugares, via cunhas e comportamento, na polícia, na guarda nacional republicana, na guarda-fiscal, em alguns ministérios, no alto funcionalismo público, no SNI dos lápis azuis como censores, no ensino, como professores de ginástica ou outras disciplinas mas de uma maneira mais eficiente, tranquila, rápida e segura, a ascensão a uma cama, com a bênção da Santa Madre Igreja ou assinatura no Registo Civil, na qual estava deitada uma mulher dessas meninas-bem, nem sempre bonita, nem sempre sexy, nem sempre ilustrada, mas sempre, sempre com um bom dote e cheia de palpitações uterinas, tremendamente ciumenta e dominadora, “propter pecuniam” e geralmente com uns pais meio pacóvios e semianalfabetos, alguns de grande barriga e fumando cachimbo que olhavam os genros com olhos paternais de carneiro mal morto, chupando até à trincadinha o cabo do cachimbo e sempre estavam de seu lado dando-lhes razão ou justificando faltas, mesmo quando estes claudicavam nos deveres matrimoniais, pois o genro constituía o último e firme retoque no

seu brasão de armas que lhes faltava para emoldurar a ignorância patega do novo riquismo: sogro do senhor alferes... (tenente, capitão etc etc.).

Voltava-se ao tempo de Pombal que vendia títulos e autorizava o casamento de ricos mercadores ou lavradores com pobretanas de famílias pategas e nobres. Só que da mesma forma. Recorria-se ao oportunismo.

Em rápidas pinceladas se retrata o «jet set», o «in» urbano-rústico- pacóvio dos anos 40 e 50.

E lá se ia cantando e rindo, rezando, trabalhando, fazendo filhos, uns legítimos outros da moita, nascendo e morrendo.



E o mundo rural?

O mundo rural era um espaço completamente distante, por diferente, na paisagem e nos homens e ainda na forma de viver.

Era o expirar da era dos bárbaros e dos seus utensílios e o alvorecer da era da maquinaria agrícola.

Nas diversas províncias interiores, desde Pombal até ao 28 de Maio o progresso tardou em chegar embora reclamado e proposto pelos republicanos laicos, mas que foram incapazes de solidificar a república que lhes caiu nas mãos a tiro de escupeta e de enveredar por uma gestão incorrecta e corrupta.

A 1ª República, pela Constituição de 1911, proclamou extraordinárias leis: liberdade cívica e religiosa, escolaridade infantil e primária obrigatória e graciosa, 48 horas de trabalho semanal, direito à greve, etc.

Os primeiros governantes foram homens sonhadores e puros.

Os que agora se arrogam ser puros republicanos, são mentirosos, marginais ao espírito da verdadeira república, porcalhões e muda-cuecas.

Só com a chegada do «homem das botas», sempre presente e poucas vezes visto, é que as Finanças começaram a sua lenta mas firme recuperação e, a partir daí, se foi penetrando para o Portugal rural, bárbaro a passos vagarosos, construindo-se estradas que ainda hoje servem, escolas que ainda hoje funcionam, pontes e outras coisas mais que os políticos castrenses e comunistas mudaram de nome da noite para o dia, se por acaso eram conhecidas pelo nome do Presidente do Conselho

Algumas obras já corroídas pelo tempo, os novos parlamentares falam em substituí-las ou melhorá-las há décadas, em épocas eleitorais. Outrora prometia-se bacalhau a pataco e distribuição de terras do estado.

Na aridez e entre as pedras altas e agudas das serranias, a norte e a centro, como no tempo dos godos, cresciam e crescem os pinheiros, os castanheiros e os carvalhos e sob eles as silvas, o mato e outras plantas que sustentavam na primavera e no verão os rebanhos mutantes e sempre cabisbaixos de cabras e ovelhas. E nunca arderam. O sol daquela altura não queimava.

Nas encostas, onde de quando em vez afloravam terras chãs, os homens aproveitavam, até ao extremo, todas as possibilidades para daí extrair pão, cavando a fundo e sob o sol, desde a aurora ao lusco-fusco vespertino, parando apenas para comer a bucha ou beber um trago de água ou vinho que levavam na cabaça trazida de casa, ou ainda comer uma merenda que a mulher lhes levava de casa ao meio dia onde por vezes fazia um filho sob a sombra do olmeiro se o cio ou uns sorrisos e graçolas levavam a um pouco de devaneio.

A origem da rijeza e do carácter da maior parte dos HOMENS do norte, julga-se que se deve a terem sido feitos sobre o granito, gerados debaixo de intempéries e paridos na pobreza, como Deus no presépio. E como Ele, transportavam também uma cruz.

Desses afloramentos trabalhados na encosta ou nos vales, advinha o parco pão e a palha que, depois de seca, se armazenava para alimento do gado no Inverno atroz, para a cobertura de certos cómodos e ainda para o enchimento da enxerga da cama onde pouco descansavam mas se acoitavam, enlaçando os corpos para fugir ao frio, fazendo calor que os agitava para fazer mais filhos; tratavam ainda de uns bons pés de vides penduradas nas Carvalhas que, em anos bons, davam o suficiente vinho para a casa, para as festas tradicionais e familiares proporcionando nessas alturas a todos os da aldeia uma alegria báquica que fazia esquecer, por horas, as agruras da vida vivida tão perto do céu.

Era gente seca, feita no e do granito escuro da serra, gente sofrida mas que fazia, quando necessário, do seu sofrimento um hino alegre e era capaz de dar lugar a momentos festivos.

Eram os celtiberos do sec XX.

O centro do país, mediando entre o norte alto e o baixo sul, adaptando-se progressivamente a estes dois extremos, era e, como hoje, dominado pelo Tejo.

Correndo entre fragas para entrar em Portugal para depois decorrer entre mais ou menos largas lezírias da maior parte das quais ele foi obreiro notável até ao mar, veio também a caracterizar aqueles que se acoitaram nas suas margens.

Ao contrário daqueles que tiveram de morder as pedras, os seus marginais tiveram também que buscar engenho e arte para lutar com ele que ora lhes alagava a terra, destruía os rebanhos e os destruía, entrado nas suas casas e por vezes lhes lavando haveres e a vida.



Cheias no Tejo

Era um jogo de escapadelas constante. Mas parece que desde o início do mundo rio e homem acabaram por chegar a um acerto final: por cada guerra travada, o rio acabava por ceder ao homem um manto úbere e amigo que depunha nas margens, onde tudo crescia quer fosse animal ou vegetal.

A fertilidade era tanta que, em anos agrícolas extraordinários, os locais tinham que socorrer-se de estranhos para as colheitas. Assim, para ajudar os donos ou arrendatários das terras acorriam às suas margens avalanches de gentes, homens e mulheres para ceifar o que a terra produzia e que os possuidores eram incapazes de colher em tempo oportuno.

Procedentes do norte e do sul mas sobretudo do norte, as carruagens do comboio, via e a partir de Setil, desventravam-se até Vendas Novas e mais ainda para além, deixando essa carga viva e irrequieta a troco da soldada antes estipulada para cumprir encargos determinados, empunhando logo a seguir a foice e partindo para a imensa ceara de trigo ou arroz ou para a apanha da cortiça e da azeitona.

Com as cegonhas, as andorinhas e outras aves temporárias, a charneca enchia-se de flores de diversas cores saudando o movimento e vida com os cantares dos homens e das mulheres desde o raiar ao pôr-do-sol.

Passadas estas campanhas de estio, à semelhança das aves, partia também em revoada esta gente às origens e lá ficavam os nativos entregues a si próprios, olhando o rio traiçoeiro que lhes dava bom peixe e cheias, apascentando os rebanhos e tratando as rezes bravas que haviam de divertir ricos e pobres das grandes e pequenas urbes, mostrando um aspecto do que dizem ser a sua cultura regional mas que representa o constante combate entre o homem e a natureza.

A sul, estende-se o Alentejo que tem em parte as mesmas culturas mas geralmente com pouca água a não ser que caia dos céus.

Tendo rios e barragens, a verdade é que depende mais do céu que da terra.



Planície alentejana

Frio no Inverno e tórrido no verão marca caracteristicamente a sua população e dá-lhe uma cultura ímpar.

Os seus cantares com características próprias e milenares, alongam-se musicalmente como as extensas planuras, com compasso semelhante ao andar as gentes e requebrado como as ondas causadas pelo vento nas cearas.

O latifúndio de uns tantos, marca a vida de muitos e a própria subsistência era e é marcada por uma gastronomia local, característica, aromática e saborosa.

Gente afável, sofrida também pelo progresso que sempre tardou em chegar, partiu em grande parte para os centros urbanos regionais e mais longínquos em busca de melhor vida.



O Algarve, logo abaixo, composto de serra e uma grande faixa litorânea.

Pela serra estendia-se e estende-se no presente o resto do Alentejo com pastorícia, deixando escorrer-se preguiçosamente por encostas até ao mar.

Nesta escassez de serrania surgem áreas de cultivo e de pomares, sobretudo citrinos e alfarroba e, mar à vista, pequenas aldeias com vida piscatória e nos restantes burgos mais parecidos com cidades, uma pequena indústria naval e conserveira sustentada pela mão de obra local.

Em toda a costa, de oriente a ocidente fervilha a indústria moderna: o turismo.

De uma forma bastantes simples aqui vive, um povo que se pôde identificar há anos como o último reduto épico do miscigenado Portugal de antanho constituindo a última casa lusitana e que hoje vive na apagada e vil tristeza, na sua maior parte.

2 - A TERRA PROMETIDA

Quem se dirige de Luanda para Nova Lisboa, começa ligeira e suavemente uma subida até uma localidade, Maria Teresa, onde, depois de poucos quilómetros, talvez três, ascende a outro planalto que se mantém quase até ao Dondo, povoação conhecida mais pelos velhos indígenas e europeus como Cemitério dos Brancos e dos Pretos pois neste lugar, nos idos longevos da penetração humana e da convivência racial e por causa das pantanaís gerados pelo Cuanza, onde os mosquitos encontravam área propícia à sua multiplicação, a vida de africanos e europeus era uma interrogativa e tornava-se um inferno quanto à sua duração pelas doenças causadas por tais bichinhos voadores: a malária e a biliosa.

Aqui, a quem se atreve agora nas suas margens, pode ver manchas enormes e naturais de palmeiras dendê a par de plantações feitas por indígenas e colonizadores e ainda a exploração de banana e abacaxi, sisal e posteriormente café e gado bovino autóctone que « ab ovo » já estava adaptado às doenças locais, por selecção animal e que veio a servir como fundo a futuros cruzamentos com outras raças e cujos descendentes, já necessitavam de cuidados médicos para sobreviver em condições.

No entanto, a exploração pecuária era sem grande nota.

Atravessando o Dondo até à direcção do local onde as caravelas de Diogo Cão se detiveram por causa das quedas do rio, a estrada subia um pouco mais acentuadamente até a um alto, bifurcando-se, dando um braço para norte, para a cidade de Salazar etc.. e outro rumo ao sul, para Nova Lisboa, Silva Porto, Sá da Bandeira. Quanza-Sul, etc.

Seguindo em direcção ao sul, a estrada estendia-se ao sol ou à chuva entre palmares e terrenos úberes em direcção ao alto da Munenga, onde um pouco arredada desta estrada mas francamente à vista, branquejando entre o verde das palmeiras e do pasto, se levantava a pensão do Walter, alemão enorme, calçando pelo menos 45, seco de carnes, fortemente ariano mas em quem o sol dos trópicos lhe dava um constante colorido de lagostim, bem como a sua esposa,

alemã também, redondinha e sorridente com um rancho de filhos pequenos, de nascimento ritmado anual, traquinas mas simpáticos que ao surgir alguém, logo davam conta do acontecimento ao gritar de alegria ao mesmo tempo que sustinham um grupo de cães que logo se juntava ao coro infantil ladrando e correndo se, de viatura ou a pé, alguém entrasse no seu território de guarda obrigatória.

Era um casal poliglota. Falavam, como é lógico, o alemão, e ainda o inglês, o francês o quimbundo, dialecto indígena e, com sotaque e razoavelmente, o português.

Para quem, embora próximo de uma hidroeléctrica não podia socorrer-se desse bem, apenas detinha frigoríficos a petróleo e tinha que fazer contas à vida pois a clientela nem sempre era regular. Abastecia-se suficiente e inteligentemente de peixes do rio em quantidade necessária por pescador negro privativo e da caça que quer o proprietário quer o caçador negro, também da casa, abatiam em dias alternados nas redondezas.

Por isso, quer peixe quer carne de boa qualidade e frescos eram servidos aos clientes em quantidades tais que dificilmente eram consumidas por «bons garfos».

Quando não havia grande movimento no restaurante, Herr Walter tomava a liberdade de arrastar uma cadeira pintada de branco e, após ter pedido licença, sentava-se com o cliente, copo de whisky na mão se de manhã, ou de cerveja se de tarde e vá de conversas para saber notícias para além das da rádio, em directo e ao vivo, avantajadas, distorcidas, correctas, enfim dependendo do tipo de companhia.

A partir deste oásis, com uns 15 ou 20 km pela frente, começava uma subida mais dura com bastantes curvas e serra áspera de ambos os lados.

Não era difícil adivinhar que ali havia cobre à farta pela cor da terra.

Mais tarde, soube-se que uma firma alemã tinha demarcado o terreno e fez estudos para explorar o minério o que não aconteceu pelo golpe militar de Lisboa.

Chegados ao cume, um restaurante de beira de estrada, com uma buganvília em frente, bem enramada, onde se arrumavam os carros cujos ocupantes desejassem refrescar-se ou alimentar-se.

Como sempre, em todos os restaurantes de estrada frequentados por camionistas e cujas paragens no local constituíam um cartão de recomendação para os passantes, os estalajadeiros competiam em rebentar com os clientes logo ao pequeno almoço ou, como era costume dizer-se, ao mata – bicho que era de faca e garfo pois quem não era para comer... não era para trabalhar ou também quem em África não comia...se....

E verdade seja, contrariando alguns albinos metropolitanos, quem singrava em Angola ou nos outros estados ultramarinos era em resultado do seu trabalho, por vezes muito esforçado e sempre, sempre suado; a ignorância ou estupidez distribuída ao povo subserviente pelos partidos políticos ou ainda o ódio daqueles que diziam e dizem que quem foi para África foi para explorar os pretos, é mentiroso, invejoso, odiento e muito ignorante e estúpido porque os indígenas não eram parvos; quem não pagasse não tinha pessoal para trabalhar e a fama de não ou mau pagador estendia-se nas asas do vento por montes e vales.

Nem toda a gente continental andava de enxada na mão. Mas a verdade é que a vida começava muito cedo pois era preciso orientar, fazer força, muitas vezes calcorrear para fiscalizar o trabalho, etc.

Como diz o guionista do filme “ The flags of our fathers” (as bandeiras dos nossos pais): «muitos narram como se lá estivessem, sem estar; inventam e criam, com ódio ou com pena de não ter participado».

A partir deste cimo iniciava-se uma descida rápida para a Quibala, umas dezenas de quilómetros à frente, sede de concelho administrativo.

Sobranceiro à Vila, sobre uma elevação rochosa e musgosa onde não havia trânsito, erguia-se o castelo – uma pequena fortificação militar do tempo das campanhas de África erigida

nos anos da monarquia, cuja guarnição era composta por 1 alferes, um cabo e uma vintena de soldados. Toda a guarnição era nativa à excepção do alferes que era branco normalmente recém-chegado à promoção bem como do «Puto».

Nos anos 60 foi extinta a guarnição ficando o castelo entregue à administração do concelho, para passageiro ver no alto.

Era frio, o chão alisado na própria rocha, poucos cómodos individuais, camarata mais ou menos ampla, um quarto a servir da secretaria, mais três quartos com camas estreitas de ferro, uma cozinha razoável servindo simultaneamente de refeitório e nas traseiras 4 salas WC, com chuveiros de balde ligados a um tubo que estendido na pedra desaguava ao funda do penhasco, numa fossa a céu aberto, no início de uma rica horta

Era tão bom em comodidade que o alferes, arvorado em comandante em chefe daquele exército simpático, dormia e comia no hotel mesmo ao lado mas na estrada, o hotel do Campos, sempre exíguo por cheio e com 3 WC uni sexo.



Castelo da Quibala

O Hotel parece ter sido projectado num alvo específico: ficava na afluência das estradas para a Gabela, Novo Redondo, Calulo e Malange.

O transporte que servia estas localidades de e para Luanda era feito por estrada de terra batida com cerca de 400 kms até à Quibala demorando entre 6 a 8 horas de percurso e se tudo corresse bem ou seja, se não houvesse temporal de arrasar, lama de enterrar até «aos peitos», furo etc.

Enquanto a estrada foi de terra batida o transporte colectivo era feito pela EVA (Empresa de Viação de Angola) – um camião de carga, com cabine mais espaçosa com o banco do condutor corrido de porta a porta e logo atrás outro banco corrido. Capacidade para 6/7 pessoas.

A enorme caixa de carga ia sendo esvaziada ao passar em determinados locais - casas de comércio de estrada, junto a sanzalas, pequenas povoações então nascentes e nas localidades maiores, junto de escritórios com armazéns razoáveis.

No tempo dos Governadores Rebocho Vaz e Santos e Castro durante o mandato dos quais esta estrada e muitas outras foram realinhadas e alcatroadas, o transporte de passageiros passou a ser feito em modernos autocarros – machimbombo em língua nativa – que transportava carga normal – jornais, correio, pequenos fardos – mantendo-se os camiões para carga pesadas. Os autocarros faziam viagens directas Luanda Nova-Lisboa, Luanda/Novo-Redondo, com horários de chegadas e partidas fixos e mais rápidos Terra fértil, a Quibala, fruto da vontade de Deus e do trabalho dos homens sem subsídios, era rica em café, arrozais, sisal, gado, rícino, abacaxi e mais tarde uma indústria de descasque de arroz e outra de rações. Tudo isto constituía a economia da terra. Partindo daqui através de campinas verdejantes, atingia-se o Catofe, após 10 km, povoação que se fazia logo notar pela placa de estrada e pelo seu bar-restaurant que, atrás dela tinha um largo enorme, praça principal que dava acesso a um aglomerado de casas sempre cheias de vida,

vozearia de crianças europeias, indígenas e mestiças com o ladrar festivo de cachorros brincando com elas e um lingüarejar de português diferente. Estávamos num colonato de açorianos.



Vendedor de estrada

Neste pequeno aglomerado, nos pastos, máquinas destroçadoras, caprichosamente deixaram ilhas de árvores para proporcionarem sombras para descanso ou abrigo dos animais,



Deixaram ilhas de árvores



Vacas holandesas descansando à sombra nos pastos do Catofe

Estava ali estampado o verde do mar dos Açores nos olhos das crianças, das suas mulheres e em alguns dos seus homens; os seus cantares tradicionais mais ouvidos em dias de

feita; a sua fé e devoção ao Senhor Espírito Santo; a tourada à corda nas festas tradicionais açorianas, celebres em toda a Angola; o cheiro adocicado nos bolos tradicionais a que se juntava ainda o dos vinhos, o cosido tradicional, tudo embebido numa partilha de amizade geral a todos gerada na insularidade e na distância saudosa do mar.

Todos os que fossem do burgo, açorianos locais ou doutras partes de Angola, forasteiros brancos, pretos e mestiços, todos, todos participavam na procissão, onde anjinhos de olhos verdes e asas empenadas, pelos encontrões, deviam ser tantos como no céu e desfilavam a compasso ao som da filarmónica da terra com uma dúzia de instrumentos e dentre os quais sobressaíam o contra baixo e a caixa.

A farda era talvez do casamento que servia ainda para ver a Deus, do baptizado dos filhos e, quem sabe, do funeral, um dia.

Todos viviam bem, quer açorianos quer seus serviçais, fruto do trabalho de cada um e não havia ninguém com carências. Nem patrões nem empregados. O leite e seus derivados e preparados eram partilhados por todos.

Sessenta km. Mais à frente, após curtíssima subida, chegava-se ao Morro do Tongo.

Mesmo no cimo, quem vinha de Luanda, à direita, encontrava uma estrada de terra batida que levava a uma aldeia com o mesmo nome e que seguia para a Gabela servindo diversas fazendas de gado e café, estas muito antigas, anteriores mesmo à fundação do Colono e a maior parte fora da jurisdição da Junta Provincial de Povoamento; mas aí havia também um núcleo de colonos açorianos, um pouco menos que o Catofé mas em tudo igual na vida, trabalhos, tradições mas sem banda de música e bar- restaurante.

Do alto do cerro, do lado esquerdo, via-se um monte que se ia afastando até penetrar no horizonte e do direito uma planura enorme que se perdia lá longe, tocando o céu.

Quem ali se detivesse por momentos sentia entrar-lhe pelas narinas um cheiro a fertilidade, a fecundidade, a sêmen derramado por todo o lado e em abundância com em tálamo em noite de núpcias!

Entramos finalmente na Cela, no verdadeiro autêntico e único celeiro que Portugal teve algum dia. Local, onde, felizmente, só entraram homens trabalhadores e determinados, dependentes de si.

Esta imensidão foi transformada e feita por e para portugueses africanos e europeus independentemente da cor e credo.

Fazer filosofia ou explicação política disto como pretendem os descolonizadores é pura demonstração e exame público de ódio e estupidez.

O hoje foi sempre diferente do ontem e do amanhã; ler tudo igualmente e tentar explicá-lo a destempo é demagogia selvagem que ronda a mentira, é estupidez atrevida e ultrajante a quem operou lá porque tenta fazer de estúpidos os criadores de impérios.

Porquê o nome de Cela?

Segundo uns, a área, no passado, antes das explorações de Silva Porto e antes da penetração de alguns portugueses pelos matos do interior, era rica em cera e mel, produzido nas colmeias das temíveis abelhas africanas que viviam ao acaso nos buracos dos troncos velhos de árvores moribundas ou mortas ou noutros locais que lhes convinha e que os autóctones consumiam em abundância.

Com a chegada dos exploradores em definitivo, a partir de Silva Porto, Nova Lisboa e de Novo Redondo, iniciaram-se as relações comerciais entre europeus e nativos desta zona e, perante tanta abundância de cera e peles de animais, foi talvez catalogada como zona da CERA tendo surgido até mais tarde uma pequena povoação de posto comercial que deu origem a um posto administrativo onde se fixaram alguns portugueses e que se veio a chamar Cela.

O nome do produto mais importante – cera - originou o nome CELA pois uma grande parte dos africanos ainda hoje troca o R pelo L (cera = cela).

Segundo outros o nome teria sido aventado a partir no início da construção do colonato e foi sugerido e depois aceite por um responsável pela implantação do mesmo pelas semelhanças existentes entre esse local e a área da Cela, perto de Alcobaça.

São dados ainda não provados mas que o nome é nativo, certamente que o é pois que nas divisões administrativas antigas e já nos tempos mais modernos o Estado sempre manteve os nomes originais embora mais tarde no tempo da primeira Republica e do Alto Comissário para Angola, General Norton de Matos se sobrepusessem nomes portugueses aos originais nativos : Huambo/Nova Lisboa, Caála/ Vila Robert Williams; Lubango/ Sá da Bandeira e outros.

Foi o capitão Agapito, então governador-geral, segundo rezam as crónicas quem, com ordens do estado, iniciou aquilo que viria a ser o maior marco da colonização portuguesa em terras de África que se juntou a tantas outras seguindo a política nacional então iniciada.

Várias foram as vezes que por lá passou e deixou testemunhos: a cerâmica, obra que até à descolonização fabricou tijolo de vários tipos e medidas para as construções que se ergueram na Cela quer do Estado quer privadas e ainda de um frondoso castanheiro que existe na dita indústria fruta de uma castanha que ele levava no bolso e que, segundo dizem os idosos nativos, mandou semear. Fez-se uma frondosa árvore mas os frutos eram pequeníssimos.

Nessa altura plantou-se ainda no jardim frente ao Clube um sobreiro cujo tronco não passou da espessura de um cabo de vassoura e uma oliveira que teve o mesmo comportamento.

Três árvores como laboratório de pesquisa? Só ele sabia.

No entanto no primeiro posto administrativo da área - a Cela Velha - iam surgindo o Hospital , alargando-se o aeródromo, e numa casa velha de adobe com anos em cima e apenas de rés-do-chão funcionava o posto; ao seu lado não mais que cinco ou seis casas iguais de comércio

e residência que viviam de permutas agrícolas e vendas normais e que depois se instalaram na Cela Nova, com autorização da J.P.P. e que mais tarde se chamou Santa Comba.

As permutas comerciais eram na base de produtos locais: milho, feijão, cera, mel, pequenas peles de antílopes de fraca qualidade.

O rio Queve passeava e espreguiçava-se como e quando e onde queria sob um manto espesso de juncos e outras plantas aquáticas sob as quais os depósitos de fertilizantes biológicos se iam amontoando e, para se construir o colonato, para proporcionar zonas de férteis pastagens e agrícolas foi necessário drenar toda a área se estendia da Cela ao Tongo.

A J.P.P. supervisionou todo este trabalho levado a cabo por outras empresas contratadas, gerou postos de trabalho aos milhares juntamente com trabalhadores nativos de todas as regiões e que se transformaram de ajudantes em aprendizes, depois em operários, trabalhando como tractoristas, apontadores, almoxarifes, pedreiros, carpinteiros, canalizadores, etc. ganhando o salário correspondente a cada categoria laboral. Uma coisa que não foi dita pelos sábios da descolonização.

A J.P.P., talvez sem saber transformou-se à medida que o Colonato crescia numa verdadeira escola de formação profissional para pessoal angolano e metropolitano e muitos deles foram mais tarde absorvidos nas explorações agrícolas, como escriturários em casas comerciais, empregados de balcão e em diversos serviços do Estado.

Foi uma escola técnica ao ar livre.

Um extraordinário homem que foi o Engº Boaventura, director da JPP de Angola depois enxovalhado por ódio e inveja. Coisas portuguesas!!!!

O plano de povoamento da Cela como tantos outros realizados em Angola foi ambicioso e embora tenha imensos detractores ou por ignorância ou por ideologia, obteve êxito enorme e

jamais se pensou que os resultados obtivessem tão grande expressão. Há quem tenha escrito o contrário, sem lá ter ido.

A integração e comunhão das populações foi o mais conseguida possível e jamais a partir de 1961 houve um rasgo de terrorismo e até o 25/4 a convivência foi sempre pacífica, amiga e os primeiros sintomas de fricção surgiram quando o capitão de Novo Redondo, chefe militar da zona – capitãozeco porque era de palmo e meio – armado em politizador, chamando fascistas e exploradores a todos e até ao juiz em sessão plenária mandada reunir por ele na Câmara Municipal.

Vendido a ideologias e com apenas nos miolos os três riscos que carregava e nada mais, originou o início do êxodo.

Vieram depois os exércitos dos 3 movimentos uns falando francês das docas, outros dialectos africanos nunca ouvidos na zona.

Embora a guerra de África desse a conhecer militares de valor e com visão política, muitos dos capitãezinhos que por lá passaram e que fizeram o 25 sabiam apenas beber do bom Whisky à conta dos brancos, fazer de galitos de Barcelos e, pela farda, comer à custa de alguns colonos.

A terra previamente preparada por drenagem e por derruba de mata menor, foi loteada em três tipos de áreas: fazendas grandes, fazendas médias e terrenos de aldeias.

As aldeias constituíam-se habitacionalmente em grupos tipo monte alentejano, com escola, posto sanitário pequeno e os terrenos, normalmente nas cercanias, estavam perto da aldeia e cada parcela era constituída por 5 ou 6 hectares, cabendo uma a cada casal independente de uma pequena área, tipo quintal, junto de cada casa para ter os mimos à mão: salsa, coentros, umas alfaces, tomates, etc.

Para além dos 5 ou 6 hectares distribuídos havia ainda uma enorme área de reserva para aqueles que, após aproveitamento total do que lhe fora distribuído, pretendessem mais terra para trabalhar.

As fazendas grandes em número de 4 e as médias de 55, eram constituídas por uma habitação tipo vivenda chã e ao lado outras construções como casa para o pessoal., armazém para cereais estacionamento coberto para alfaías agrícolas, uma sala de ordenha mecânica Alpha Laval, banheiro para os animais, tanque ou spray, depósito elevado de água sendo o sistema de alimentação tipo «carneiro», estábulo coberto e descoberto para bovinos área para criação de suínos e um pequeno aviário não industrial.

A diferença notável entre fazendas era a sua área.

A cada fazenda foram distribuídas máquinas agrícolas, algumas sementes de cereais e pastagens, proporcionada assistência médica e medicamentosa aos proprietários e trabalhadores nos primeiros anos, pagamento das” folhas” de trabalhadores africanos pela J.P.P. nos primeiros anos também, e ainda um número de 25 a 30 vacas de raça certificada e «pedegree», provenientes da Holanda, Suíça e Dinamarca, já inseminadas que eram assistidas regularmente por veterinários e técnicos especializados e sempre inseminadas artificialmente e a custo 0 até a 25/4.

O Centro de Inseminação Artificial onde estavam instalados os reprodutores, foi considerado pela comunidade internacional da especialidade como o melhor de toda a África ao sul do Saara.



Reprodutor da raça Red Danish



Bezerras dinamarquesas pastando



Pastagens

Com participação dos colonos, J.P.P. e Martins & Rebelo, empresa de lacticínios açoriana, foi instalada na Cella uma moderna fábrica vocacionada para o mercado interno e externo – Empresa de Lacticínios de Angola – que recolhia 2 vezes por dia o leite das explorações grandes e pequenas.



Uma das preocupações da J.P.P. e ainda dos Serviços de Veterinária foi manter a pureza das raças existentes tendo-se estabelecido e determinado que nenhum colono que tivesse

recebido vacas entregues e distribuídas pela J.P.P. pudesse ter na sua propriedade machos bovinos por castrar.

Daí que o imaginário dos criadores criou um ditado - «Não se pode nascer macho». Na verdade, os bebes machos das mães destinadas a fornecer leite, logo após os dias do colostro eram vendidos para criadores de gado de corte, independentes da J.P.P. para engorda e posterior abate ou para servir de reprodutores para melhoria de raças autóctones.

Em cada aldeamento ou fazenda, junto à estrada principal e de acesso à exploração, havia uma caixa de correio onde cada criador, sempre que uma vaca entrasse em cio, colocava uma mensagem indicando o nº do “brinco” e a raça.

Diariamente, uma vez de manhã e outra à tarde, passava um jeep do Centro de Inseminação com pessoal técnico que após verificar cada caixa de correio procedia à inseminação se tal fosse solicitado e com o sêmen específico da raça.

Instalou-se logo que houve necessidade o Matadouro Industrial de Angola – MIDAL- que operava no abate de animais sendo por isso a Câmara Municipal obrigada a alargar a área do velho matadouro pois daqui saía para Luanda e outras partes da província carne de primeira classe para as populações.

Muita produção de queijo e manteiga veio para Lisboa e foi ainda para o Congo.

Para incentivar a qualidade das explorações bovinas, os serviços oficiais da Junta de Povoamento da Província de Angola estabeleceu que os criadores que apresentassem para abate um animal até aos 18 meses e se a carcaça atingisse 0 mínimo de x quilos recebessem um recompensa no valor de y escudos/kg.

A importância do prémio era paga pela Fazenda Nacional mas não em dinheiro; cada contemplado era convocado a ir às Finanças e recebia uma guia no valor da importância que só podia ser convertida em materiais para a exploração : arame, pregos, ou postes para as vedações dos parques de pastagens.

Os animais bovinos, após 5 anos, começavam a ser entregues da 1ª vez 1/3 das cabeças recebidas (fêmeas) e as restantes 2 anos após a 1ª entrega (outro terço) e finalmente o restante terço dois anos após a segunda entrega.

Os animais recolhidos seguiam para os currais de quarentena da J.P.P. e aí eram devidamente assistidos por técnicos e médicos veterinários aguardando oportunidade para serem distribuídos a novos colonos ou a interessados em instalar explorações leiteiras.

3 – QUADROS DA CELA

3.1-O AMANHÃ DAS CRIANÇAS

Eram dois pretitos.

Pareciam até irmãos gémeos à primeira vista. Mas não eram. Só depois de se conversar com eles se ficava a saber que apenas de comum tinham o quimbo perdido numa das muitas aldeias indígenas da Sanga, último posto administrativo do Kwanza-Sul que ligava já a Malange.

Tinham 10 anos. Muito limpos, pois água não faltava, magros não por fome mas por alimentação nem sempre correcta e farta por depender do resultado final das lavras, pernaltas, descalços, roupas limpas mas de fardo e coçadas.

Apareceram na Cela logo no fim do ano lectivo e cedo deambulavam pela zona centro da cidade, se é que centro havia como hoje se concebe.

A pergunta foi feita repetidas vezes a brancos e pretos, indistintamente:

- Onde tem minino branco a estudar?

Quer brancos quer pretos, àquela hora matutina em que quer uns quer outros se dirigiam ao trabalho, o galope e o silêncio que cada um tomava não permitia responder à solicitação mas isso não desalentou as crianças.

Fumando o cigarrinho da manhã, encostado á porta do local de trabalho, estava um personagem bem-disposto e gozando o ar e sol da manhã, aguardando o momento de enfiar a chave na porta.

Com passo longo de avestruz, acercaram-se os dois do homem:

- Tem minino na escola?

- Tem; porquê?

- Precisa de criado pr” os minino?

- Não. Criados já têm que chega.

- Nós não querem dinheiro. Quer só comer, toma conta dos minino, quer os livros dele e vai no quimbo em Setembro.

O homem achou estranhíssima a proposta. Nunca tinha ouvido propor tal coisa. Trabalho a troco de comida e livros e ainda por cima temporário era algo estranho.

Reparou nos rapazes de olhos brilhantes e suplicantes e interrogou-os se já tinham “matabichado”.

- Ainda não.

- Esperem aí um bocado - retorquiu.

Abrindo a porta, organizando os empregados, ordenou que os visitantes o seguissem.

Subindo as escadas, os “minino” ainda estavam a tomar o leite meio ensonados. Os “minino” eram um rapazinho de 5 anos e uma menina de 7.

Acabaram as pinaltas por tomar também o pequeno-almoço com as crianças.

O cozinheiro deu-lhes de comer, contrariado, igual refeição e a dona da casa ficou com eles para ver o assunto.

Todos eles, quer brancos quer pretos, pareciam já ser amigos de longa data.

Havia rizinhas dos “minino” e uma estranha tentativa de adaptação dos recém-vindos, que até modificaram a maneira de usar a colher para comer os cereais.

Passado um bocado, dona da casa, filhos e nova comitiva saiam para a rua.

Ao meio dia, os pretitos estavam calçados, vestidos, lavados novamente e, à mesa, diz o rapazinho da casa:

- Pai, posso ir comer para a cozinha com o Mário?

- Podem.

O Mário era o cozinheiro que tinha um filho com 6 anos, sofrendo de um raquitismo agudo, cujas pernas de tão finas lhe mereceram o cognome de «pernas de andorinha» e ainda «pernas de alicate». Mas era um garoto simpático.

Passado pouco tempo, aquilo era uma festa. Era um convívio infantil onde o comer de garfo ou à mão se misturava em grande galhofa.

A seguir não houve sesta. Houve sim, no parque fronteiro, um grande jogo de bola entre 5 crianças com intervalos nos baloiços e escorregas; pareciam ser amigos de longa data. E assim foi até Setembro.

Chegada a abertura das aulas, lá partiram os rapazinhos, com um fardo de livros, outro de roupas e sapatos para eles, para o pai e para a mãe e por cima com direito a transporte porque aconteceu estar de partida para a Sanga o Administrador de Posto, o Zeca, uma excelente pessoa.

Nos anos seguintes, como andorinhas, no fim das aulas, lá vinham eles. E, em Setembro, lá partiam. E foi assim quatro anos.

Chegaram a ser inscritos no ciclo preparatório na escola de Santa Comba. Mas penso que nunca a frequentaram.

Rebentara a intentona das Caldas.

Estes dois jovens bem como os pais, como tantos outros se bem que de forma diferente, cedo viram a necessidade do saber e da instrução. Perante a distância geográfica da escola e frente à magreza económica dos pais, tiveram engenho e arte para ultrapassar a situação e vencer estas dificuldades e, sobretudo, deixar saudade em quem alegremente os ajudou e brincou com eles e os levou todos os anos, durante um mês, a ver e a banhar-se no mar de Luanda.

Que será feito destas crianças? Estarão vivas? Será que foram tragadas pela voracidade da guerra fratricida? Será que enfileiram no grupo dos estropiados ou mutilados de guerra? Farão parte de algum grupo fotográfico que políticos do tempo arrastaram para a tragédia e que agora mandam os seus familiares tirar fotografias com eles para depois abrir contas bancárias para ajudar na sua sobrevivência penosa, como penitência sacana da sua irresponsabilidade e ainda por cima tomar tempos de antena, mera propaganda politico-familiar, “enchendo o saco” de quem, conhecedor da verdade, os quer ouvir?

3.2 - O PROFESSOR E A ALUNA

Era baixinha, redondinha, de cabelos lisos e enrolados num carrapito no cimo da cabeça, sorridente, passo vagaroso por causa da gordura nas ancas e das saias tipo cigana, olhos verdes como os dos que nascem com o mar por perto.

Quando saudava alguém ou se ouvia o seu linguajar logo se via que era açoreana.

Vestia sempre de negro.

O marido, profundo conhecedor, por açoreano, do manejo de vacas leiteiras mas ainda trabalhador agrícola, tentando levar um pouco mais à frente a agricultura de sobrevivência mas também grande devoto de Baco, com uma malária valente que ele, apesar de conselhos amigos, sempre menosprezou, contraiu uma hepatite ou similar que, casando com a malária, o levou para o cemitério.

Mas como por morrer uma andorinha não acaba a primavera, a mulher, em estado oficial de viúva, não ia deixar de tratar das suas 15 vacas leiteiras dinamarquesas que produziam em quantidade razoável leite e da restante criação – uns suínos, aves de bico cacarejantes e outra bicharada comum nas fazendas.

Não fosse ela uma açoreana da Terceira!

Semanalmente e por vezes mais que uma vez, a baixinha, exteriormente toda envolta em pano negro, sinal público de mágoa, se bem que quem atura bebedeiras diárias e consecutivas alguma vez possa ter entre portas dias alegres, acompanhada de um jovem negro, aparentemente de 14 anos, descia à cidade.

Logo à entrada, deixava ficar na Mobil duas latas de 5 litros que mandava encher de petróleo e guardar até ao retorno; subia depois em direcção à peixaria onde escolhia uma ou duas qualidades de peixe fresco; pagava e mandava guardar uns momentos.

O pagem até aqui ficava de lado a assistir.

A próxima paragem era, geralmente, na farmácia.

Aí, o pagem tirava do bolso da camisa um papel arrancado duma agenda de bolso oferecida pelo Banco mas de anos passados e começava a ler, pedindo:

- *50 comprimidos de resochin; 10 aspirinas; 1 frasco de tintura; 1 litro de «auco »*, etc, etc. Porque os proprietários que tivessem pessoal servente eram obrigados a prestar os cuidados de saúde mais vulgares ao contrário do que dizem para aí os apologistas da descolonização, porque é muito VIP ser do «bota-abaixo» e sempre prontos para o contraditório, para se mostrar inteligentes.

A senhora tinha crédito na farmácia e em quase todas as casas comerciais pois só vivia do que recebia do valor do leite entregue na fábrica, no final do mês.

Mas isto era muito comum entre agricultores e comerciantes em relação a brancos e pretos. E eles eram cumpridores.

A cena repetia-se na mercearia: arroz, açúcar, azeite, etc. etc.

Mas o mais interessante ocorria no Banco quando tinha que assinar um cheque ou a folha de pagamento da E.L.A.

- Senhora, faz agora o A, A grande, isso; agora o u.; tá bem. E assim sucessivamente.

A dona, portuguesa analfabeta, proprietária e latifundiária, a ser ensinada a escrever pelo servente negro e o servente negro, pagem e escrivão da dona branca, a rabiscar e a ler a lista dos materiais necessários à casa e a cantar-lhe as letras do nome!

Mas como este caso, muitas dezenas de outros.

3.3 - O MORDOMO

O rapaz tinha chegado com um saco de praia às costas com os seus pertences.

Vinha apresentável, bamboleante, algo sabido, algo luzidio o que fazia adivinhar provir de uma casa onde a alimentação e outros bons tratos não faltavam.

Procurava emprego como criado doméstico; dizia saber tratar da casa - limpeza em geral e servir à mesa; afirmava ainda saber muito pouco de cozinha embora tenha prestado serviço como ajudante de cozinheiro.

Naquela região, cozinheiro preto que se prezasse e se se quisesse valorizar, não descascava batatas, não lavava pratos nem limpava a cozinha. Isso era para outros patrícios sobre quem tinha pulso firme. Podia, por vezes, fazer estes serviços mas em casos extremos quando o ajudante estivesse ocupado em outros afazeres que a dona ou patrão lhe tivessem ordenado ou quando não havia ajudante. Então ficava-se apenas pelo trabalho específico.

Foi admitido até porque as referências que deu das casas onde trabalhou indiciavam que o que ele queria era trabalhar mas com melhor salário o que não conseguia porque nas casas que referiu havia já um batalhão de serviços que impedia o aumento do custo de mão de obra.

Por isso despediu-se e tentou a sua sorte.

Aspirar, encerar, puxar o brilho ao soalho, limpar o pó, lavar louça, ir às compras mais vulgares, era só com ele e tudo ficava “nos okeis “, como dizia.

Após o trabalho doméstico e sobretudo depois do horário que lhe era fixado pelo cozinheiro que cumpria rigorosamente, porque cozinheiro é cozinheiro, depois de banho e arrumação corpórea, tinha ainda bastante tempo para deambular pela cidade, cavaquear com amigos, comprar um bolo ou outra coisa, fumar uns cigarritos, dizer umas graçolas às moçoilas

empregadas domésticas como ele e que ele conhecera e ia conhecendo, porque isto de juventude romântica e brincalhona é comum a todas as raças e em todas as latitudes.

Tomara esta profissão para fugir ao trabalho agrícola na lavra do pai e do tio, trabalho sem horário, de sol a sol, sem ordenado e sem respeito pela idade e com “porrada” até dizer chega quando o progenitor se emborrachava na fábrica de «garapa» que tinha escondida na moita de árvores da lavra.

Em casa ou na fazenda do branco tinha horário, tinha ordenado no fim do mês ou, por vezes um adiantamento por conta, semanal ou quinzenalmente, e tempo também para espraiar as pernas por aí em companhia dos amigos.

Isto sem falar nos presentes de roupa que recebia pelas festas ou quando os patrões iam a Luanda e se lembravam de lhe comprar umas coisas modernas para ele «botar figura » no meio dos «cofecos ».

O rapaz era lesto e fixe. Estas coisas de ser fixe não são só próprio e característico dos políticos. Qualquer um pode ser fixe desde que cumpra e saiba o que deve fazer.

Volta e meia o rapaz era visitado por dois homens da sua raça, mais velhos, a quem o rapaz, ao vê-los, partia nos seus tempos livres para falar com eles.

Passado uma ou duas horas, os homens partiam e o rapaz voltava.

Nunca interessou aos patrões saber o que se passava mas, certo dia, interrogado sobre a identidade de quem eram, sem rodeios ele disse ser o pai e o tio que vieram à cidade. E foi feito ponto final neste assunto.

Aconteceu que um dia o patrão que era fiel devoto de Minerva e sempre que podia ia à caça, após o regresso de uma caçada, deixou no carro uma máquina de filmar e ainda uma faca de mato que fabricante e empresário vimaranense lhe tinha oferecido.

Quem foi, quem não foi; quem viu ou não viu; procura aqui, procura acolá... o raio da faca levava sumiço fatal de verdade. Perdeu-se até toda a esperança de voltar a ver tal objecto.

Passadas umas semanas, na farmácia da terra, em amena cavaqueira estava o patrão do rapaz com um amigo, colega de caça também que conhecia a faca.

Nisto entra pela porta da botica uma jovem negra, com cerca de 1,80m de altura o que era pouco comum como pouco comum era também a mini-saia que trazia em corpo africano Ufa!!!!

Visão de negra esbelta como aquela nunca se tinha deparado por essas latitudes!

Os olhos de todos se fixaram no danado daquele corpo: as mulheres certamente com inveja; os homens em românticas divagações de lá maior.

É então que o amigo do patrão do rapaz lhe toca com o cotovelo e aponta com os olhos e o queixo para a ilharga da moça que se tinha virado:

Pendurada do cinto que segurava a saia reduzida e descaída sobre a nádega, lá estava o raio da faca de mato, lâmina brilhante, cabo limpo e trabalhado. Um amor!!!

- Ó menina, onde arranjou esse facão?

- Sabes. Anda por aí muito bandido que se mete com nós e quer fazer coisas; é para me defender,

- Quem te deu a faca?

- Foi o meu namorado que é tropa em Nova Lisboa.

Por azar da moça e sorte do dono, tinha entrado na botica um guarda que ouviu a maior parte da conversa. Aguardou na rua que a moça saísse e convidou-a a acompanhá-lo à esquadra. Passado pouco tempo, o verdadeiro dono da arma branca foi chamado ao posto policial.

Lá chegado, encontrou o mordomo e a faca sobre a secretária do chefe.

- Olhe, aqui tem a sua faca e o ladrão – disse o chefe após ter cumprimentado. E agora?

Lavra-se auto? Mete-se na cadeia aguardando despacho do juiz? O pior é que nem sequer há verba para alimentação de presos para mais de 2 dias. Bom. Fica aí o rapazinho e amanhã logo se vê.

No dia seguinte, retine o telefone. Era da esquadra.

Lá chegado, o queixoso depara-se com o chefe, e com mais dois africanos aparentando cerca de 50 anos, se é que se pode avaliar a idade de um africano e, de imediato, o chefe manda chamar pelo carcereiro, um negro cuanhama de quase 2 metros de altura, possante como um boi, o prisioneiro.

Nos dois idosos havia alguma coisa que não era estranho ao queixoso.

Chegado o preso, logo este começou a implorar clemência e perdão ao patrão, que não voltava a fazer mais nada de mau, etc., aquelas coisas que certamente todos dizem, implorando ainda que não deixasse o carcereiro “dar-lhe porrada”.

Logo os idosos começaram por dizer que pagavam tudo, enfim uma série de palavras que demonstravam medo e perplexidade.

Foi então que o que tinha sido notado como estranho ficou claro:

Pai e tio, vestiam desde os sapatos, calças, e camisas coisas que haviam pertencido ao patrão do mordomo.

O rapaz gostava de vestir bem estendendo o seu gosto à família mais chegada. Só que de forma pouco correcta.

Tudo acabou em bem.

Não houve porrada pelo carcereiro, não houve prisão não houve nada.

O vestuário não foi reclamado nem tão pouco referenciado, o rapaz nem sequer acusado pois deu-se fim ao auto, o carcereiro ficou sem castigar o preso, o mordomo não foi readmitido,

o chefe ficou contente porque se livrou de trabalho, e os restantes lá partiram para a lavra em paz e com o rapaz, contentes dizendo na companhia do familiar.

- Bom branco!!! Bom branco!!!

Passados dois dias, atados à coluna das traseiras da casa que dava acesso à cozinha e para entrada da criadagem, estava um cabrito e um leitão um berrando e outro grunhindo, cuja procedência jamais se soube.

Mas desconfia-se.

3.4 - O HERÓI DESCONHECIDO

Era alto, muito magro, tez morena transmontana, aspecto de bonomia constante, por vezes aspecto de má disposição estomacal que logo se transformava, desaparecendo, quando alguém o interpelava sobre qualquer assunto, cheio de paciência e atenção para todos os funcionários e contribuintes, pai sempre disponível e carinhoso para com os filhos pequenos, marido atento, enfim, era um homem muito especial no trato, nas funções, e no saber.

Era tão especial que até por causa da sua segura de carnes tinha um amigo inventado a seguinte história:

Em dia de chuva e ventania, o nosso homem dirigia-se de casa para o trabalho enfiado na sua gabardina.

O vento, para se divertir com ele, resolveu soprar mais forte e acabou por levar rua abaixo o magriço envolto na gabardine e tudo.

Preto que passava a fugir da intempérie, ao ver uma gabardine a rolar avenida abaixo, esfregou as mãos e como coelheiro esperto, lançou-se sobre ela agarrando-a para a usar.

No entanto, quando a agarrou, de dentro dela sai uma voz:

- Larga, seu sacana, sou eu, porra!

O preto, crente em cazumbis, larga a correr descontroladamente, pedindo socorro, largando a vestimenta.

O homem veio para a Cella por vários motivos:

Para usufruir de um longo e merecido período de descanso e se refazer da saúde, porque era um belíssimo funcionário, justo, educado, consciente e atento, o indicado para o período que se estava a aproximar para a primeira cobrança devida à J.P.P. pelos colonos e finalmente porque indústria, comércio e outros serviços estavam já suficientemente consolidados para começar a pagar os devidos impostos, foi nomeado para essa área fiscal.

Chegou com a esposa, dois filhos pequenos já angolanos aos quais, mais tarde, se juntou um terceiro.

Logo de início se apresentou, por cortesia, aos vários organismos e seu pessoal, sem falar de si, sem gabarolices, num trato simpático e cortês.

Se lhe questionavam donde ele tinha vindo ele apenas dizia que tinha vindo do norte de Angola.

Criava com facilidade amizades mas amigos íntimos, do peito, tinha muito poucos porque amigos amigos...são raros. Curiosamente às vezes vinham amigos de longe visitá-lo. Ele, de todas as vezes juntava os amigos recentes – poucos – e a todos juntava para partilhar a amizade entre todos. E este proceder sempre resultava na criação de novas amizades.

Passado pouco tempo toda a gente o conhecia e sobretudo respeitava pela sua cordialidade e conduta. Nas suas funções nunca criou inimigos.

Mas acontece que por muito bom que se seja quer como homem quer como profissional, há sempre alguém que, por inveja e quase sempre por incompetência, procura tramar o semelhante.

E assim aconteceu.

Certo dia apareceu em serviço de inspecção um personagem recém- promovido porque tinha um bom padrinho, invejoso, presumido, vaidoso que se fazia acompanhar de um secretário indiano, tão capaz como o chefe.

Fora requisitado pelo inspector também por pressão.

Decorria a inspecção e nada de especial e digno de reparo se encontrava. Tudo estava em ordem.

No entanto, o secretário ao somar um documento, para mostrar sabedoria e segurança, contou alto :

- $7 + 9 = 16 + 9 = 25 + \dots + \dots = 107$ e «dez qui vai» + etc. etc.

Toda a repartição estalou em gargalhada e o nosso homem também.

Foi o suficiente. O sr. Inspector tomou as dores do secretário e logo altivamente censurou o nosso homem e no dia seguinte constava-se que ia ser transferido por permitir indisciplina e fazer troça do secretário via secretário da Câmara, amigo e conterrâneo do dito.

Chegada que foi a notícia a várias pessoas da terra, gerou-se um movimento de solidariedade para com tão boa e honesta pessoa considerada na terra. Combinou-se então quanto antes escolher um grupo de 3 pessoas que se devia deslocar a Luanda e expor ao director geral a injusta proposta de punição e transferência.

O director recebeu a embaixada e após ouvir os emissários, riu à gargalhada e mandou trazer à sua presença o processo individual do acusado e enquanto se aguardava, ele foi esclarecendo que o nosso homem não era só um grande homem de caracter e um excelente profissional: era também um homem a quem a Pátria estava grata por abnegação e sacrifício e resumiu com o processo individual já em mãos:

Em Março de 61, quando tinha acabado de estalar o terrorismo e todo o norte sofria ataques imprevistos e sangrentos onde homens, mulheres e crianças eram degolados ou

esquartejados, (dizem os novos pais da democracia em nome da liberdade e por direito `indignação), na ausência de militares, foram constituídas milícias locais das quais tomava o comando de cada grupo o funcionário mais categorizado.

Assim, um dos grupos do qual faziam parte empregados de algumas empresas nacionais ainda hoje florescentes no nosso país, chefiados por ele, certa noite, após terem recolhido ao armazém mulheres e crianças e velhos e alguns indígenas com os seus familiares que trabalhavam com os europeus, dividiu-se e parte ficou fora do armazém numa espécie de trincheira e outra parte percorria a minúscula povoação.

Durante a noite tomavam café, comiam alguns bolos que as senhoras levavam para engano do estômago e, para matar o frio, tomavam uns copos ou de aguardente, ou de whisky ou de outra coisa qualquer.

Naquela noite porém, um dos vigilantes empregados de uma grande firma comercial ainda existente na nossa praça, resolveu levar duas boas garrafas de cognac para o campo de vigia.

Cerca das duas da manhã, ao regressar a ronda, resolveu-se abrir uma garrafa para aquecer os ânimos e os corpos. E não é que a bebida recém-vinda do “Puto” escorregava bem?

Copo puxa copo, garrafa vazia requer garrafa cheia, euforia puxa valentia e, o nosso magro comandante que quase nada bebia e também pouco comia, encheu-se de coragem vínica, e gritou no silêncio profundo da noite:

- Há mais de 15 dias que não se dorme quase nada à espera desses cabrões que nunca mais aparecem, porra; aí vai disto.

Retirando a cavilha de uma granada, joga-a para o escuro, para o silêncio tranquilo, para a solidão da noite. Ao rebentar a granada ouvem-se de imediato gritos de morte e dor e, imediatamente, a “guarda” atónita e nervosa o secundou.

Mais gritos, grande barulho, corridas desordenadas.

A madrugada veio quase logo e iluminou, pouco a pouco mais que uma dezena de mortos, alguns feridos, algumas armas deixadas e o capim espezinhado.

Os turras estiveram ali para atacar e foram surpreendidos graças à euforia gerada pelo “cognac”.

A povoação jamais foi atacada.

O sucedido, por outras palavras, retirado o tempero, foi considerado e narrado no Boletim Oficial.

O “comandante” foi agraciado com uma promoção a chefe de primeira classe e transferido para a Cela.

Assistiu ainda em África ao 25 de Abril, regressando pouco depois a Portugal em gozo de férias onde ficou definitivamente aguardando a reforma pois tinha já, por lei, tempo suficiente para isso.

Até morrer, com documentação, papeis, testemunhos etc. pugnou por ter a reforma como funcionário de primeira classe que o governo lhe tinha conferido.

Os inteligentes e sebentos democratas, burocratas e etc. sempre lhe pediram mais isto, mais aquilo e coisas que não era possível confirmar e conseguir no novo país africano em destruição, classificaram-no como funcionário de segunda classe.

Os diplomatas em Angola solicitados a intervir, como hoje ainda, ficaram e ficarão de cócoras frente aos angolanos e outros e estiveram-se nas tintas para encontrar e procurar qualquer documento.

Nem sequer responderam às cartas. Para quê?

- *Porra para os funcionários fascistas!!!* - Disseram, talvez.

Morreu em 1998 na sua terra natal, em Trás-os-Montes.

Paz à sua alma.

3.5 - A IGREJA

A Cela contou desde o início do grande povoamento com três sacerdotes.

Não cabe aqui escapelizar atitudes, comportamentos, caracteres. Aliás não consta nada que ultrapasse os comportamentos normais dos três eclesiásticos. Eram pessoas que se davam com todos. Quando se diz todos, é isso mesmo: todos.

Estes três homens além dos seus compromissos e deveres religiosos e canónicos, lançaram-se a uma empresa que logo logo, veio dar os seus frutos: lançaram-se a leccionar o ciclo preparatório. Era o Colégio dos Padres.

Para o ensino primário havia a escola muito frequentada e com excelentes professores. E depois? O que estaria reservado aos filhos dos “colonos”?

A cidade ia crescendo e já então a vida do campo não era muito atractiva aos jovens e a juntar a isto, cada vez mais, ia crescendo a área de serviços locais.

A J.P.P. cedeu um pavilhão para a instalação do colégio e os três sacerdotes lançaram-se ao ensino daqueles que, não podendo ir para Nova Lisboa ou Luanda, as cidades mais próximas, pois isto implicava residência e despesas e os proventos tinham que ser contados e pensados naquela altura de início.

A frequência foi logo garantida e os resultados escolares foram excelentes.

Mas os nascimentos iam acontecendo a um ritmo excelente e isto veio alertar também os serviços centrais.

De forma moderna e com dinâmica actualizada também, a igreja, para além da evangelização e ensino pre-primário e primário nas comunidades indígenas e preparatório de carácter particular para aqueles, mesmo africanos que o desejassem frequentar, foi exercendo o seu papel secular desdobrando as suas actividades.

Foi devido à Igreja que pouco tempo depois os serviços estatais, ocupando não só este pavilhão cedido pela J.P.P. mas outros contíguos a este, instalaram na Cela o Ciclo Preparatório

e ainda a Escola Técnica com cursos de montadores electricistas, técnicos agrários, contabilidade, labores femininos e outros que tantos técnicos, hoje distribuídos por Portugal e outros mesmo em Angola, vão dando boa conta das suas capacidades e saber.

Foi a J.P.P. em colaboração com os padres da terra e posteriormente com o Estado que vieram contribuir para que a juventude da terra, fosse qual fosse a sua etnia, pudesse ir mais além que o ensino primário.

O entusiasmo foi tal que a partir do 3º ano de existência da escola, muitos funcionários e funcionárias das J.P.P., Serviços de Agricultura e Florestas, Câmara Municipal, Administração Civil, etc. adultos, homens que “frequentaram a universidade ao ar livre da construção do colonato » pais de filhos a frequentar a escola, solicitaram o ensino nocturno para ascensão na carreira para futuros concursos.

Muitos vieram a trabalhar na Cella nas empresas instaladas e outros partiram para Luanda, Nova Lisboa, ou outras terras contribuindo para o bom nome da Escola e da terra.

Porque de uma coisa os leitores podem estar certos: em Angola, ao contrário do que dizem muitos “ doutores em descolonização e sociologia africana” e os arrivistas políticos, que hoje são de um partido e amanhã de outro partido qualquer, que sempre beberam água nem sempre potável e agora consomem meios whiskys para mostrar bons hábitos e não pagam aos credores, para ganhar e levar a vida bem, era preciso trabalhar e muito, dirigir os serviços agrícolas, cumprir horários, pagar aos trabalhadores, dar-lhes de comer, proporcionar-lhes assistência médica e medicamentosa senão ...se assim não fosse... preto virava as costas, dizia ao branco “tupariobe” pois trabalhar de borla ou roubar o preto ...jamais aceitava.

Afirmar isto como fazem alguns...só na cabeça de alguns políticos para justificar a exemplaríssima descolonização.

Mas a verdade é que nem foram nem lá vão. Gente desta também era bem dispensada de cá. Estes são que nos comem. São os albinos, como dizia o meu amigo Mcedo, o enfermeiro.

3.6 - O ARCANJO NEGRO DO APOCALIPSE

O ANÚNCIO DA CONFUSÃO E DA MORTE

A noite, como sempre ocorre em Maio na Cela e em todo o planalto central, veio fria embora com um céu estrelado mas sem lua.

Era um dia fantástico para caçar ao farolim. No entanto os usuais prevaricadores da lei venatória nessa noite não se movimentaram.

Os sobas das povoações mais próximas, habitantes das aldeias vizinhas e ainda grande parte dos empregados nativos das fazendas, oficinas, etc. da cidade, ao contrário do usual, andavam pela cidade nas cercanias da Câmara Municipal e sobretudo junto às tascas, beberricando, entrando e saindo, embrulhados nos seus sobretudos ou roupa mais grossa.

Estavam ali aguardando a Sessão de Esclarecimento por um membro do M.F.A.

Às 9 da noite, a turba de pretos, brancos e mestiços subiu a escadaria que dava acesso ao salão nobre da Câmara que, em avalanche e num repente, ficou repleto.

Dois soldados rasos, um cabo e um capitão, este de mangas arregaçadas, e camisa aberta no peito onde o pelo foi semeado em dia de vendaval e porque um super-herói nunca tem frio, passaram rapidamente pelo meio da turba que, com dificuldade, abriu alas; o capitão galgou para cima do estrado tendo os restantes militares ficado ao lado da janela que dava para a avenida.

O super-herói, com menos de 1,70m, olhou sobranceiro a assistência de queixo apontado em frente, pigarreou três vezes, fraco e soprano, teatralizando-se como adamastor, falou de uma forma estapafúrdia e «tipo cassette» sobre o 25 de Abril levado a cabo pelos colegas, e disse que a partir de agora era tudo com as F.A. pois, tendo sido deposto o regime fascista e opressor, o povo angolano tinha adquirido a liberdade e o direito à independência.

Os angolanos, negros e brancos, uns sorriram, outros ficaram à espera, mas a maior parte dos brancos olharam-se calados a ver o que dali iria sair.

O orador que segundo constava tinha sido estudante de biologia ou de sociologia mas que não tinha ido além do 2º ano de faculdade, com frases desalinhas de caserna, disse então estar ali para responder a quesitos que lhe fizessem. Do exórdio nada saía.

O primeiro foi um angolano que lhe expôs o seguinte caso:

Dois anos antes um patrício seu, pastor de gado dum proprietário branco cujos terrenos faziam fronteira com uma lavra sua, pegou fogo em círculo no capim para caçar um coelho que se acoitara no local e depois veio o vento e passou à sua lavra, queimando uns restos de cana de milho que tinha ainda maçaroca.

- Eram muitas? – Interrogou o representante do M.F.A.

- Vinte ou até trinta - respondeu o queixoso.

Continuando, disse ter feito queixa contra o branco para lhe pagar o prejuízo e que o branco lhe disse que não pagava pois nada tinha a ver com o empregado nem com a área pois o seu gado estava todo em parques. No tribunal foi lá toda a gente e o juiz absolveu o branco e o preto pirómano pois disse ser uso entre eles fazer queimada para caçar e que a queimada tinha sido feita na terra do patrício. Mas ele era empregado do branco. Mas ele ficara sem trinta espigas de milho.

- Esse juiz é fascista – replicou o grande orador do M.F.A. – Agora isso vai acabar. O fascismo morreu. O M.F.A. – (a maior parte dos angolanos nem a sigla conheciam) vai exercer o governo de tudo a partir de agora e os direitos vão ser para todos; todos somos iguais. Vamos viver em democracia!!!

Dentes brancos em faces negras brilharam à luz dos lustres do salão.

Os europeus e angolanos brancos nem tugeram nem mugiram.

A seguir, uns quantos continuaram a dizer uma e outras coisas sobre impostos, sobre mercados rurais, etc., coisas tão palermas e desajeitadas quanto ignorante era o orador e inacreditáveis eram os seus conhecimentos sobre África, os seus costumes, as suas leis e as suas gentes, o seu direito consuetudinário, a convivência harmoniosa e plurissecular, tudo.

Como tropa, devia ser de gabinete durante a guerra. Como homem, era com certeza um frustrado da vida, cheio de ressentimentos e de preconceitos.

Aos europeus, sobre o seu futuro, sobre os seus problemas, sobre a sua vida futura, nem palavra. Fez até nem dar por eles na sala mas deu por eles na Pousada que o não foram ouvir mas lhe pagaram os copos que bebeu. Viva o M.F.A.

Um silêncio apreensivo como mortalha de renda de requiem caiu sobre os brancos que se olhavam preocupados.

Nos dias seguintes a desconfiança imperava e parecia que cada um tinha na testa escrito a pergunta que lhe estava em mente: - E agora ?

Certamente que cada um se viu nesse momento completamente nu, atravessando novamente um deserto desconhecido à procura de uma velha árvore para aproveitar a sua sombra.

E a mulher, os filhos, o fruto de tanto trabalho suado, o seu investimento, os seus animais e alfaias, as suas casas???

Aqueles com quem lidaram, que estimaram, que ajudaram a construir o seu património deviam ser olhados como até esse dia?

Quem os defenderia? O M.F.A.? Mas não tinha cada vez diminuído mais o número de efectivos militares que estava sediado na Cela aguardando o embarque para Lisboa até ficar apenas as paredes do quartel e o mastro da bandeira?

Nas semanas seguintes a população ficou atônita com uma ordem emanada do comandante militar da zona, o capitão palestrante: cada europeu devia entregar as armas em seu poder, quer fossem de defesa quer de caça no posto policial no prazo de 8 dias.

Os “colonos”, amedrontados, lá cumpriram a tempo e horas o mandato. A população ficou desarmada. Com o desarme veio o medo, o desalento e a espera do terror, a exposição clara à insegurança que a partir daí se podia instalar.

Passados dias começaram a deambular pela cidade vestidos de camuflado militar, novinhos em folha uns, esfarrapados outros, militares negros uns que falavam um francês tribal, sem regras e sem sotaque original; outros falavam um português próprio dos angolanos, mas que por vezes sobre a roupagem de combate vestiam sobretudos civis.

Pior, só o quadro de Napoleão abandonando Moscovo!!!

Tinham entrado claramente em cena os 3 partidos: A F.N.L.A.,(que falava mais francês atabalhoado que português) o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A.

O primeiro movimento ocupou o abandonado quartel militar frente ao campo de aviação do aeroclube; o segundo tomou o campo de aviação grande, junto ao hospital; o terceiro parte de um prédio que lhe foi cedido por um europeu comerciante a ver se lhe eram concedidas algumas facilidades no futuro.

Diariamente cada um dos movimentos hasteava a sua bandeira logo de manhã a quem uma soldadesca impreparada mas armada prestava honras militares, soltando gritos clamorosos em quimbundo, o mesmo acontecendo à noite quando a mesma baixava.

A bandeira portuguesa continuou a hastear-se por uns tempos aos domingos deixando depois de o ser com receio que a mesma fosse vítima de vandalismo ou de desrespeito. Se era constado que alguns brancos a tinham calcado em Londres antes do 25 de Abril, teimar em ser português ou afirmar que Angola ainda era Portugal podia ser fatal.

A fina flor da política nacional estava defecando com amplas bochechas à mostra para cima dos construtores do império procurando o poleiro, sacrificando tudo, lá e cá. Até o comando na altura do exército português a quem competia a defesa da pátria se banqueteava com os novos senhores e se estava borrifando para isso.

Era uma terra com quatro bandeiras mas só a 3 tinha a população que prestar homenagem. O M.F.A. local no entanto estava-se nas tintas, como soe dizer-se em calão, para tudo isto.

Aconteceu até que certo fazendeiro europeu ao regressar da fazenda, por volta das 18 horas, passando em frente do aquartelamento da FNLA na hora do arriar da bandeira que ocorria a cerca de 100 metros da estrada, distraidamente não parou o jeep e um soldado que estava à porta de entrada atirou uma rajada de metralhadora que, por sorte, não atingiu nem o condutor nem a viatura.

A partir daí ou se parava e se perfilava fora da viatura ou então evitava-se passar pelos locais de aquartelamento às horas destas cerimónias. Havia ainda um pinga de vergonha e de patriotismo na maior parte dos heróis nacionais, construtores do império.

Começaram então as quezílias entre os movimentos de libertação e com elas as pequenas escaramuças militares.

Cada movimento cuidou de imediato em procurar sobrepor-se aos outros, possivelmente para demonstrar perante a comunidade angolana que a força estava de seu lado e, assim, quando chegasse a hora da independência, tivesse um dos pratos da balança a seu favor pois de antemão sabia que o fruto do trabalho, bens imóveis, máquinas, carros, rebanhos eram favas contadas a seu favor. Uma cidade novinha em folha, com infra estruturas em bom estado, uma economia agro-pecuária próspera e muito mais ia cair direitinha nas mãos deles.

Do discurso confuso, carregado de ódio, e de pré-convite à insurreição dos negros pelos três movimentos ditos de libertação, na maior parte da comunidade branca surge uma nova e consequente tomada de posição: a adesão a um movimento que mais o convencesse e entusiasmasse como forma de continuar em África mas, sobretudo, para salvar a família e manter os seus bens. Passo em falso.

O desconhecimento total dos programas de cada movimento, a teimosia do governo português em entregar Angola ao M.P.L.A pois o P.C.P. dominava e mandava `vontade o governo provisório e constitucional em Lisboa, o envio de camaradas revolucionários ou comprometidos para guardar e proteger o governo liquidatário do Estado, o posicionamento das mais altas autoridades ao lado do PC, eram a prova provada de que tudo seria pasto fácil para aniquilamento da etnia europeia, negra ou mista, todos julgados ao prazer de cada um como fascista, colaboracionista com o branco, mesmo que fosse negro como as ramas petrolíferas.

Assistiu-se ainda a espectáculos insólitos e impensáveis;

O palácio do Governo Geral, que sempre esteve ocupado desde séculos por militares de carreira, autênticos, ousados, sérios, sem medo e a cuja entrada principal, logicamente, tinha um guarda militar ou da PSP, a partir da sua ocupação pelo almirante da Rosa, pelo Jesuíno e por outros similares, passaram a ter grupos de soldadesca barbados à porta, de metralhadora ligeira, em cavaqueira de caserna e, no telhado, grupos de 4 a 6 militares, de barba longa como Albuquerque, de metralhadoras pesadas assentes em tripé, que se resguardavam do sol debaixo de guarda-sóis de praia, multicolores, e bebiam... «Cuca» à vontade. (perdão pela publicidade à cerveja do Manuel Vinhas, que Deus tenha).

Eram, da porta ao telhado, todos do COPCON, dizia-se.

Ao cair da noite, um heli, para usar linguagem mais moderna, vinha buscar “os cagões maiores” transportando-os para um barco ao largo, onde dormiam, regressando de manhã.

Durante este consulado carnavalesco e semeador de ódios entre os próprios angolanos, semanas mais tarde veio juntar-se o que agora batizarei de «MOLVEC» (Movimento Liquidatário e Venda das Colónias) formado pelos mais altos democratas nacionais, Luís Fontes, A Santos, M. Antunes e outros ilustres conselheiros, com ou sem pasta, que a bordo do iate do Sesse Seco e de outros que tais que já tinham decapitado brancos e pretos nos novos estados de África, nem sei se até comeram alguns, fizeram a feira e acertaram as coisas finais.

As lutas tribais de antanho vieram então ao de cima e o governo fantoche português, desde presidente aos ministros “empastados” ou sem pasta, nada ilustrados em questões africanas e ainda a maior parte bafejados da guerra, acharam tudo muito natural e próprio de uma democracia emergente, mas apenas e só entendiam e confraternizavam à socapa com o M.P.L.A..

Mas nem isto abriu os olhos aos residentes da Cela.

Quando se encontravam nos cafés ou noutros lugares públicos pareciam autênticos treinadores de bancada, discutiam a penetração e ligações dos movimentos de libertação angolanos a outros órgãos internacionais, chegando-se por vezes ao ponto de alguns gritarem que se tivessem que empunhar armas por um movimento, não queriam saber dos brancos que estivessem do outro lado, mesmo que fossem da família.

Era a confusão total. Era a tentativa do náufrago em agarrar a única bóia.

O futuro da sobrevivência, a incerteza e o medo e ainda a vontade de guardar e preservar o fruto do seu trabalho suado geraram uma loucura colectiva num grau tal que jamais parou até ao êxodo final.

Compreendeu-se então o porque de tantos e tantos emigrantes em outras partes do mundo suportarem guerras, assaltos, e sobretudo permanência em territórios de alto risco.

Nunca se viu tanta confusão nas almas, tanto medo transformado em ousadia, tanto receio e sentir transformado em estupidez involuntária!!!

Quando se sabia que alguém, português ou não, se preparava para abandonar o território não eram poucas as vozes que logo o adjectivavam de covarde, de maricas, de falta de confiança.

Instalou-se um medo generalizado que se demonstrava numa desmesurada e mentirosa confiança no futuro.

Mas segurança, defesa de vidas por parte do novo governo chefiado pelo almirante da rosa, era coisa completamente nula. Os europeus ou eram fachistas ou ladrões de negros ou implicados com o antigo regime. Que se lixassem....

Tal comportamento de desprezo fazia com que cada um, acima de tudo, temesse ficar entregue à sua sorte e destino ou mais concretamente, entregue à bicharada.

Estranho comportamento o do homem!!!

Mas logo logo começou a situação a tornar-se séria.

Foi num ápice que os carpinteiros e marceneiros esgotaram as suas reservas de madeira, seca ou verde, fabricando caixotes grandes, médios e pequenos, com medidas pré- apresentadas ou não; que as malas de porão desapareceram das lojas; que camisas meias, sapatos, cintos, máquinas de fotografar, aparelhos de televisão que não existia ainda em Angola, aparelhos de topografia, etc. desapareceram; as lojas ficaram com as montras nuas.

Toda a gente começou a preparar-se para o êxodo. A vida, a honra, os filhos começavam a falar mais alto. O desprezo pelos altos responsáveis de Luanda para com os “colonos “ – assim falavam para gáudio dos “ vendilhões “, silenciosamente mas com raiva se manifestava.

Ficavam até tristes, certamente, que se tentasse tal coisa – o êxodo.

O branco para eles não passava de um explorador e sugador do preto.

Como tal, tinha que deixar tudo e até a vida em holocausto para expiar os pecados de séculos.

«Desde D. Afonso Henriques que tinha sido tudo uma merda – afirmavam muitos democratas libertadores. Agora estamos logicamente nisto».

Em Luanda, no palácio do governo-geral, continuavam os telhados repletos de guarda-sóis de praia, coloridos, como se, por cima das telhas, se procedesse a um arraial, a uma feira. Guardavam a podridão e a aberração da coragem militar, os recém-chegados à política, carregados de ódio contra tudo e contra todos pois em todos eles viam futuros acusadores de dedo em riste, atribuindo-lhe mortes, orfandades, estropiamentos, desgraça, a maior do mundo.

O povo trabalhador em Luanda, perdia o respeito pela autoridade e amotinava-se reclamando pela falta de segurança nas ruas, em casa, nos lugares públicos. Os pretos, perante o irresponsável e propositado desprezo do governo face às crescentes reclamações, regozijavam e compareciam a dar apoio às medidas tomadas. Como classificar tal atitude? Uma merda de gente, de governo, de tropa. Uma vergonha histórica: o Portugal de hoje que se reciclou.

Os impérios antigos caíram com honra, luta e sangue. Não foram vendidos nem capitularam ou se entregaram por caprichos ou ódios. Transformaram-se e contento e convenientemente.

O Império Português caiu com sangue, mas sangue de trabalhadores, de heróis anónimos fazedores de estados modernos e de riqueza, sendo no entanto conspurcados pelo cuspo do desprezo dos governantes improvisados pela força das armas, sem honra, com medos e vergonhosamente porque aos negociadores não faltou postura, pois até iam todos vestidos a rigor e não faltou concordância pois sabiam ao que iam e os nossos chegaram ao ponto de consentir que grupos de terroristas estrangeiros que não passavam de gente armada dos movimentos presentes em Alvor e que ainda há bem pouco os bombardeavam na mata, fizessem a segurança dos seus chefes, das suas aeronaves e se estivessem nas tintas para o exército português pois sabiam que era um exército incapaz, rendido e a entregar o resgate.

Há no entanto que enaltecer e louvar o povo honrado do exército português que lutou com honra, chorar e louvar os seu mortos, a sua disciplina, o seu esforço e que, pelos menores e vendidos companheiros de armas, foi atraído quando podia instaurar a democracia e libertar as colónias, tornando-as independentes, doutra forma, com honra e para bem de todos.

O que faltou foi respeito por todo o povo português disperso por África até à Oceânia e até pelo povo metropolitano que embarcou nas cantigas que o forçaram ouvir e, sobretudo, falta de conhecimento, de senso sereno, político e humano. «Mísera sorte!!! Estranha condição!!! »

Para matança/aborto na barriga da mãe, fez um referendo; para entregar homens à sua morte...cada um que se safe como puder. Bela postura democrática. O povo é quem mais ordena...

3.7 - O EXÉRCITO QUE DERROTOU OS PORTUGUESES

Cela, 21 de Junho de 974.

Logo após a hora de almoço verificou-se um movimento de tropas ou melhor, umas 2 dúzias de elementos da Unita em correria desordenada.

Três homens postaram-se no jardim fronteiro ao Clube – um, ao lado do coreto que assentou num tripé que tinha fixado na relva, uma metralhadora pesada, apontada para o lado oposto ao clube; outro, mesmo ao lado da vitrine da farmácia local, instalou arma igual apontada para o lado da igreja e o terceiro postou-se ao lado do banco Pinto & Sotto Mayor visando o Centro de Saúde. Todos a descoberto havendo no entanto nos mesmos locais, bastantes pontos para vigiarem ou atirarem com segurança e protecção.

Como miúdos brincando aos polícias e ladrões, corriam vergados outros soldados então dispostos por entre os canteiros do jardim da Igreja, rogando pragas em altos gritos.

Toda a gente se meteu dentro de casa e aguardou.

Alguns, passado pouco tempo, começaram por sair e logo se constou que o morro de S. Cristóvão tinha sido “ocupado” pela Unita isto ainda quando Portugal era dono soberano de Angola, havia portugueses no terreno a trabalhar, quer na Administração Civil, quer em Serviços Estatais quer ainda na indústria e comércio e ainda nem sequer tinha sido realizada a venda ou feito entrega do produto da rendição!

Um funcionário da farmácia, receando que uma bala maluca rebentasse a vitrine, a ele e o resto, abriu a porta e disse ao soldado:

-Ó pá, você não vê que está a descoberto e se alguém atira, você está f...

-Deixa. O chefe mandou.

-Não pode. O chefe tem esperto no cabeça! Você é que não entende nada.

-Vai pró c....O chefe sabe. Mandou e pronto.

-Não pode. Vem o chefe e você vai ver se ele não chama você de burro.

-Eh?

-Claro pá. Onde se viu soldado estar a descoberto? Mas afinal você vai lutar porquê?

-Um gajo do Emepelá fez com um dedo um “piço” prá gente.

-Ah foi?

-Agarrou na “cospe fogo” e lá se foi colocar atrás do coreto, junto do outro, protegendo-se.

O que se estava a ensaiar era aquilo que iria durar 2 dezenas de anos ou mais após a entrega apressada de Angola pelos nobres guerreiros da Ilustre Casa Lusitana – a luta entre movimentos.

Por volta das 4 horas da tarde, um tipo desajeitado com camisa camuflada toda aberto no peito e com botas maior que o pé, ainda por cima todas cambadas, com um quico também camuflado sobre a cabeça que mais parecia solidéu de bispo, com um cabelão qual juba de leão solitário, descia do lado da igreja fazendo com a mão direita largos gestos de enxota galinhas ou de semeador de milho e na esquerda uma G7 usada pelo exército português a quem os “libertadores” deram ou permitiram o seu roubo.

Lá foram. A tensão passou. As lojas reabriram, os cafés começaram a ter meia dúzia de clientes curiosos em saber as últimas. No entanto o silêncio era total, quebrado apenas pelo roncar dos jeeps da J.P.P. ou de outros particulares que regressavam dos campos à cidade.

Os condutores dos jeeps, ao passar por alguém conhecido, saudavam em silêncio com a mão direita fechada soltando apenas o dedo direito indicador fazendo dele castanholas sobre os outros fechados, significando: Bolas! Isto está a ficar feio! Chiça!!!

Nessa noite um grupo de amigos juntou-se na Pousada para ter o último jantar na Cela. Ia suceder a primeira leva de largada.

Após a borrasca da tarde, os filhos de alguns desse grupo anteciparam-se como de costume e partiram para lá, brincar em loucas correrias e gritos uns com os outros aguardando os pais. Repetiam o que faziam quotidianamente ao longo de anos com os filhos dos angolanos empregados na Pousada, pois todos eram amigos e em quem a cor da pele era um acidente de percurso.

Lá estava a família do juiz, do administrador do concelho, do presidente da Câmara, do médico, da farmacêutica, dos veterinários, do chefe da J.P.P, do Chefe dos Correios, etc.

Podia dizer-se que quem lá estava eram aqueles que tinham por missão e dever fazer rolar o desenvolvimento da Cela.

O jantar tinha sido marcado para as oito.

Os últimos a chegar foram naturalmente os homens pois tinham que deixar a secretária limpa e o serviço em dia.

Três deles chegaram em simultâneo. Saíram dos carros e de imediato constataram que sobre o telhado da Pousada estava uma série de soldados da UNITA, agora com armamento mais pesado – basucas.

Como era costume deixar as chaves nos carros, os três levaram de imediato as suas viaturas para as traseiras do edifício e foram levando seguidamente as dos amigos.

Terminada esta tarefa, um deles gritou para cima:

Saiam daí. Vocês em caso de ataque são os primeiros a cair. Deixem-se estar e logo verão.

Inesperadamente, num jeep, surge o chefe da UNITA local. Momentos depois o chefe do MPLA local.

Com um apelo de alguns dos presentes ambos entraram na pousada.

- Eh pá! Vocês vejam lá! Tantas mulheres e tantas crianças angolanas aqui, e vocês, porque carga de água foram logo escolher este sítio ? Porra!!! Vamos lá a ver se todos nos entendemos como amigos, homens e gente!

Olhares de morte entre os dois chefes. Palavras trocadas em dialecto nativo. Os militares da UNITA retiram do telhado. O chefe do MPLA pede o telefone e liga.

Pronto. Acabou.

Na Pousada havia um velho piano.

Os homens que iam partir para o puto mandaram vir uma garrafa de whisky que logo vazaram nos copos, sendo servidos primeiro os dois comandantes.

- Á nossa.

- À de todos.

O comandante do MPLA, pessoa culta, com larga vivência europeia, ex-seminarista quase padre, era excelente executante de órgão e piano.

Após uns copos bebidos nervosamente como o seu colega rival, do sofá onde se tinha instalado, salta para o piano, retira-lhe o guarda-pó, abre a tampa, senta-se no banco, dedilha cariciosamente as teclas e logo de seguida ouve-se soar na sala granítica a melodia “ Pour Élise “ seguindo-se depois outras melodias angolanas e portuguesas.

O comandante da Unita, educadamente, cumprimentou o seu colega rival e saiu; imitou-o seguidamente o comandante-artista.

Foi este tipo de exército que “fez a barba” ao garboso, inteligente, responsável, extraordinário, democrático, libertador, brioso, valente e político exército português.

No dia seguinte, de madrugada, partia da Cela em direcção a Novo Redondo uma caravana de carros.

Às oito da manhã, a Cela encontrava-se sem a força motora da sua vida.

Entrara em coma.

A partir daqui.... foi a guerra, a destruição e a morte para os angolanos.

Foi o holocausto para negros, perpetrado e consentido pelos descendentes dos antigos descobridores, lançando negros contra negros, que foram tombando pelas armas de irmãos, ou por doença, ou por bombas deixadas pelo exército português, enfim, 20 anos de autêntica chacina

3.8 - A D. BRITES DA CELA

Era uma Senhora. Uma grande Senhora.

Culta, simpática, educada, semblante quase sempre alegre para não dizer sempre, pois há sempre na vida algo que interrompe a alegria, amiga do seu amigo, Cerineu para muita gente,

conselheira baseada num saber só de experiências feito, caridosa ao extremo, mãe excelente, esposa dedicada, compreensiva e coadjuvante do marido, enfim, uma Mulher de excepção.

Para além destas qualidades morais era excelente jornalista, tinha entrevistado embaixadores, políticos e elaborado e publicadas crónicas ocasionais e estava sempre na linha da frente para auxiliar quem quer que fosse, independente da cor, idade ou credo.

Em sua casa sempre houve imensas crianças desprotegidas que ela agasalhava, criava, educava e mandava à escola ou ao liceu.

Como disse um dos seus filhos quando ela desceu à terra, foi chamada de mãe, de madrinha e de amiga por muitos e muitos. E foi verdade.

Nunca se intimidou por coisa alguma ou por alguém, de governadores a simples autoridades. Frontalidade, inteligência e oportunidade foram sempre qualidades que todos encontraram e apreciaram nela.

Mas tal carácter e firmeza estavam ainda para se demonstrar.

Em Angola vivia-se aquele tempo idiota e opulentamente estouvado dos governos de transição, inventado e imposto pelo Almirante da Rosa Vermelha e quejandos do acordo de Alvor, caracterizado pelo governo temporário de 4 meses por cada um dos 3 movimentos de libertação.

Só mesmo de português – diria um brasileiro.

Um verdadeiro espectáculo circense para suas excelências se divertir e gozar com os ainda governantes e colonos.

Ocorreu certo dia que o responsável pela pasta de agricultura do movimento em funções de governação decidiu ir visitar a Cela para se inteirar das possibilidades e realidades agro-pecuárias da zona.

De Luanda marcaram dia, data e hora da chegada ao governador de distrito, o governo local legítimo pois a independência ainda estava para vir meses mais tarde, e mandaram estar tudo a postos para receber a caravana governamental às 10 horas da manhã.

Indicaram ainda a hora do almoço para as 13 horas devendo estar presente ao repasto apenas o governador do distrito, indo portanto os directores de serviço locais comer a sua casa ou onde quisessem após os cumprimentos.

Cada um deles, à hora de todos os dias, estava no seu gabinete trabalhando normalmente juntamente com os funcionários; e foi passando o tempo até às 12 horas.

Estando encavalitados os ponteiros do relógio, todo o pessoal saiu ficando apenas o responsável máximo.

Chega a uma da tarde e nem caravana nem carro vassoura surgiam no horizonte.

Telefonema dos directores entre si e supôs-se que a caravana ter-se-ia dirigido para o local do almoço, a Pousada, dada a hora.

Resolveram então passar pelo sítio indicado a ver o que se passava e quais as novas.

Nada. Da caravana nem sinais nem notícias.

No cimo da escadaria da Pousada, o Governador, o seu secretário, alguns hóspedes, os donos da Pousada e poucos mais cavaqueavam, uns sorrindo, outros mostrando ares de preocupação pois a ementa tinha sido preparada para a hora e comida retardada para tais comensais passageiros não era de bom tom.

O governador mostrava-se nervoso pois tinha sido apanhado de surpresa e nem sequer lhe tinha sido indicado o dossier para apreciação. Tudo era incógnito.

Como se dizia popularmente, tudo tinha sido feito à “pressa, à preto e à matroca”.

O tempo foi passando. O governador e os donos da pousada começaram a ficar nervosos. Passou uma, depois outra hora. Eram 15 horas da tarde e, da caravana, nem sinais.

Resolveu-se então mandar alguém fazer novo telefonema. Mas notícias... nenhuma.

Tudo continuava pronto e nos seus postos: o cozinheiro mantendo o fogo vivo, os empregados nas suas calças pretas, casacos brancos e papillon, os donos cada vez mais nervosos, o governador andando de um lado para outro pronunciando por vezes alguns palavrões...

Por volta das quatro da tarde ouviram-se várias buzinações diferentes dos carros oficiais que eram usuais, um até tocava parte da «cucaracha» e eis que surge, finalmente a caravana que estacionou frente à escadaria da pousada.

De imediato, saltam dos carros os homens da segurança.

Vestiam camuflados novinhos em folha e calçavam botas pretas, bem polidas e atadas com cordões brancos e na cabeça boinas ver e vermelhas.

Mas mãos, para ostentação de força e poder mas sobretudo de estupidez pois segurança assim jamais tinha sido vista, bazucas com a “artilharia” no extremo pronta a disparar caso surdissem agressões a tão excelentíssima, luzidia e anafada comitiva.

Dois deles, como velozes gamos, e transportando com eles a “ferramenta” galgaram a escadaria da pousada penetrando no seu interior.

De imediato, seguindo-os, entra a senhora.

Foi dar com eles na cozinha, com o pessoal assustado, enfiando na bocarra, tipo bico de pato, um tornedó.

- *Eh! lá. Que vem a ser isto? Que pouca vergonha é esta? Rua e já.*

- *Nós vêm provar a comida do senhor ministro e do pessoal. Nós é a segurança.*

- *O quê? Milhares e milhares de pessoas tem comido e dormido nesta casa e nunca ninguém, nem mesmo governantes ilustres ousaram fazer tal coisa. Rua e já seus seguranças duma figa.*

De olhos esbugalhados, calados, cabisbaixos, engolindo inteiro cada um seu tornedó, os ilustres, destemidos e confiáveis elementos da segurança roncaram:

- *Sim senhora.*

E lá se foram juntar à comitiva que entrou, comeu e bebeu voltando no final a Luanda, fartos, alegres e solenes mandando para as cucuias os problemas da Cela.

Os brancos iam deixar largos milhares de cabeças de bovinos e suínos para futuras festas, casas, veículos de trabalho e máquinas agrícolas, indústrias, uma rede de estradas importante e no resto de Angola, portos, caminhos de ferro, empresas aéreas, empresas de transportes terrestres, barcos de pesca, uma panóplia superior ao que havia em Portugal, petróleo, diamantes, ferro, ouro, madeiras, enfim, tudo aquilo que muitos estados não têm.

Mas venceu o ódio com o nome de liberdade, democracia e tudo o que pode caber em cabeças que só castraram e mataram o país.

3.9 - VAI SAINDO A PROCISSÃO

Aqueles três eram marca “Top Mais” na arte de Minerva.

Quase sempre no fim do almoço encontravam-se a tomar café como que chamados por voz desconhecida:

A lua e o tempo.

- Viva! Boa tarde.

- Boa tarde.

- Este sábado é lua nova.

- Entendido. Vamos lá.

Era a senha.

Na sexta por volta das seis da tarde, armas, munições, enlatados, garrações de água, bidões plásticos de gasóleo, caixa de medicamentos desde soro antiofídico, passando por efedrina até ao adesivo, tudo estava pronto e carregado e envolto em alguns cobertores e roupa pesada.

E lá se punha em marcha a viatura, cuidada e em boa forma, com dois pares de pneus sobressalentes, estrada fora até entrar na mata e dominar a picada, nem sempre agradável pelos solavancos.

Ao fiscal da área já tinha sido denunciado, por várias vezes, o grupo, por outros que tinham sido apanhados e multados.

A vantagem estava na diferença das viaturas porque as duas usadas, alternadamente, pelos três eram novas, bem tratadas e com modificações diversas, contrastavam com as da fiscalização eram velhas, a bater por todos os lados e nem sempre com especialistas e manhosos ao volante.

Dias antes uma passagem pelo cemitério de viaturas eram retiradas algumas chapas de matrícula de carros estampados para o que desse e viesse, não fosse o diabo tecê-las.

Certa vez, o fiscal que ara alto, magrinho como uma cana de milho, olho claro e com a cabeça abanando quando falava, sentou-se a tomar café com o triunvirato e largou o aviso:

- Qualquer dia vamos ficar zangados porque vou apanhar os senhores e depois não se queixem. Sei muito bem o que tem andado a fazer. Estão avisados.

Estabeleceu-se um jogo do gato e do rato.

Tomou-se café, conversou-se mais um bocado e cada um para seu canto para trabalhar o segundo período do dia.

Mas na sexta-feira seguinte, como ao stresse da semana fazia falta, lá foi a malta matar o cansaço laboral.

Resolveu-se ir para os terrenos da Midal, bem a montante da Sanga e atravessar a ribeira sempre caudalosa com a ajuda do guincho do jeep para maior tranquilidade.

Por um amigo não caçador o jeep seguiu para a Quibala pois este tinha que tratar lá de assuntos da sua vida e esperar junto ao hotel enquanto os três seguiam, desportivamente num

carro de turismo impróprio para se lançar à picada, viatura que seria no regresso trazida pelo mesmo e deixada nas traseiras do hospital da Cela.

E como se planeou, assim se fez.

No entanto nem sempre os deuses são bons gostando de pregar partidas.

Chegados ao Catofe, na esplanada do bar quem havia de estar, de sorriso aberto, a abanar a cabeça, de cremalheira branca aberta em face morena?

O magrinho do fiscal.

Paramos, cumprimentamos, sentamo-nos todos à sua mesa após pedir licença e pedimos para trazer uma garrafa de Whisky “ Old Parr” e garrafas de água Castelo.

O rapaz do bar trouxe 3 copos que colocou na mesa mas logo se pediu mais um para o fiscal que, para além de olhos esbugalhados, ficou de boca aberta pois beber 3 pessoas uma garrafa de whisky antes de caçar... não é de loucos é de estúpidos imprevidentes.

Falou-se de tudo menos de caça.

Contaram-se anedotas, falou-se de sexo, de terrorismo, de bola, enfim, conversa fiada para fiscal ouvir.

Ele foi bebendo pois tinha a garrafa à ordem e nos restantes 3 copos, mais água que álcool, apenas cada um bebeu dois.

Moral da história, ele apanhou uma “cadela” média, começou a gaguejar e um dos três olhou alarmado para o relógio e disse:

- Eh! Pá !!! Já são horas de começar a boda do casamento!!!

- Tchau, amigo até logo.

Enquanto se arrancava com o carro rumo à Quibala, viu-se que ele, de pé, apoiado com a mão na mesa, tinha na outra um telecomunicador. Mas não se fez caso.

Chegados à Quibala, petiscou-se qualquer coisa no bar do hotel do Campos e logo se mudou de viatura e seguimos rumo à Sanga.

Os Raimundos que tinham as searas de arroz já perto da Sanga mas que pertenciam ao território administrativo da Quibala, para não fazer sofrer as suas máquinas e viaturas, tinham passado, dias antes, a motoniveladora na estrada o que ocasionou uma chegada mais rápida e sem solavancos até à proximidade da Sanga. Daqui para a frente era a picada no meio da pradaria onde se alimentavam os bovinos necessitados de engorda ou de reserva para abate.

Chegamos a casa do gerente da Midal já escurecendo. Paramos aí um bocado, tomamos café e uns doces caseiros, enquanto os dois pisteiros do costume estavam impacientes à volta do jeep, arrumando umas latas e umas roupas pesadas com as mulheres e crianças, tudo alegre. Pressentiam que a caçada seria boa e que não lhes ia faltar carnicha para largos dias.

Tomado o café e após termos trocado rápidas impressões com o gerente quanto ao local onde poderíamos ser bem sucedidos na caçada, fomos informados de que, passado o rio, era bem provável que encontrássemos duas manadas de palancas e ainda búfalos pois dias antes haviam regressado àquelas paragens.

Um dos pisteiros foi informado e logo partimos após termos libertado as armas dos seus invólucros, preparado o cinto das munições, enfiado umas camisolas pesadas e, sobre elas, um camuflado militar.

Novamente em marcha, abeiramo-nos do rio, o pisteiro passou a vau o mesmo levando consigo a ponta do guincho que atracou numa frondosa árvore.

O solo naquele ponto era granítico o que evitava o enterramento mas a inclinação era razoavelmente acentuada mas sem grande perigo desde que se passasse com algum cuidado.

Passamos.

A partir daí, o breu da noite sem lua deu mais brilho às estrelas e à música de milhares de batráquios cantando ao desafio. Luzes do jeep nos mínimos e o farolim aceso que o pisteiro manobrava tipo farol marítimo para o largo, para um lado e para outro, batendo por vezes no

chão na frente do jeep para indicar a direcção a tomar ou traçando um risco horizontal tremido se algum buraco ou monte de térmitas estava em frente.

Era impressionante o silêncio dos homens que apenas segredavam quando era necessário e os seus olhos corriam acompanhando a luz de um lado ou outro. O condutor apenas se preocupava com o caminho a seguir atendendo aos sinais luminosos dados pelo “ faroleiro “.

Num repente, três pancadas com o dedo médio na cabina da condução, sinal de que algo se estava adivinhando e, por isso, a condução se já era lenta, mais lenta se tornava. Se houvesse uma pancada apenas, era para se imobilizar a viatura e esperar que o animal ou animais fossem cobertos com o foco.

Soou a pancada seca, parou-se o motor e, acto contínuo, foco em cima do que já tinha sido percebido no cruzar de luz de um lado para outro: uma pequena manada de palancas jovens que levantaram a cabeça e esperaram.

Soaram dois tiros quase de imediato e duas delas caíram redondamente no tapete de pasto verde enquanto as outras se afastaram para o largo, a trote. Eram dois machos jovens, bem nutridos.

O jeep voltou a colocar-se em marcha mas já em direcção dos caídos. Saltando do jeep, o pisteiro com mais dois colegas, levavam já um cesto com o fundo coberto com folhas de bananeira, outro um facão e uma catana e o outro uma lata grande.

Cada um dos bichos foi imediatamente sangrado, cortando a cada um as carótidas correndo o sangue livremente pelo chão; logo após esta operação, foi aberto o ventre, cortado o sexo e esvaziadas as entranhas que fumegavam no frio da noite; fígados, rins e pulmões foram separados e deitados no cesto com folhas de bananeira e, como sempre, aberto o estômago, foi retirado de um compartimento uma verdíssima massa verde, mas fina que esparregado, tipo puré de batata, lançada imediatamente no balde e tapada com um pano.

Para uma pequena árvore perto, arrastaram-se e içaram-se com uma corda os dois animais pelas patas para escorrerem completamente, fixaram-se bem e com um isqueiro queimou-se a cada um pouco de pelo, ficando no ar um cheiro típico de couro ardido para afugentar qualquer animal carnívoro atrevido.

De novo a caravana em marcha.

Andamos cerca de 15 minutos mais e à nossa frente deparou-se uma ilhota de árvores, vulgo “muchito”, em quimbundo.

O pisteiro corta com a luz repentinamente o caminho do jeep de forma violenta batendo com o dedo fortemente no tejadilho, enquanto se dobra para a frente, tentando falar com o condutor como a justificar-se:

- Pacaças.

- O quê?

- Está no muchito. Olha a marca do pé aí fresca na frente e a merda dela.

Num repente tudo ficou escuro pois farolim, luzes do veículo, tudo foi desligado. O pisteiro, rei e senhor daquela noite era o professor catedrático dos hábitos, saberes, engodos e psicologia da bicharada.

Rápida e bruscamente com sinais, distribuiu as armas com intervalos de 10 metros cada uma e colocou um colega com a bateria de reserva ao ombro, enquanto engatava na mesma as pinças do farolim. Falava em surdina:

- Vamos no escuro até eu diz; quando acende farolim, vós dois avança para lá; tu vai comigo; vós só dá fogo depois de eu acender farolim e depois dele. Ninguém faz barulho.

Começou uma caminhada lenta e a passo como noiva em dia de casório a entrar na catedral, durante uns curtos minutos; a adrenalina ia subindo aos poucos; sentia-se a bexiga a querer segregar algo; as fontes da cabeça a latejar; todos estavam atentos a qualquer barulhinho.

Acercamo-nos do muchito a uns 50 metros.

Num repente, acende o farolim, fixa o muchito e com a luz “ abanica “o chão das árvores.

Nervoso, majestoso, audaz, guerreiro, ofegante e expelindo vapor pelas narinas, arranca uma enorme pacaça macho que, num repente, para e se detém.

Houve alguém que disse que «parar é morrer».

E foi o que aconteceu. Ouviu-se de imediato um estampido seco e, acto contínuo o bicho cai fulminado, de lado, tremendas exaustivamente as pernas por um tempo até se quedar de vez.

Enquanto o guia da manada expirava, a manada estava sem comando e safu para se arregimentar. Foi o suficiente.

As outras duas armas cuspiram projecteis e mais dois animais tombaram enquanto os demais, desordenadamente, bateram em retirada.

O primeiro atirador, antes de se aproximar do bicho tombado, virou as costas aos outros, abre o zeep, urina, limpa no final a mão direita às calças, puxa de um cigarro, acende-o e atira ao ar umas fumaças bem tiradas. Dirige-se ao jeep, abre uma caixa de madeira, mete nela a mão e saca uma garrafa de Cognac Napoleon, desenvolveu – a, sorveu um trago e depois pigarreou. Então foi juntar-se ao resto da comitiva.

Entretanto o pisteiro, professor de “ natura et consuetudines animalium “, com os amigos que terminavam de sangrar e extirpar as rezes, foram chamados seguidamente para se juntar aos demais.

O jeep tinha sido trazido para o local onde se juntara a comitiva pelo primeiro atirador. Dele retiraram-se duas caixas de madeira que tinham sido colocadas entre os assentos laterais do jeep, logo por trás da cabina e delas retirou-se pão, latas de conserva, cerveja, água uma garrafa térmica com café, copos de plástico, e umas sandes de carne.

Fez-se logo um pequeno fogo para não alertar os bichos para aquecer a malta enquanto se descansava e comia.

A cerveja foi distribuída pelos nativos, permitindo-se lhes o acesso livre ao que quisessem do restante. Comeram do que quiseram.

Por último a todos foi distribuído um pouco de cognac.

As rezes foram içadas cada uma em seu pau para escorrer.

O pisteiro informou que íamos flectir para a esquerda e que logo adiante iríamos passar por um terreno um pouco alagado onde havia umas palmeiras dendê.

Seguimos apenas com a luz do jeep e uns quilómetros adiante lá vimos sinais aprofundados de rodados, sinal de que o tal terreno com água estava já ali.

Ligou-se a tracção e a água brilhava apenas num espaço de 10 metros sinal de que as dificuldades não eram por aí além. Ultrapassada a água, o pisteiro faz sinal para apagar as luzes ligando o farolim e faz sinal para virar à direita.

Num repente, corta com a luz o avanço do jeep e fala pela janela ao condutor:

- javali.

Agarram-se nas armas de 2 canos, no cinturão de cartuchos de 9 bagos e salta do jeep em direcção às palmeiras.

Ali estava uma valente vara de javardos, desde leitões a verrascos e marrãs. Os mais velhos chafurdavam e reviravam na lama enquanto a canalha brincava guinchando.

Cada atirador só atirava para o lado em que se postara: o da esquerda para a esquerda, o da direita para esse lado e o do centro também.

Começa a artilharia.

Quando os bichos pretendiam ir para a esquerda, encontravam fogo: se para a direita, idem, o do centro aproveitava a confusão gerada no círculo.

Contabilidade feita, 9 adultos e 21 crias.

Tinham sido dados muitos tiros seguidos o que poderia chamar a atenção de alguém pelo eco que se estendia para longe facilitando ainda a localização. E, a dado tempo, surgem, bem longe, três pontos de luz. Nem chegou a haver sobressalto pois o pisteiro logo informou:

- É o tractor da casa.

Respiramos fundo.

Soubemos então que nesse fim de tarde tinha chegado à fazenda da Midal um camião com abastecimento de víveres para o pessoal e que o tractorista vinha àquelas horas distribuir pelos pastores do gado que estavam num acampamento logo à frente e que iria passar por aquele local.

Logo nesse instante se resolveu, depois de ouvidos os nossos companheiros de caçada, distribuir os javalis.

Cada um dos atiradores, optou por um leitão. O pisteiro resolveu-se por 3 javalis grandes e 2 leitões. Os outros dois ficaram com o resto dos javalis e 2 leitões. O restante, leitões apenas, quando chegou o tractorista, um mestiço quase negro por efeitos solares, foi-lhe entregue para distribuir também pelos pastores.

Assim sabíamos que em caçadas futuras seríamos sempre bem vindos e recebidos. O pisteiro, entretanto deu ordem para preparar 3 leitões para os caçadores, esventrando-os e acomodando-os em folha de bananeira ficando atados como múmias.

Fazia um frio de varar a carne. Doíam os dedos grossos dos pés e dava a impressão que as unhas dos mesmos se iam enfiar nos extremos pela carne dentro. As mãos esfriavam também mas eram afagadas pelo soprar da expiração oral para dentro delas, juntando-as em concha.

Os nossos companheiros tentavam enrolar-se nos pesados sobretudos militares esverdeados de origem americana que tinham sido adquiridos num fim de semana na loja ainda distante onde compravam ainda outras coisas, pois carne, peixe, feijão e óleo era-lhes fornecido pela empresa, para além da roupa e cobertores.

Resolvemos descansar novamente e novamente tomar um café com cognac para contrariar o frio da noite. Oferecemos uma garrafa de S.Domingos com um copo de plástico ao pessoal acompanhante para beber à vontade entre eles que, logo aberta, ficou pelo meio e em mão do pisteiro.

Era costume tratar o pessoal com respeito e bem e ainda atirar bem. Houve casos de improvisados caçadores ficarem sós no terreno pois havia áreas em que se dizia ir caçar uma cabra e sair uma onça, um leão ou um búfalo. E mau atirador ou um seu acompanhante... pode levar com o bicho em cima. Com esta política e diplomacia venatória assegurávamos uma parceria de respeito e amiga pois sabiam ainda que com eles era repartida a maior parte da caçada.

O frio era intenso e húmido. A noite era escura como asfalto e proporcionava uma visão esplêndida do universo celeste. As estrelas cintilavam mostrando o seu brilho realçado pela ausência de nevoeiro e nuvens. Ouviam-se ainda longe de nós o cântico erótico dos sapos e das rãs que viviam nos lameiros. Uma vez por outra cortavam a noite o ladrar dos cães dos pastores de gado que pressentiram presenças estranhas. Era a noite dos trópicos cheia de mistérios, sons e surpresas.

Resolveu-se regressar.

Partimos, despedindo-nos do tractorista, rumo às pacaças. Lá chegados, arriamos os cadáveres até ao solo e de imediato foi separado do tronco, o pescoço com a cabeça, separados os membros e retirados os lombos que foram enrolados em folhas e atados com casca de árvores que serviram de cordas. Só foi retirada a pele que estorvava a remoção dos lombos.

Carregou-se tudo e partimos novamente.

Antes de chegarmos ao local onde estavam as palancas, deparou-se-nos um rebanho enorme de antílopes, vulgarmente conhecido por nunces.

Os seus olhos reflectindo, parecia uma pequena cidade ao longe.

Apagaram-se as luzes, prepararam-se as armas e um pouco mais voltaram a soar as armas após o reacender do farolim. Deram tempo para localizar os maiores.

Troaram as armas, tombaram cinco e o resto dispersou em várias direcções passando mesmo uns quantos ao lado do jeep.

As mesmas operações de sangria e esventramento e volta a carregar.

Já junto às palancas, procedeu-se da mesma maneira que com os búfalos e aproveitou-se para fazer o mesmo com os antílopes.

Chegamos junto ao rio.

Um companheiro passou-o com o cabo em mão atando-o a uma rocha pontiaguda. Tracção às quatro rodas e lá vamos nós, com o motor a anunciar que desta vez a carga era bem maior que antes. Passamos sem quaisquer problemas.

Retomamos o trilho em direcção à sede da gerência. Eram cinco horas da manhã.

Chegamos ao local do acampamento dos nossos companheiros e logo surgiram mulheres envoltas em panos garridos com cobertores pelas costas e de seguida um grupelho de rapazotes e logo a seguir outras crianças que começaram por linguajar entre elas e a rir-se e a bater, volta e meia, palmas à medida que se ia descarregando.

Deixamos aí e para a comunidade os nunces sem lombos, as carcaças, pescoços e cabeças das pacaças e das palancas e só ficaram para levar os lombos, os membros dos herbívoros e os 3 leitões de javali. Arrumamos tudo convenientemente no jeep, colocamos mais umas folhas de bananeira, pusemos por cima um oleado, atámo-lo nos ganchos laterais.

Despejamos nos copos mais café, bebemos mais um trago, despedimo-nos dos nossos amigos, deixamos-lhes uns maços de cigarros e partimos.

Um coro de Eh!!!... e um acenar de mãos das mulheres e crianças até desaparecemos na curva.

Já a caminho, determinou-se sair por outro lado e não pela Quibala, não fosse o danado do fiscal estar à espera.

Ao chegar à desembocadura da picada do Verganista com a Estrada Nacional de Nova Lisboa Luanda, nada se notou mas, logo que entramos nela, duas luzes se acenderam à nossa retaguarda. Eram fiscais da Venatória que nos estavam aguardando.

Rapidamente se desligaram as luzes traseiras e da frente da viatura e se acenderam uns potentes faróis por baixo do pára-choques da frente e... pé na tábua.

Os perseguidores apostavam em apanhar-nos; o jeep, bem tratado e jovem, ia ganhando terreno a cada momento. Íamo-nos aproximando da Cela e a luz da manhã ia neutralizando a necessidade da luz do carro. A distância era no entanto considerável.

Estávamos já em cima de uma curva quando o condutor grita:

- Chapa. Está?

- Larga.

No negro do asfalto, uma chapa de matrícula retirada do cemitério de carros sinistrados, tocou a ferro ao bater em pedra, rolou, rolou e ficou.

Já víamos ao longe o branquejar da cadeia municipal no cruzamento para o hospital.

Lá chegados e sem perseguidores à vista, rumamos para o hospital.

Mas ainda estava para vir o final.

Ao entrar na recta final para o hospital, ouvimos música e cânticos e surgiu uma procissão com andor e tudo, presidida pelo Arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel, e um enorme cortejo de fiéis.

Afrouxou-se o jeep, meteu-se à valeta e galgou-se para um vazio que havia na mata, mesmo ali.

Ninguém saú e fizemos por não ser vistos.

Passada a procissão, voltamos à estrada e rumamos ao hospital.

Lá chegados, descarregamos a carga, esfolou-se o que havia de esfolar, colocou-se a carga no frigorífico, mudamos as roupas metemo-nos no carro que lá nos aguardava, foi cada qual para sua casa tomar banho e resolvemos às 10 encontrarmo-nos no bar do Clube.

E assim aconteceu.

Lavadinhos, cheirosinhos, desportiva e estivalmente vestidos, com os filhos mais novos, lá foram surgindo cada qual do seu canto.

Bebemos martini para aperitivo.

Entretanto chega o fiscal muito espantado por nos ver e desembucha:

- Uns engraçados fugiram à fiscalização. Mas lixaram-se. A matrícula do jeep deve ter levado tanta porrada na mata que caíu na estrada. Venho agora da polícia e já mandei um rádio para identificação. Amanhã, estão tramados. Deve ser malta de Luanda.

Na segunda-feira o fiscal estava furioso. Com a conversinha fiada de sempre ficamos a saber: a matrícula indicada dizia respeito a uma viatura que se tinha despitado na estrada Nova Lisboa /Luanda e cujos ocupantes tinham morrido no acidente seis anos antes.

4 - A ESTRATÉGIA PRÈ - EXPANSIONISTA

E notória a vocação marítima de Portugal quer pela situação geográfica, quer pelos ditames económicos, quer ainda pelo contexto sócio-geográfico envolvente, onde reinos mais poderosos impediam a expansão territorial que, mesmo a verificar-se, em pouco ou nada iam transformar a economia primária; seria continuar na penúria agrícola, isto apreciado através de uma forma simplista, frente à aridez da meseta em direcção ao levante.

Assim, podemos considerar que o grito da independência de São Mamede declinou-se, imediatamente, pela ocupação e domínio dos pontos geradores da riqueza mais valiosa para consolidação e aumento consequente do poder.

Verificamos a utilização de uma tática militar atinente à conquista da orla atlântica para ocupação desses espaços Sem economia próspera é impossível deter um poder respeitoso e convincente. Muitos séculos depois, Colbert alicerçava da mesma forma, mas em moldes modernos, a mesma teoria.

Liminarmente, durante a primeira dinastia, a forma encontrada para alicerçar o poder e o respeito de outros estados pode enunciar-se de uma forma muito simples:

- O poder será maior ou menor conforme os expoentes da vontade e da dinâmica da economia dos componentes sociais.

Isto significa que o poder de uma nação ou estado radica essencialmente na vontade dos homens e no seu poderio económico.

- Independente de acções diplomáticas, foi esta a fórmula mais utilizada logo nos primeiros anos de Portugal.

- Até ao meio reinado de D. Afonso III, época em que terminou a reconquista e conquista do rectângulo português, independentemente das constantes acções diplomáticas, que desde D. Afonso Henriques se vinham tentando junto de Roma para reconhecimento da

Independência Nacional e que só resultariam 35 anos depois da batalha de S. Mamede pela Bula “ Manifestis Probatum “ do papa Alexandre III, não se pensou nem se deixou parar a acção militar; pelo contrário, afincadamente, se continuou na consolidação do factor económico.

Enveredou-se, portanto, numa visão concertada de estratégia, pelo domínio e posse dos centros nevrálgicos económicos e da orla marítima.

Após D. Afonso III, envereda-se, dentro da mesma estratégia, pela consolidação e organização do factor económico (agricultura + economia marítima = economia agro-marítima), pela multiplicação das feiras, por legislação adequada quanto às mesmas e, posteriormente, pela inovação de legislação comercial e marítima nos reinados de D. Diniz, D. Afonso IV, D. Fernando que outra coisa não é que uma ampla visão de controle régio nacional e de colocar ordem interna na economia: fundação da Bolsa dos Mercadores, Concessão de Privilégios a mercadores estrangeiros, a fundação da Companhia das Naus e a Carta de Privilégios aos Construtores de Naus.

Nestes três documentos chaves nota-se um ponto comum: O MAR.

« Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue.

A quantos esta carta uirem faço saber que como os mercadores de meus Reynos entendessem a ffazer hua postura antre ssj que era de moyto a seruiço de Deus e ao meo e aprofeytamento da mha terra. a qual postura e a tal. que todas as Barcas que fossem de Cen Tonnées acima e carregassem nos portos de meos reynos pera a ffrandres ou pera Engra-terra ou pela Lormandia. ou pera Bretanha. ou pera arrocheia. que paguem vijinte soldos destilijs no frete. E as outras barcas que forem de Cen tonées e fundo. que pagassem dez soldos destijis.(...) E destauer deuem a téer en frandres esses mercadores Cen marcos de prata ou a uallia deles e ó outro em mha terra en queles lugares hu elles teuerem por bem ... »¹

« D. Afonso pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve.

A todos quantos esta carta virem faço saber que Beringel Omberte me pediu por mercê, por si e por micer Nicolao Bertaldi da Companhia dos Bardos, da cidade de Floren-ça, e por todos os outros mercadores da dita Companhia e da dita cidade, dizendo que esses mercadores querem vir morar e viver ao meu senhorio(...) e querendo-lhes fazer graça e mercê tenho por bem e mando que os sobreditos mercadores que vierem viver em minha ter-ra, que venham e morem e andem seguros por todo o meu senhorio por mar e por terra assim eles como seus haveres e mercadoria ...»²

« D. Fernando(...) Considerando que os mercadores da nossa terra poderiam ter melhor vida e trabalhar melhor em suas mercadorias (...) temos por bem e concedemos estes privilégios (...) Que todos aqueles que quizerem fazer naus, que sejam de cem toneis para cima, possam talhar e

trazer para a cidade toda a madeira e mastros que para eles precisarem de quaisquer nossa matas sem outro embargo (...)

Além disso tiramos todo o dízimo dessa madeira, ferro e velas que trouxeram de quaisquer partes que sejam para fazer essas naus(...) »¹

« (...) hordenou com conselheiro de huuma companhia de todas, pelo qual se remediasse todo contraio per que seus donnos nom caissem em aspera pobreza, pubricando a todos que fosse por esta guiza.(...) que se escrevessem por homens idoneos e pertencentes, todollos navios tilhados que em seu reino ouvesse, des çinquenta tonees pera çima, assi os que hi entom avia, como ou outros que depois ouvesse; (...)e de todo quanto esses navios percalçassem de hidas e viindas, assim de fretes como de quaes quer outras cousas, pagas-

sem pera a bolsa dessa companhia duas coroas per çento; e que fossem duas borças: huma em Lixboa e outra no Porto, (...) pera do dinheiro dellas se comprarem outros navios em lo-gar daqueles que se perdessem »²

Além do mar, é fácil entrever nos documentos citados o afã e cuidado postos pelos monarcas no comércio marítimo.

A fórmula atrás enunciada como base sólida de poder deve ser considerada como a estratégia aplicada na 1ª dinastia ou seja, a estruturação nacional do poder ou, se quisermos, a estruturação do poder dentro dos limites geográficos concretos ou ainda a arrumação da casa portuguesa em definitivo para, quando fosse oportuno, lançar a nação para espaços geográficos mais vastos e alargados.

Para consolidação e eficácia do factor económico, foram-se estabelecendo, internamente, as bases necessárias de apoio para a sua eficácia:

- a criação dos Estudos Gerais, germe da actual universidade;
- o estabelecimento de leis de trabalho;
- a promulgação de leis a evitar o abandono de terras ou o desvio das suas potencialidades naturais e ainda o parcelamento e doação de terras abandonadas surgindo os novos terra-tenentes populares;

¹Pedro A. Neves in. Op.Cit., 1º Vol, pag 148

²Fernão Lopes, Crónica de D. Fernando Cap. IV

Os dois últimos pontos foram considerados como uma das soluções à recessão económica do sec. XIV, originada pela peste negra e pelo despertar da vida comercial na Europa no reinado de D. Afonso IV.

De realçar que a nobreza lusitana que catapultou Afonso Henriques ao trono e ao poder e que se tornou uma classe social inquieta, evoluiu, ao longo dos sec. XIII e XIV, formando a Burguesia que viria a ter não só papel preponderante no virar da história para a Idade Moderna mas também animizar toda a expansão marítima nacional “de facto” geográfica, com o alargamento das fronteiras.

« É durante este século que em Portugal toma vulto uma nova classe, a dos letrados e legistas, saída da Burguesia e dentro da qual passam e recrutar-se o pessoal da chancelaria régia, que preparava ou redigia os documentos reais de maior vulto, os funcionários da mais elevada magistratura, com frequência os embaixadores às cortes estrangeiras e, de forma geral, os conselheiros do rei. Diferenciados, pela profissão, das demais classes, ainda que presos, pela origem não nobre às populares, eles vão constituir um elemento supremo na direcção e continuidade da política nacional.(...) »

Reduzida em número, mas essencialíssima na armação do estado, esta classe, mercê da origem, da educação, do carácter e proeminência das suas funções, encarna o espírito laico e civiliza que progressivamente caracteriza a organização do estado e representa, por assim dizer, a consciência organizada das tendências e necessidades nacionais.(...) »

Na avançada das nações marítimas ela guarda secretamente o seu pensamento de expansão e a aspiração de conseguir o arranjo político que lhe permita realizá-lo »³

³Jaine Cortesão, cit. Pedro A. Neves op. cit. pag 165

5 - A ESTRATÉGIA DA EXPANSÃO

(...) «*Quem vem poder o que só eu posso,
que moro onde ninguém me visse
e escorro os medos do mar sem fundo ?*»
E o homem do leme tremeu e disse:

.....
- «*Aqui ao leme, sou mais do que eu:
Sou um povo que quer o mar que é teu;
e mais que o mostrengo, que me a alma teme
e roda nas trevas do fim do mundo,
manda a vontade, que me ata ao leme
de el-rei Dom João Segundo* »

(Fernando Pessoa – Mensagem)

A presença portuguesa em África aparece documentada muito antes da chegada de Diogo Cão ao Zaire quando aí deixou alguns portugueses. E, a partir desse momento, as relações bilaterais e humanas tomaram grande incremento, como se sabe.

Ao contrário da visão vesga e pessoal dos pais da nossa democracia sobre a presença europeia em África, C. Boxer (O Império Colonial Português, Edições 70, 1977 pp. 21-22) citando o cronista espanhol López de Gómara, na sua História Geral das Índias escrita em 1552, considera os descobrimentos ibéricos como «o maior acontecimento desde a criação do Mundo depois da encarnação e morte d'Aquele que o criou».

Dois séculos depois o economista escocês Adam Smith afirmava textualmente o mesmo ao escrever: «a descoberta da América e da passagem para as Índias Orientais, através do Cabo da Boa Esperança, são os dois maiores e mais importantes acontecimentos de que há notícia na História da Humanidade».

A minimização da influência europeia (leia-se portuguesa) na colonização africana, foi sempre vilipendiada pelos pseudo-intelectuais políticos continentais que sempre sofreram de cataratas mentais e de prostituição intelectual que lhes ofuscaram, ontem como hoje, a visão

histórica focando-se por aquela que lhes era e é conveniente e também politicamente correcta: destruir tudo o que fosse «pensamento e administração de Salazar».

Chegou-se ao ponto mais idiota de um deles afirmar que o governo de Salazar a única preocupação sempre presente foi o de o abater politicamente e nada mais!!! Vaidade das vaidades

No entanto esta medíocre nata intelectual nunca pôs em causa os processos de independência dos países americanos e de origem hispânica independentemente da consideração social que demonstraram pelos povos nativos e ainda quanto à sua total exploração económica, e subalternização cultural e política, excepção feita aos Estados Unidos que os acusam da aniquilação das populações nativas, sua fixação em reservas mas só depois de H. Kissinger ter caído em desuso porque até aí... silêncio, companheiros. Não se pode cotucar o simpático companheiro... companheiro!!!

Sob uma análise pessoal mas consciente sobre a nossa história podermos concluir, *colocando-nos no tempo*, da estratégia que nos levou à «extraordinária aventura».

Nos dias de hoje são controversas as opiniões sobre a expansão, controvérsia mais gerada num prisma político moderno e sumamente partidário que se pretende sobrepor à crítica exaustiva e cristalina da história.

A nossa expansão, analisada no tempo histórico, corresponde, justamente, a uma estratégia moderna. Nada foi feito ao acaso.

Abel Cabral Couto, então Coronel de Artilharia e hoje General, abordando a acção estratégica e com apoio no General Beaufre, aponta a seguinte fórmula para conceber uma estratégia:⁴

$$\mathbf{E = K F Y T}$$

e explica:

⁴Cabral Couto in Elementos da Estratégia, Vol. I Publ. A.E. Militares, cap. V

E = impulso estratégico;
K = factor específico da situação concreta em questão;
F = potencial mássico;
Y = potencial dinâmico;
T = duração da acção.

Seguidamente especifica:

«(...) o factor K acaba por englobar elementos tais como a importância do objectivo, o grau de liberdade de acção, a transitabilidade do meio (distância entre os actores) e o potencial jogo dos apoios. A redução da liberdade de acção traduz-se por uma limitação na exploração das potencialidades existentes, ou seja, na prática, por uma redução do potencial mássico utilizável; a redução de transitabilidade do meio (atrito) implica uma degradação (redução) dos potenciais mássico e dinâmico; a importância do objectivo afecta os esforços e os sacrifícios a fazer, ou seja, afecta o potencial mássico e dinâmico utilizável; o jogo dos apoios afecta (aumentando) o potencial mássico dos adversários. Se, para simplificação, considerarmos os apoios de cada adversário integrados nos respectivos potenciais mássicos próprios e se, em vez dos potenciais de cada adversário, considerarmos a relação entre os mesmos, isto é, a « relação de forças »(ou seja, o que, na táctica, se chama potencial relativo de combate) então os factores essenciais a analisar serão : a relação de forças, a importância do objectivo e o grau de liberdade de acção »⁵

Evidentemente que o autor visa, sobremaneira, a estratégia militar no transcrito.

No entanto, o mesmo autor, ao fazer uma análise correlativa das «modalidades gerais de acção», permite-nos equacionar a estratégia da expansão quer quanto ao objectivo quer quanto aos restantes factores.

As linhas de acção foram, exemplarmente, planificadas no contexto e conjuntura temporais:

- havia conhecimento satisfatório do adversário em poder bélico e económico pela coabitação na península e por notícias;
- contra ele, a percentagem das vitórias, era favorável;
- ao sul das Canárias, desconhecia-se tudo, completamente, quer no respeitante a povos e seu poder, bem como eram deficientes e inexactas as referências económicas;

⁵idem anterior

- o objectivo a alcançar era, possivelmente, (a verificar-se a junção do Atlântico com o Índico) de suma valia;

- a conseguir-se o objectivo, reduzir-se-ia o poder do ou dos adversários, alongando-se o factor T.

- o factor dinâmico, a conseguir-se o objectivo, prevaleceria, (provavelmente) mantendo-se a conjuntura europeia, sobre o factor básico;

Esta planificação estruturou-se em diversos pontos:

- Conhecimento nautico-científico adequado e em evolução;

- força ideológica cristã de cruzada (imposta pela Ordem de Cristo);

- consideração do ambiente interno (pressão da burguesia e apetência de poder pela coroa);

- conhecimento exacto da situação política de outras nações possivelmente concorrentes;

Posto isto, passamos a analisar o decurso da estratégia na expansão em termos históricos e ainda o erro ou erros não previstos mas constatados no desenrolar do planeamento, pela evolução da conjuntura interna e europeia.

A - Desde a Antiguidade e durante toda a Idade Média que a África era descrita por dois conceitos: o real - a África mediterrânica, conhecida por Assírios, Persas, Egípcios, Fenícios, Judeus, Gregos e Romanos e pelos Portugueses que demandavam o Mediterrâneo e o Atlântico até às Canárias e, possivelmente, algumas ilhas do Atlântico (Açores) e o de ficção através das lendas e de muitos mitos explícitos em Estrabão, Ptolomeu, Pompónio Melo, onde, inclusivamente, a forma geográfica era confusa.

Curiosamente o que permaneceu foi o domínio do desconhecido e do imprevisível onde pontificavam a agitação infernal do mar, Mar Tenebroso, os fantasmas, etc.

Entre os europeus, os Romanos e, antes deles, Alexandre, o Magno, avistaram o grande deserto, sem vida, sem água, a «Líbia ardente»⁶ inabitável.

Ambos, frente ao deserto, flectiram para Oriente indo os primeiros para a Palestina e o outro até à Índia.

Sabia-se no entanto que através destas paragens arenosas e desabitadas, de oásis em oásis, havia trilhas secretas, difíceis e mesmo impossíveis de seguir mas que através delas as riquezas do longínquo e rico oriente chegavam ao mediterrâneo oriental quase que por milagre sobre-humano e, daqui, por barco, às opulentas e ricas repúblicas italianas de Génova, Veneza, Pisa e Florença, que para toda a Europa comercializavam o ouro, as especiarias, os tecidos nobres, as sedas, etc., a preços elevadíssimos.

Por interesse estratégico dos árabes, prevaleceu a opinião de ficção apoiada nos autores clássicos e, assim, foi transmitida a ideia de que, ao fundo do Nilo, a vida era impossível, o planeta inabitável e, a África, em termos sócio-económicos, limitava-se à região temperada, beirando o Mediterrâneo. Quem tentasse o sul deste paralelo imaginário só encontrava o calor infernal, a água fervente e a morte.

Baseado nestas correntes autoritariamente defendidas pelos clássicos, S. Agostinho negou a existência de antípodas pois a haver existência no oposto, jamais se cumpriria a palavra de Cristo: «haverá um só rebanho e um só pastor».⁷

Era a época do Teocentrismo, de uma cultura circundante aos clássicos, onde, por vezes fé, tradição e mito conviviam em promiscuidade.

Assim, de debate em debate, de opinião em opinião, de concepção em concepção foi prevalecendo a ideia de África até ao sec. XV.

⁶Camões, *Lusíadas*, Crº III, est. 128, vº 7

⁷Evangelho S. João, 10,16

Maria Emília Madeira Santos confirma que o limite do conhecimento directo de África, por parte dos geógrafos árabes e catalães, por interesse dos primeiros, era a região continental que se estendia desde o Atlântico por todo o Sudão até ao Mar Roxo, afirmando ainda ser-lhes desconhecida a faixa marítima desde Cabo Verde, Golfo da Guiné e a orla sul. Curiosamente relata ainda:

*« ... uma carta de 1375 mostra ao longo do Atlas dois caminhos: por um, em busca do ouro, passam os mercadores que entram na terra dos negros; por outro, em direcção a Meca, caminham os peregrinos »*⁸

Pela rota dos mercadores, o nosso sal e cobre transitavam para serem trocados por ouro e escravos.

O Infante D. Henrique confuso pelo que lia, via e ouvia, chama a Portugal para viver com ele na sua vila de Lagos o judeu Jaime de Maiorca, alta sumidade em cartografia. Ambos e com outros auxiliares empreendem uma espionagem cartográfica, se assim se pode chamar, confrontando cartas, notícias e elementos das mais diversas procedências.

Após a tomada de Ceuta trouxe para seu serviço mouros e judeus conhecedores daquelas paragens para desvendar as trilhas auríferas do Atlas e outras. Inicia-se portanto um trabalho crítico de elevada importância, mas o possível naqueles tempos.

A crise económica do sec. XIV, a carência cada vez mais acentuada de metais preciosos, a inquietação e a consolidação do poder da burguesia vem, segundo Manuel Nunes Dias, reforçar o objectivo da estratégia:⁹

(...) Com a ascensão de D. João I ao poder, dois elementos sociais conquistaram posições predominantes junto ao rei: a burguesia económica, financiadora da guerra civil, e os leigos. Ao lado destes favoritos do favor régio ergueu-se uma nova nobreza encarnada pela impressionante figura do Condestável e, de certa forma, submissa ao trono. Mas os novos elementos que galgam os degraus do poder, coniventes com o rei, são ambiciosos. A burguesia que está nas rotas marítimas da Flandres e de Marrocos, tinha assumido um papel político na revolução e não estava disposta a

⁸Maria E. Santos in Rotas da Terra e do Mar, nº 14 publ. D.N.

⁹Nunes Dias in Capitalismo Monárquico Português, cit. P.A. Nenes, op. cit. Vol I pag 168

abdicar.(...) O reino, sobre o qual pesava uma profunda depressão económica, encontrou-se a braços com uma nova crise. As rendas minguavam dia a dia, caindo as trocas de moeda. A depreciação monetária e carência de mão-de-obra provocaram a alta geral dos preços e dos salários gerando crises de tesouraria - fenómeno que não é apenas português, por ser europeu. Diante de tão angustiosa conjuntura é que a Nação, num último esforço, lançou as vistas para o mar ignoto, certa de encontrar ali a solução para as suas aflições »

Vitorino Magalhães Godinho¹⁰ com a sua crítica histórica e inconfundível autoridade, assinala ainda as «motivações sócio-económicas» que nós consideramos de objectivo da estratégia, com os seguintes dizeres:

«Os factores que principalmente determinaram a primeira fase das conquistas e descobrimentos além-mar afiguram-se-me ser os seguintes:

a) A fome do ouro e os embaraços provocados pela anemia da circulação monetária nos meios comerciais, ansiosos, por consequência de deitar mão directamente aos mercados de produção do metal amarelo;

b) Com a quebra da moeda reduzem-se catastroficamente os rendimentos fixos (...)

c) O deficit cerealífero(...) só pode resolver-se pela conquista de campos de trigo já existentes ou sementeira de ermos pelo desenvolvimento dos circuitos mercantis;

d) O dinamismo dos interesses açucareiros (na feliz expressão de Braudel): a cultura da cana, possivelmente ligada à tradição moura, desenvolve-se em Portugal (Algarve, campos do Mondego); como alvo aparecem as regiões de açúcar de Ceuta-Tânger ...

e) A procura de escravos para servir de mão-de-obra;

f) A procura de goma-laca para a tinturaria(...) das cores para a indústria tintureira (...)

g) A procura de couros e peles(...)

h) O alargamento das áreas de pescarias

Fica pois sucintamente explícito o objectivo da estratégia na expansão e bem assim o factor K enunciado por Abel C. Couto.

Independentemente dos textos atrás citados pode parecer que estamos a atribuir ao Infante algo que ele jamais poderia ter pensado e que nós agora vamos urdindo uma teia de pensamentos para justificar o passado.

Comparemos, entretanto, o que nos deixou escrito Zurara¹¹ com os autores citados:

(...) e porque ele tinha vontade de saber a terra que ia além das ilhas Canárias e de um cabo que se chamava Bojador, porque até aquele tempo nem por escrita nem por memória de nenhuns homens nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia além do dito cabo.(...) mandou ele contra aquelas partes seus navios por haver de tudo manifesta certidão,

¹⁰Magalhães Godinho in A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, Ed. Sá da Costa, 1962, pag 213

¹¹Zurara, Crónica da Guiné, Cap. VII

movendo-se a isso por serviço de Deus e el-rei D. Duarte, seu senhor e irmão que àquele tempo reinava. E esta até que foi a primeira razão do seu movimento.

E a segunda foi porque considerou que, achando-se em aquelas terras alguma povoação de cristãos ou alguns tais portos que sem perigo pudessem navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado, segundo razão, pois com eles não tratavam outras pessoas destas partes, nem doutras nenhuma que sabidas fossem; e que isso mesmo levariam para lá das que estes reinos houvessem, cujo tráfego trizeria grão proveito aos seus naturais.

E a terceira razão foi porque se dizia que o poderio dos mouros daquela terra de África era muito maior do que communmente se pensava e que não havia entre eles cristãos nem outra alguma geração. E porque todo sisudo por natural prudência é constrangido a querer saber o poder do seu inimigo trabalhou-se o dito senhor de o mandar saber, para determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis.

A quarta foi porque de XXXI anos que havia guerreava com os Mouros nunca achou rei cristão nem senhor de fora desta terra que por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo quisesse à dita guerra ajudar. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé.

A quinta razão foi o grande desejo que havia de acrescentar em a santa fé de nosso Senhor Jesus Cristo, o trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar... »

No entanto isto só não era suficiente - o quedar-se pelas cinco razões que o lavariam além das Canárias.

Impunham-se tomar medidas atinentes a assegurar o sucesso da em--presa, a sua segurança de execução, a sua rápida concretização e afastar os perigos de «redução de liberdade de acção» encurralando o rival em terreno concreto e seguro.

O primeiro passo foi a conquista de Ceuta.

E isto dizia completamente respeito ao foro militar. A tomada desta praça aos mouros em 1415, marca, definitivamente, o início da expansão ultramarina portuguesa.

Para esta acção militar foram chamadas todas as casas senhoriais do reino e a chefia das operações coube ao próprio D. João I que se fez acompanhar dos seus filhos mais velhos.

Se bem que, no plano militar, fosse de extrema importância a ocupação estratégica de bases que permitisse o controlo total do estreito de Gibraltar, deve ser neste contexto entendida a tomada de Ceuta.

Por outro lado, não deve ser entendida a sua conquista somente sob este prisma mas como o primeiro passo de uma expansão.

Referimo-nos, claro está, à conquista de outras praças no Magreb.

Com estes cometimentos militares e com o começo da expansão ao sul das Canárias, satisfaz-se uma nobreza em crise, falha de compensações financeiras e territoriais e uma burguesia comercial em expansão e desejosa de enriquecer pelo comércio.

Por outro lado e conforme abordamos na conjuntura socio-política europeia, embora em simples apontamento, a nossa vizinha Espanha estava atenta a todas as manobras portuguesas e continuava a manter tendências hegemónicas.

Ceuta serviu como base militar de pirataria e curso continuando os princípios da reconquista e fechou o Mediterrâneo a incursões mouras ao sul português e permitiu uma fluidez de tráfego às caravelas. As áreas conquistadas passaram definitivamente a fazer parte do território nacional e só depois da conquista de Arzila, para incutir a ideia desse novo espaço por onde a nação se prolongava, é que D. Afonso V tomou o título de Rei dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar. Todas as terras ficaram sob tutela régia, nunca foram doadas ou entregues exclusivamente a um governador.

Ao sul de Marrocos, para a burguesia, as coisas corriam também de feição pois foram encontrados produtos necessários para tinturaria, cereais, ouro e escravos.

B - Na expansão portuguesa há, portanto, uma imensa gama de interesses económicos, politico-sociais e de cruzada que constituem um objectivo estratégico e onde os factores F, Y e T se encontram presentes na planificação do mesmo, quer na tomada de Ceuta quer ainda na sequência das conquistas do Norte de África.

É fácil concluir que os dados da expansão não foram lançados à sorte mas tiveram, para além de um trabalho científico-experimental inicial, uma planificação certa, sequencial, calculada de forma a que «a grande aventura» se realizasse com segurança e sem desencontros das ambições dos elementos sociais do reino, prevalecendo e reforçando-se o prestígio do monarca.

Depois de Ceuta, intensificou-se a mistura de dois universos marítimos, o velho e o novo, o Mediterrâneo e o Atlântico, e a presença Atlântica no Mediterrâneo tornou-se um facto económico e estratégico incontroverso. Desde o segundo quartel do sec. XV, este facto tornou-se irreversível até aos nossos dias, precisando de ser cada vez mais negociado e visto em desenvolvimento acelerado.

Até Ceuta, embora com algum interesse económico, o Atlântico era simplesmente marginal, quer no campo político quer estratégico e tornou-se necessário e indispensável acrescentar-lhe essa capacidade económica e estratégica e geri-la com forte acção diplomática. Assim o entendeu o Navegador, D. Afonso V e, de uma maneira mais ousada, D. João II, que lhe conferiu força decisiva.

C - Continuando a seguir a doutrina de Cabral Couto,¹² o mesmo aconselha e propõe que « com base na ideologia, desenvolver uma intensa acção diplomática e psicológica no campo externo e no do adversário, de forma a valorizar o factor F, através de obtenção de apoios e ajudas e a reduzir os apoios e a liberdade de acção do adversário (isto é, diminuir o F adverso) e a minar a sua vontade (enfraquecimento das forças morais)».

Ao contrário do que muitos pensam ainda, todos os passos da expansão foram precedidos e acompanhados de uma forte acção diplomática por parte não só do Infante Navegador como também pelos monarcas subsequentes e, de uma forma específica, por D. João II, o que veio a ser extraordinariamente importante para as tarefas operacionais a realizar.

C. R. Boxer¹³ interroga-se e responde:

« Porque é que os Ibéricos foram bem sucedidos numa empresa em que os Mediterrânicos tinham falhado? Porque é que Portugal tomou a dianteira quando os marinheiros e navios biscaínhos eram tão bons como quaisquer outros da Europa? Quais foram os motivos que impulsionaram os dirigentes e organizadores da expansão marítima portuguesa? Seguiram esses dirigentes um plano consistente e cuidadoso programado ou estariam preparados para adaptar os seus objectivos e métodos às circunstâncias? (...) Até que ponto esteve à disposição do Infante D. Henrique e de outras personalidades portuguesas o conhecimento fragmentário do Norte de África

¹²Cabral Couto in o. cit. cap. V

¹³C. Boxer in História dos Descobrimentos Portugueses, Cap. IV

(e do Sudão Ocidental), da Índia e do Extremo Oriente reflectido nos mapas-múndi e nos manuscritos das literaturas de viagens da autoria de cartógrafos e mercadores árabes, judeus, catalães e italianos? (...)

Os historiadores estão longe de estar de acordo quanto às respostas a dar a estas perguntas; mas os motivos impulsionadores fundamentais daquilo que é conhecido por Época dos Descobrimentos parecem terem surgido de uma mistura de factores religiosos, económicos, estratégicos e políticos. É claro que nem todos em idênticas proporções. (...) Com risco de uma simplicidade exagerada, pode, talvez, dizer-se que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou mercadores) foram, numa ordem cronológica mas sobrepostos em diversos graus: 1-um zelo de cruzada contra os Muçulmanos; 2- o desejo de se apoderarem do ouro da Guiné; 3- a questão do Preste João; 4 - a procura das especiarias orientais».

As acções diplomáticas iniciaram-se primeiramente junto de Roma, buscando o apoio papal, árbitro universal do mundo civilizado cristão que reconhecia o poder ou o retirava. As modernices interpretativas de esquerda ou da união das igrejas são ousadas, por ignorância . A leitura deve ser feita no tempo real.

É grande o número de Bulas sobre a expansão pois esta, com o cunho de cruzada contra o infiel, inimigo da fé e de Cristo, dominador do Mediterrâneo, aquartelado na Espanha Sul e no Norte de África, impondo um bloqueio geral, senhor dos Lugares Santos, fazia temer a cristandade.

Face ao insucesso militar das Cruzadas do Oriente e à displicência interesseira de alguns príncipes cristãos do ocidente, sobretudo italianos, foi fácil «a orla ocidental da cristandade» como classifica C.Boxer Portugal, retomar o papel de líder e condutor da nova cruzada, só que marítima.

Entendeu-se logo que o infiel era inimigo perigoso e poderoso porque o seu poder era aurido da «larga cópia da Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia» e que urgia tomar a fonte desse poder, ou, pelo menos, competir com ele no mesmo terreno, se possível, e encurralá-lo no Mediterrâneo, com forte controle.

A ocupação de Ceuta, se possibilitou a obtenção de informações sobre a procedência do ouro e de algumas das suas rotas africanas quer orientais quer ocidentais dominadas pelo manda uma embaixada ao Papa chefiada pelo Doutor Vasco Fernandes de Lucena que, em Roma, a 11

de Dezembro de 1485 profere ao papa Inocêncio III a Oração de Obediência onde transparece de forma inequívoca a esperança de os portugueses irem tentar a exploração do Golfo Pérsico para o que faltava muito pouco tempo infiel, veio também obrigar Portugal a precaver-se contra as futuras pretensões hegemónicas e marítimas de Castela, o que acontecera, reinados antes, com a questão das Canárias.

O recurso a Roma, para além da verdadeira religiosidade e espírito mítico medieval que se prolongou na modernidade, revestiu-se de forte pendor diplomático e verdadeiramente político, na medida em que a empresa das descobertas era impulsionada e comandada pela Ordem de Cristo. Esta união politico-religiosa que muitos historiadores e escritores desdenham, relegam ou separam, é, contudo, real e efectiva na medida em que a segunda dinastia é caracterizada pelo misticismo das armas, pelo amor à fé cristã e por uma fleugma inglesa cujos genes parecem ter-se perfilado e modelado nas personalidades de Henrique, o Navegador e de João II, o Príncipe Perfeito.

As três Bulas mais importantes fruto da acção diplomática junto de Roma foram:

«Dum diversas» de 18 de Julho de 1452 pela qual o Sumo Pontífice autoriza o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros descrentes inimigos de Cristo; a capturar os seus bens e territórios; a reduzi-los à escravatura perpétua e a transferir as suas terras e territórios para o rei de Portugal e seus sucessores.

«Romanus Pontifex» de 8 de Janeiro de 1455, chamada a carta do imperialismo português, enaltece a obra do Infante, alude à colonização do Atlântico e às viagens para sul de África de onde tinham sido trazidos escravos negros para Portugal que foram catequizados e baptizados e, posteriormente deviam regressar às suas terras para exercerem o apostolado. Nicolau V, face a tudo isto, vai mais longe, concedendo todo o monopólio não só de Ceuta e das terras já descobertas ou conquistadas mas também todas a descobrir, conquistar e ocupar ao sul dos cabo Bojador e cabo Não até à Índia, a Portugal.

Assim a coroa portuguesa torna-se senhora de um espaço marítimo-continental invejável, pois que a dita Bula vedava a interferência de qualquer outra nação no empreendimento marítimo português ou nas terras até à Índia.

«Inter Caetera » de 13 de Março de 1456 confirmava a D. Afonso V pelo papa Calisto III tudo aquilo que a anterior (Romanus Pontifex) concedia a D. Henrique e ainda à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual sobre as terras e regiões conquistadas ou a conquistar pelos portugueses dos Cabos Bojador e Não, Guiné, além do sul e até às Índias.

O interpretar-se estas situações fora do tempo com roupagem política actual, é errado. A persistência nesta interpretação leva-nos a convidar os resistentes políticos a ir falar com os autores, criticá-los ou atirar-lhes a matar, por incapazes e imbecis.

Embora nenhuma das Bulas foque ou obrigue à dinamização da evangelização e missionação, veremos, mais adiante, que esta não foi descurada como parte importante psicológica da estratégia.

D. João II no seu reinado enveredou por uma diplomacia de modernidade: a concretizar e onde lhe dá conta do feito e do que se propõe fazer, conforme convinha, mas inicia ainda face à conjuntura política peninsular do seu tempo através de tratados bilaterais entre Portugal e Castela, manietando esta, atordoada ainda pelas guerras contra os Mouros e pelos nacionalismos internos com a assinatura régia de tratados legais.

Hábil e astuto, D. João II impõe na retoma das descobertas, uma política de sigilo e dissuasora não só quanto a S. Jorge da Mina mas ainda quanto a tudo que fosse ligado à expansão marítima ou a descoberta de terras, progressos científicos na arte de marear e que com eles se prendessem, incluindo a corrupção da verdadeira cartografia pela elaboração de cartas falsas. Era sua determinação confundir os países competidores na busca do ouro e fê-lo de uma maneira, passe o termo, de jogos de enganos, mas que, durante tempos resultou.

(...) E porque em todo o mar Oceano não havia navios latinos senão as caravelas de Portugal e do Algarve, El-rei, por ninguém ousar ir aquelas partes, fez crer a todos que da Mina não podiam tornar navios redondos por causa das correntes. E para isso toda a pedra, cal, telha, madeira, pregadura, ferramentas e mantimentos, mandou tudo em urcas velhas para lá se desfazerem e dizerem que por causa das grandes correntes não puderam tornar; e assim se fez com grande segredo e grandes juramentos e houveram todos por tão certo que em vida de El-rei sempre pareceu que navios redondos não podiam vir de lá e com isto sempre teve a Mina bem guardada».

Com Castela celebra dois importantes tratados.

O Tratado de Alcáçovas (1480), quando assumia, ainda em vida de seu pai, a direcção da política Atlântica e a um ano de ocupar o trono.

O Mundo era bipartido entre Castela e Portugal através de um paralelo traçado a partir das Canárias, pertencendo a Portugal todas as terras e mares ao sul do mesmo e a Castela a norte, subtraindo-se a Castela a posse dos Açores e da Madeira.

Catorze anos mais tarde é assinado o Tratado de Tordesilhas, substituindo-se o paralelo por um meridiano e a linha proposta pelo papa Alexandre VI que iria passar a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde e que os monarcas castelhanos aceitaram por desconhecimento total do porquê da alteração inesperada.

Poucas dúvidas nos restam que D. João II e a sua cúria conheciam já, nessa altura, as terras de Santa Cruz ainda que vagamente, dada a forma como D. João II, através dos seus mandatários, alterou a linha determinada pelo papa bem como também podemos afirmar que o monarca não se interessava, como se verifica pela história e sua sequência factual, na exploração desse possível continente, terra ou ilha, mas apenas impedir que Castela partilhasse com ele o domínio do Atlântico Sul, assegurando uma posição estratégica junto à rota que as naus se viam, por vezes, forçadas a tomar, obrigadas pelos ventos, evitando assim a intercepção castelhana à navegação portuguesa.

¹⁴Garcia de Resende in Crónica de D. João II, cap. XXV

« Dom Fernando e Dona Isabel, pela graça de Deus Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, de Toledo, de Valença e de Galiza. (...) Por quanto o sereníssimo Rei de Portugal, nosso mui amado irmão, enviou a nós por seus embaixadores e procuradores (...) para praticar e tomar assento e concórdia com nós(...) sobre o que a ele e a nós pertence do que até agora está por descobrir no mar oceano. (...) A suas altezas praz (...) que se faça e assine pelo dito mar oceano uma raia ou linha direita, de polo a polo, a saber do polo ártico ao polo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e de direita como é dito a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde para a parte do poente. (...) E tudo o que até aqui é achado e descoberto e daqui em diante se achar e descobrir pelo dito senhor rei de Portugal e por seus navios assim ilhas como terra firme desde a dita raia (...) indo pela dita parte do levante (...) fique e pertença ao dito Senhor Rei de Portugal e a seus sucessores.»¹⁵

Para além destes tratados bilaterais a acção diplomática de D. João II não se ficou por aqui.

Inviabilizada qualquer acção marítima de interesse nacional a Castela, inicia o monarca uma campanha política em busca de apoios.

Lê-se na Crónica deste monarca:¹⁶

(...) « Pelo muito grande desejo que el-Rei tinha no descobrimento da Índia, que com muito grande cuidado pelo mar mandou descobrir o longo da costa e tinha já descoberto até além do cabo da Boa Esperança, o quis também fazer por terra e neste ano de oitenta e seis mandou um Afonso de Paiva, natural de Castelo Branco e outro João da Covilhã, homens aptos para isso e de quem confiava, aos quais deu grandes despesas por letras para muitas partes e suas instruções para por via de Jerusalem, ou pelo Cairo, passarem à terra do Preste João os quais lhe levavam suas cartas em que lhe dava conta de tudo o que pela costa da Guiné tinha descoberto, para saber se algumas daquelas terras eram perto dos seus reinos e senhorios para por elas se poderem comunicar e prestar e fazer com que a fé de Jesus Cristo fosse exaltada, mandando-lhe notificar o grande desejo que tinha de se poderem conhecer e terem verdadeira amizade. Os quais partiram e depois deles foram outros com muitas despesas que el-Rei nisso fez e enfim nunca se soube porque mais nenhum deles tornou até agora, que certas pessoas que da Índia foram ao Preste João acharam lá vivo o João da Covilhã que pelos perigos que passou não ousou tornar ».

A retoma das expedições marítimas por D. João II bem como a embaixada ao Preste João ocorre depois da assinatura do Tratado de Alcáçovas e as explorações capitaneadas por Diogo Cão levavam também por missão a descoberta do reino do Preste João e agindo também este navegador como emissário régio junto ao rei do Congo. Sabe-se também que a partir desta viagem de Diogo Cão, a segunda, D. João II passou a mandar implantar padrões de pedra em vez de padrões de madeira onde mandou gravar as armas de Portugal.

¹⁵Silva Marques in Descobrimentos Portugueses, Vol. III, pag. 176

¹⁶Garcia de Resende, Crónica de D. João II, Cap. LXI

É difícil estabelecer princípios certos sobre a expansão em tempo do Príncipe Perfeito pela falta de testemunhos documentais originada pela terrível política de sigilo do monarca.

No entanto D. João II para lá das embaixadas em busca do Preste João, não menosprezou nem marginalizou as informações que lhe foram trazendo os seus capitães de mar.

Após a primeira viagem de Diogo Cão que lhe trouxe notícias do grande reino de Manikungo donde trouxe negros e onde deixou emissários e exploradores e na segunda onde deixou os africanos trazidos na 1ª viagem já baptizados e falando português e recolhendo os portugueses que lá deixara, D. João II, pelos dados dos portugueses deixados no Manikungo, lança novamente uma grande campanha diplomática africana.

José Manuel Garcia no seu trabalho “ De Rui de Pina a Duarte Lopes”¹⁷ não deixa passar em claro a narração de Pina sobre o Congo onde está descrita, se bem que não com este intuito específico, aquilo que vimos abordando sobre a diplomacia na expansão.

Depois das duas viagens de Diogo Cão e após as informações dos emissários ao Rei, D. João II mandou preparar uma expedição de 3 grandes caravelas chefiadas por homens experimentados no mar. Esta expedição rondava os duzentos homens, número muito superior à expedição de Vasco da Gama.

Na frota seguiam frades, pedreiros, carpinteiros, lavradores e mulheres para ensinar tarefas domésticas. Tratava-se de um esforço considerável para aproximar o Congo da civilização portuguesa imprimindo-lhe ainda um cunho evangelizador e pedagógico. A frota partiu em 19 de Dezembro de 1490 e chegou a 29 de Março de 1491.

Para além de baptismos administrados aos régulos locais que passaram a usar nomes de príncipes portugueses, sucedeu ainda que estando o rei do Congo em guerra com a tribo dos anzingas foi-lhe dada uma bandeira com a Cruz de Cristo para ser utilizada na batalha e, de

¹⁷José M. Garcia in Oceanos, nº 8 Out. 1991

Ielala, onde Diogo Cão tinha feito a inscrição nas célebres pedras, partiu um reduzido contingente português que ajudou o rei do Congo a alcançar uma retumbante vitória.

Ficaram alguns portugueses neste reino para se informar sobre o Preste João.

Notamos pois que a política de alianças nunca foi descurada, independentemente da teimosia de encontrar, a todo o custo, o lendário Preste mesmo através do continente africano.

Ao contrário do que se pensa, D. João II para além do cognome “O Príncipe Perfeito”, podia levar também o de “O Africano”, como seu pai, pois deu uma nova visão ao imperialismo mundial português de uma forma moderna e nunca em caso algum descurou África para além da Mina.

D - A acção psicológica esteve também presente desde o início da expansão no firme propósito da dilatação da fé cristã.

A personalidade mítica do Mestre da Ordem de Cristo que se foi consolidando desde os tenros anos e a que não foram alheias as influências da mãe e de D. Nuno, a visão politico-economico-social do reino, vieram consubstanciar este binómio inseparável e característico da expansão: **FÉ e IMPÉRIO**.

Ao dilatar a fé, ao trazer para o aprisco de Cristo aqueles que estavam dele arredados, independentemente de aumentar a cristandade, logicamente que iria originar um espírito ecuménico entre todos os homens, ou, por outras palavras, a expansão da fé pelos portugueses conseguiria unir, para o melhor e para o pior, os ramos separados da grande família humana, até então desconhecida, tornando a humanidade consciente da sua unidade.

Foi um processo pioneiro de globalização.

Esta unidade essencial foi, primeiramente, aurida no Evangelho mais ou menos sentido e vivido nos tempos medievos e modernos mas, incontestavelmente, muito presente em todos ou quase todos os actos do quotidiano e sociais.

Seria inconcebível, portanto, que os gentios não islâmicos convertidos à fé de Cristo ou mesmo os islâmicos que se convertessem não se tornassem elementos amigos e de grande valia, por serem irmãos na fé e unidos debaixo da protecção de um único Deus.

A expansão da fé iria conduzir àquilo que podemos classificar de “ pedagogia da união espiritual” e fazer aceitar ou compreender melhor a “pedagogia da sujeição “ pela eventual força do poder.

A nossa cavalcada marítima, ao contrário do que muitos presentemente afirmam para politicamente se justificarem, retorcendo a história, não se reduziu ao ouro, cravo e canela, escravos e guerras; ela baseou-se e radicou-se na expansão e dilatação da fé e do império.

Houve erros. Talvez grandes, talvez menores. Uns conscientes outros inconscientes. Mas face a eles não se consegue negar a ideia chave da planificação da estratégia da mesma forma que os erros ortográficos não implicam a inexistência de uma língua.

C. Boxer¹⁸ citando Diogo Couto,(VI Década), o cronista soldado que se encontrava na Índia e portanto testemunha fidedigna, escreve que os reis de Portugal sempre procuraram unir os dois poderes, espiritual e temporal, e um nunca foi exercido sem o outro.

O poder de “sumus pontifex” exercido pelos estrategas da antiguidade e que realçamos quando abordamos este assunto no Cap. II, foi também exercido pelos reis de Portugal, por concessão do papado, e que foi denominado como “Padroado Português”, que se estendia por África, Índia e Brasil. Cabendo à Ordem de Cristo a estratégia das descobertas e da conquista, lógico foi entregar à mesma o encargo da missionação e da organização religiosa.

Boxer,¹⁹ além de Diogo Couto atrás citado, transcreve esta passagem de uma carta do Padre António Vieira a D. Afonso VI:

« Os outros reinos da Cristandade, Senhor, tem como objectivo a preservação dos seus vassalos, para alcançarem a felicidade temporal nesta vida e a felicidade eterna na outra. E o reino de Portugal, além deste objectivo que é comum a todos, tem por seu objectivo particular e especial a

¹⁸C. Boxer in Op. Cit, pag 512

¹⁹idem anterior

propagação e extensão da fé católica nas terras pagãs, para que Deus o criou e fundou. E quanto mais Portugal agir no sentido de manter este objectivo, tanto mais segura e certa será a sua conservação; e quanto mais dele divirja, tanto mais perigoso e duvidoso será o seu futuro».

Se é certo que as autoridades e militares portugueses a quem cabia a defesa das rotas marítimas e das possessões orientais contemporizassem com os hábitos, costumes e práticas religiosas fetichistas e idólatras até à Reforma, não é menos certo que, sobretudo no Oriente, após o Consílio de Trento, a Igreja local, através dos seus bispos e sacerdotes portugueses e estrangeiros, reuniu um consílio em Goa e exigiu ao poder temporal a sua drástica intervenção sobre os templos e religiões sediados na zona de intervenção portuguesa, conforme o relata C. Boxer²⁰.

Tal atitude veio perturbar profundamente a coexistência mais ou menos pacífica dos portugueses com os orientais tendo inclusivamente o até tolerante imperador chinês K'ang-hsi ameaçado proibir a pregação do cristianismo na China depois da Constituição Papal “ Ex illa die “ (1715) tendo o imperador comentado:

« Depois de ter lido esse decreto, posso apenas dizer que os Europeus são indivíduos de espírito acanhado. Como podem falar acerca dos princípios morais na China se não conhecem absolutamente nada acerca dos costumes, dos livros ou da língua chinesa que lhes possa permitir compreendê-los? Muito do que afirmam e discutem faz-nos rir. Hoje vi o núncio papal (Mezzabarba) e o decreto. Comporta-se realmente como um padre budista ou toísta ignorante, se bem que a superstições mencionadas sejam as de religião sem importância. Este género de conversa irreflectida não podia ter sido mais extrema. De agora em diante, os Europeus não devem mais pregar na China, Devem ser proibidos de o fazer para evitar complicações».

Com a perseguição Pombalina aos jesuítas terminou este elo incontestável de ligação entre os povos orientais e o reino. Embora nestes idos a nossa influência política no oriente se fosse aproximando do grau zero, a verdade é que as missões iam mantendo ainda uma chama de ligação espiritual ao Ocidente Europeu.

E - Em “Elementos de Estratégia” Cabral Couto afirma :²¹

²⁰Idem anterior

²¹Cabral Couto in Op. Cit.

(...) « -valorizar extraordinariamente o factor Y, compensando a falta inicial da força material F com uma ideologia capaz de desenvolver ao máximo as forças morais; mercê dessas forças morais e recorrendo a táticas de flagelação adequadas, por um lado, preservar ao máximo os reduzidos meios militares existentes alongando assim a capacidade de duração, ou seja, o factor T ...»

Tendo em atenção a afirmação deste conceituado autor, podemos, sem sombra de dúvida, aceitar este ponto como uma negligência factual no planeamento da estratégia.

João de Barros em Ásia, Década I diz-nos o seguinte:

« Sobre o qual caso (partida para a Índia), no ano seguinte de noventa e seis, estando em Montemor-o-Novo (D. Manuel) teve alguns gerais conselhos em que houve muitos e diferentes votos. E os mais foram que a Índia não se devia descobrir: porque além de trazer consigo muitas obrigações, por ser Estado mui remoto pera poder conquistar e conservar, debilitaria tanto as forças do reino que ficaria ele sem as necessárias pera sua conservação; quanto mais que, sendo descoberta, podia cobrar este reino novos competidores no qual caso já tinham experiência no que se moveu entre el-rei D. João e el-rei D. Fernando de Castela sobre o descobrimento das Antilhas(...)

Porém a estas razões houve outras em contrairo que, por serem conforme aos de-sejos de el-rei lhe foram mais aceitas (...)

Finalmente el-rei assentou de prosseguir neste descobrimento; e depois, estando em Estremoz, declarou a Vasco da Gama, fidalgo de sua casa ,por capitão-mor das velas que havia de mandar a ela (...)

Camões que se serviu, entre muitos, de Barros como suporte histórico na epopeia, criou a extraordinária figura do “Velho do Restelo” como porta-voz personificativo das correntes de opinião diversas naquele tempo sobre a demanda da Índia não como um profeta da desgraça como muitos pretendem ver mas «com um saber só de experiências feito» clamou a favor das campanhas africanas:

«Não tens junto contigo o Ismaelita
Com quem travarás guerras sobejas ?
Não segue ele do Arábio a Lei Maldita
Se tu pola de Cristo só pelejas?
Não tem cidades mil, terra infinita
Se terras e riquezas mais desejas ?
.....²²

Nesta estância estai explícito o binómio fé e império. E continua:

²²Camões, Lusíadas, Cntº IV, 100, 1/6

*«Por quem se despovoe o reino antigo
Se enfraqueça e se vá deitando ao longe»²³*

O despovoamento, a falta de gente era, sob o ponto de vista da personagem camoniana e dada a conhecer por Barros, a dificuldade grande e o ponto fraco da demanda do Índico.

A deficiência mássica foi, de facto, ao longo da nossa história um factor importante e talvez por isso as nossas vitórias terrestres ou marítimas venham sempre acrisoladas de uma mística bênção providencial, contabilizando-se em proporções milagrosas impossíveis e impressionantes de 1 para 100, para 500, para 1000, etc.

O imaginário e lendário- histórico popular está saturado de imensos factos que será desnecessário citar. No entanto, será bom para alicerçarmos o que classificamos como um lapso na estratégia apreciar um quadro da demografia em Portugal referente aos séculos XV a XVIII, comparada com a de outros países europeus, por A.H. Oliveira Marques, História de Portugal, Vol. I, citado por Pedro A. Neves na sua já citada História de Portugal, Textos e documentos a pgs. 282.²⁴

Data aprox.	Portugal	Espanha	França	Inglaterra	Europa
1415	1 000 000				50 000 000
1530	1 400 000	7 000 000	14 000 000	3 000 000	65 000 000
1640	2 000 000				103000000
1760	2 100 000	8 000 000	19 000 000	6 000 000	120000000

Note-se que o primeiro censo citado se reporta à data da conquista de Ceuta.

²³idem, cntº IV, 101, 1/4

²⁴Oliveira Marques in Dicion. História de Portugal cit. por P.A. Neves, op. cit. pag 282

Se pretendermos afirmar que estes dados estão viciados ou inventados porque nestas eras não havia registo civil e estatística credível em Portugal bem como na Europa e que apenas existia o registo religioso de baptismo, óbitos e casamentos, as faltas demográficas não deverão ser de grande monta para o caso.

No entanto, Magalhães Godinho apresenta-nos um outro quadro ²⁵reportando-se a portugueses emigrados nas diversas ilhas:

	1450	Fins Sec.XV	1550	Fins Sec.XVI
Marrocos	15 000		25 000	
Madeira	3 900	4 000	17 000	27 000
Açores		1 500		42 300
S. Tomé		2 000	10 000	
Oriente		2 500	7 000	
Brasil			2 000	25 000

Refira-se, por curiosidade, que este segundo quadro se inicia no reinado de D. Afonso V e que o grosso da emigração não era a mais qualificada.

Disto nos dá conta Gil Vicente, Garcia de Resende, Camões e outros, satirizando.

Afonso de Albuquerque em carta a Duarte de Galvão, citado por Pedro Almiro Neves

²⁶refere:

(...) e vai sse todo o bem da India a perder porque quer el Rei ter feitores, escrivães de feitoria, homens que nam sabem contar des Reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem emdereçar as mercadorias onde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam e assim esta tudo como em mato maninho; e vos certifico senhor que sam tam grandes os guanhos dos tratos de quá e tam grossa a mercadoria e riqueza da India que he rizo falar no guanho da

²⁵Magalhães Godinho in Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa cit. por A.A. Neves, op. cit. pag 282

²⁶P.A. Neves in História de Poretugal, vol. I, pag 299

pymenta; e el Rei comete este neguocio a dous moços da ca-mara que vem de tres em tres anos, boçaes, que nam sabem que cousa he trato de mercadorias nem compras nem vendas nem fardos de mercadoria: Ja tenho escrito a el Rei que creia mais no escritorio de Bertolomeu com Lionardo som nele que em quantas feitorias e feitores tem na India (...) porque destes que quá tem nam pode receber senam mexericos e emburilla-das; mostram se muito cheos de dor de sua fazenda pera se poderem melhor ajudar dela e saber feitorizar ha sua: esta tudo pendurado em hua escapula com hua teia de aranha por cima e escrevem !»

À deficiência mássica e qualitativa apontada há que juntar ainda a falta de preparação dos novos homens de mar para tão vasto império, conforme no-lo relata C. Boxer²⁷:

«O problema de tripulação da carreira da Índia foi quase sempre um problema difícil. Marinheiros de alto mar não se fazem num dia e as perdas causadas pela morte ou pela doença na viagem para a Índia eram muito elevadas. Já em 1505 estavam a ser recrutadas para servirem na carreira tripulação complementares inexperientes, como exemplifica a anedota contada pelo Cronista Cantanheda acerca dos marinheiros rústicos de João Homem. Esses campónios não sabiam distinguir bombordo de estibordo ao largarem do Tejo e só o conseguiram quando foi atada uma réstea de cebolas num dos lados do navio e uma réstea de alhos no outro. « Agora- disse ele ao piloto - diz-lhe que virem o leme na direcção das cebolas ou dos alhos e eles compreenderão. (...)Muitos marinheiros portugueses preferiram prestar serviço na marinha espanhola a fazê-lo na nacional porquanto na primeira eram ligeiramente mais bem pagos e os reis castelhanos se mostravam inclinados a encorajar esta tendência».

Vulgarmente aponta-se o início do declínio do Império no reinado de D. João III primeiramente pela perseguição aos judeus por parte da Inquisição (outra falta na estratégia que D. Manuel controlou e evitou com “ os cristãos novos”) e que os levou a demandar outras paragens - Espanha, Holanda e, em menor número o Brasil - facto que veio abalar profundamente a estrutura económica do Império pois além de vultuosas quantias em ouro e moeda e das casas de câmbio que possuíam, eram ainda senhores da maior parte dos meios de transporte.

É neste reinado que vemos Sevilha assumir-se como cidade portuária comercial, notável a nível mundial, com rotas para o levante e América do Sul e onde os judeus, por interesse político a para escapar à Inquisição foram considerados e apelidados de “portugueses”.

²⁷Boxer in op. Cit. pag 987

Embora por motivos religiosos os judeus fossem integrados e classificados socialmente em toda a Europa como “elementos marginais”, não há dúvida que pela sua cultura, dedicação, e poder económico foram peças fundamentais na expansão, desde o início. Esta emigração contínua do talento financeiro e comercial dos cristãos-novos desde o reinado de D. João III até ao reinado de D. João V foi vantajosa para a prosperidade de Amesterdão, Londres, Ruão etc. mas totalmente fatídica e letal para a economia portuguesa.

Outros factores para além da baixa taxa demográfica e da saída forçada dos judeus e que também se reflectiram nos quantitativos militares e outros, foi a pressão de corso e bélica, esta de forma velada inicialmente, exercida pelas potências europeias contra o sistema de “mare clausum” tordesiliano, mas sempre constante, exercida pela Holanda, Inglaterra e França, que incitaram e ajudaram os potentados do Índico contra nós, visando, quer pela força quer também por tratados, ocupar as nossas posições, o que vieram, posteriormente a conseguir.

Tudo isto obrigou D. João III ao regresso ao Atlântico e a cuidar de forma especial deste espaço - costa ocidental de África, Brasil e ilhas atlânticas - pois adivinhava já, frente à situação nacional e europeia o que viria a acontecer.

Esta situação começou no entanto a agravar-se nos últimos anos de D. Manuel, pois tão vasto império tornava-se difícil de gerar

João Paulo Costa²⁸ sobre isto, relata-nos o que a seguir sintetizamos:

Atacada por novas potências e denotando os primeiros sinais de cansaço, a coroa quer reorganizar os seus domínios. Nos últimos anos do reinado de D. Manuel, os seus sonhos imperiais foram-se corroendo e desmoronando sobretudo pelas circunstâncias dramáticas em que o monarca se viu obrigado, por pressões internas, a destituir Afonso de Albuquerque, seu homem de mão e de extrema confiança.

Desde esse momento, embora o Império Português pouco se alterasse na sua configuração, a verdade é que começou por denotar sinais de enfraquecimento que logo viriam a ser notados e aproveitados por terceiros.

No eixo Atlântico domina uma série de fortalezas junto ao mar, em Marrocos e as de S. Jorge da Mina e Arguim e ainda o controle dos quatro arquipélagos e a soberania da orla costeira do Brasil, osde existem mais portugueses devido à criação das Capitanias embora o seu número não seja o desejável.

²⁸ João Paulo Costa in Sábado dos Descobrimentos Jornal de 5.Mai. 990

Na Índia o poder assenta, fundamentalmente, nas cidades de Goa, Malaca e Ormuz e no sistema de fortalezas na costa do Malabar. Perdemos a fortaleza de Calicut mas erguemos outra em Chalé. Na Costa da Pescaria, no extremo sul da Índia, aqui sem a presença política, beneficiamos da conversão ao Cristianismo de uma casta, os paravas. Nas Molucas, as guarnições militares andam saltando de sítio para sítio, procurando proteger as rotas. No entanto, a Oriente e a Ocidente a Coroa enfrenta cada vez mais novos adversários que a procuram suplantar. O Rei, torna-se por vezes impotente para controlar os seus próprios oficiais administrativos das feitorias.

No que respeita a condicionalismos externos os últimos anos de D. Manuel e os primeiros anos do reinado de D. João III, assistiam a grandes mudanças na cena política não só europeia mas também mundial: Na Europa o Rei Carlos I de Espanha foi eleito imperador da Alemanha tornando-se senhor de vastos territórios na Europa e na América formando assim um grande império. Embora a Coroa Portuguesa tenha mantido sempre com Carlos I as melhores relações e amizade (D. Manuel, pelo terceiro casamento e D. João III eram seus cunhados), não deixaram de surgir alguns conflitos por causa da demarcação do meridiano de Tordesilhas, primeiro na América, depois no Brasil por causa dos limites e depois na Ásia com a chegada dos navios de Magalhães à Insulíndia. Mas são sobretudo os franceses que causam dificuldades no Atlântico. Os seus corsários infestam as águas açoreanas procurando aprisionar as naus portuguesas que vem da Índia mas também os galeões espanhóis procedentes da América, carregados de prata e ouro, pois a sua rota passa muito perto dos Açores. Se temos até agora capacidade para correr com os franceses das costas brasileiras, o mesmo se não passa com as costas africanas e ilhas do Atlântico.

A acrescentar a isto, o cada vez maior avanço dos Otomanos que carregam a Oriente e no Mediterrâneo.

As intrigas palacianas e conflitos pessoais pressionam o rei sobre a forma de administrar estes domínios.

No entanto, D. João III tem outro problema preocupante: todos os anos ele envia fortes armadas para as diversas áreas do Império; mas quando os navios chegam às fortalezas ou feitorias, muitos dos tripulantes abandonam o serviço da Coroa a partir da aventura, enfraquecendo as estruturas do poder e do Império. Estes homens tornam-se comerciantes privados, piratas e mercenários procurando assim ganhar fortunas o que não obteriam ao serviço da Coroa; chegam a hostilizar, com outros piratas e com interesse, a atacar as armadas oficiais inclusivamente no litoral africano.

Assim, a presença portuguesa vai-se reduzindo até ficar, praticamente, inexistente. Adivinha-se, para breve, o colapso.

Posteriormente, com a monarquia dualista ibérica, estas potências europeias lançaram-se contra a Espanha e consequentemente Portugal e, o que era nosso, incluindo os pontos comerciais importantes, foram ocupados pela Inglaterra e sobretudo pela Holanda que conquistou a Mina, Angola (Luanda) e o Nordeste brasileiro.

Sem forças e meios militares eficazes e dominados os portugueses pela ambição, foi num ápice que todo o império se desmoronou e perdemos, inclusivamente, todo o controle no Atlântico.

Devemos no entanto realçar e muito o papel fundamental sempre esquecido por não abordado às gerações portuguesas de D. Manuel na política estratégica Atlântica. Este monarca não foi só o “rei merceeiro” como sarcasticamente o chamaram. Ele foi e muito um monarca Atlântico pois sabia que o seu controle implicava a segurança das rotas do Índico e mantinha o poder português enraizado pela conquista e descobertas.

Maria Augusta Lima Cruz, citando David Lopes²⁹ relata-nos:

(...) com D. Manuel se atingiu o apogeu do poder português em Marrocos. Com efeito, logo nos primeiros anos do seu reinado, este soberano, para além da ofensiva contra a costa norte-marroquina fronteiriça da zona de influência portuguesa, conquistou ou ocupou uma série de lugares ao longo da costa ocidental marroquina, muitos dos quais já haviam conhecido a suserania portuguesa no tempo de seu antecessor: Santa Cruz do Cabo de Gué, Mogador, Safim, Azamor, Mazagão e Arguz. Foi, claramente o retomar de uma política de conquista territorial pelas armas.(...) São expressão deste plano imperial de D. Manuel:

** A constituição de uma vasta zona de « mouro de pazes » na região de Duquela, tendo como principal obreiro o capitão de Safim, Nuno F. de Ataíde.*

** A conquista aparatosa da cidade de Azamor em 1513.*

Toda uma série de medidas que tomou no sentido de incitar os feitos de armas e a fixação de portugueses em África como as comendas novas e as rendas para moradores. As conquistas de Mamora e Anafé planeadas em 1515 completariam o cerco ao reino de Fez e abririam o caminho para a conquista da capital.

O grande desastre da expedição contra Mamora - o maior sofrido pelos portugueses no reinado de D. Manuel - terá contribuído, segundo alguns historiadores, para pôr fim à ofensiva Manuelina em Marrocos, embora esta derrota se possa explicar em parte pelas transformações ocorridas a nível mundial.

D. Manuel, em jeito de conclusão, teve sempre subjacente a política africana iniciada por D. João I e seus sucessores e continuou-a até ao revés da expedição contra Mamora ».

À morte do Cardeal-Rei, durante a dominação Filipina anestesiou-se o sonho Imperial de Portugal e a sua vocação atlântica.

Usamos o termo anestesiou-se pois logo a partir de 1640, com a subida ao trono de D. João IV, este vai tentar retomar, primeiro por via diplomática o domínio do Atlântico e logo a seguir, perante a relutância teimosa dos Holandeses, por meios bélicos, a sua expulsão de Angola e do Brasil, entregando a Portugal, com excepção da Mina, as suas possessões africanas e o Brasil.

²⁹M.A. L. Cruz in Rotas da Terra e do Mar, nº 16 Agosto 1944, pul D.N.

A partir de então e nos reinados seguintes vamos assistir ao desenvolvimento económico do Brasil, ao constante e activo comércio com Angola, ao tráfego incrementado negreiro, ao desenvolvimento da indústria açucareira no Brasil, à época dos Bandeirantes, ao aparecimento do ouro brasileiro, à explosão das plantações de algodão e tabaco no Brasil, a uma período áureo de arte e cultura (Barroco) que sem o Atlântico seria impensável da forma como explodiu.

Com Pombal assistimos à restauração do dirigismo comercial monárquico e, nos reinados seguintes à acentuada emigração para o Brasil, para Angola e Moçambique repondo-se a identidade Atlântica nacional se bem que de forma mais moderna.

Com altos e baixos ditados pelas invasões napoleónicas de que os ingleses novamente se aproveitaram para nos empobrecer e tolher a nossa atlanticidade até às raízes, Portugal, às crises económicas cíclicas e sociopolíticas que intramuros se desenvolveram, o mar, sempre esteve presente para preservar e dar forças à alma portuguesa através de uma diáspora universal, não já em busca da canela, do ouro, das pedrarias e das sedas mas como meio de proporcionar aos portugueses uma vida melhor, espalhando-se pelas terras portuguesas descobertas em tempos remotos, desenvolvendo-as, engrandecendo-as e ao mesmo tempo Portugal, formando, em outros continentes muitas comunidades e onde, ainda hoje, mais talvez que aqui no continente, palpita o verdadeiro coração português, o puro e legítimo sentimento português do passado pelo gosto da aventura, da determinação, da luta pela vida, pelo engrandecimento económico, pela preservação da língua, das tradições e cultura, da miscegenação com outros povos, pela sempre evocação do sentimento patriótico e pelo gosto e orgulho de ser português.

6 - O MAR E PORTUGAL

*Ó mar anterior a nós, teus medos
Tinham coral e praias e arvoredos.
Desvendadas a noite e a cerração
As tormentas passadas e o mistério,
Abria em flor o Longe, e o Sul sidéreo
Splendia sobre as naus da iniciação.*

*Linha severa da longínqua costa,
Quando a nau se aproxima, ergue-se a encosta
Em árvores, onde o Longe nada tinha;
Mais perto, abre-se a terra em sons e cores;
E, no desembrarcar há árvores, flores,
Onde era só, de longe, a abstracta linha.*

*O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa, e, com sensíveis
Movimentos da esp'rança e de vontade,
Buscar na linha fria do horizonte
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte -
Os beijos merecidos da Verdade*

Fernando Pessoa, Mensagem

O fenómeno da diáspora se algumas vezes utilizado à força com fins penais, se bem que em número nada significativo, aparece como um facto íntimo e pessoal ditado por necessidade ou ambição, e muitas vezes incentivado pelo poder junto dos actores interessados e inclinados ou motivados psicologicamente.

O prof. António N. Machado³⁰ define o termo diáspora da seguinte forma: «Dispersão de povos por motivos políticos, religiosos, económicos ou ainda por perseguição de grupos dominadores intolerantes».

Este fenómeno é quase tão velho como a própria sociedade humana e simultaneamente explicativo da formação de novas nações ou então de êxodos temporários ou de aglutinação de diferentes grupos étnicos.

Muito poucos estados de hoje não sofreram ou sofrem deste fenómeno.

³⁰ A.N.Machado in Dicionário da Língua Portuguesa, Ed. Difel, Rio 1977

No caso português este facto é ditado por duas forças: uma, a primeira, para demonstrar, de uma forma presencial a posse e dominação portuguesa; outra, a segunda, ditada por interesses económicos pessoais tentando uma melhoria significativa de vida. Qualquer outro factor que possa encontrar-se ou é esporádico ou tangencial.

A primeira tentativa de fixação portuguesa nas terras descobertas inicia-se e verifica-se nos arquipélagos atlânticos.

Seria, no entanto o capricho ou gosto pela aventura o factor implicante em povoar as ilhas e terras do mar oceano?

Logicamente que não.

Se atentarmos no que disse António Sérgio e outros, fácil será adivinhar que a aridez da meseta, incluindo a nossa, não seria nem apta nem apetecível para colmatar as necessidades económico-agrícolas da grei.

Mas, mesmo que o fosse, o poderio dos nossos vizinhos castelhanos e árabes era motivo mais que suficiente para impedir e fazer morrer, à nascença, qualquer intento.

Por isso, a constante necessidade de cereais e outros produtos básicos para a vida nacional por não assegurados, satisfatoriamente, nem no solo pátrio nem na península.

A isto juntou-se ainda à nossa crise a europeia também nos sec. XIV e XV que veio, por muitos factores agravarem a situação económica interna deixando o povo e a nobreza terratenente imersos numa situação caótica.

E foi outra vez o mar donde emergiam ilhas e ladeava terras já descobertas a solução encontrada para ocorrer a uma rentabilização económica, para buscar novas fontes de riqueza e de produção ajudando a resolver as deficiências continentais e ainda a possibilidade dos interessados serem proprietários sob determinadas regras e leis.

Acresce ainda que a Coroa tentava a garantia da posse e do poder perante os olhos ávidos de Castela das ilhas atlânticas.

Sobre este assunto na Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné, Zurara é claro:³¹

« Ele (Infante D. Henrique) fez povoar no Grande Mar Oceano cinco ilhas (Porto Santo, Madeira, Santa Maria, S. Miguel e Terceira) as quais, ao tempo da composição deste livro estavam em razoada povoação, especialmente a ilha da Madeira; e assim desta como das outras, sentiram os nossos reinos grandes proveitos scilicet: de pão e açúcar; e mel e cera; e madeira e outras muitas cousas de que não tão somente o nosso reino mas ainda os estranhos houveram e hão mui gran proveito ».

Na sintética citação do Cronista ressalta à primeira vista que o povoamento das ilhas gerou um desenvolvimento económico e redundou numa parcial satisfação das necessidades nacionais primárias e ainda para exportação.

Não foi portanto obra do acaso mas alicerçou-se numa visão estratégica e inteligente pois além de viabilizar essas ilhas economicamente por outro lado iria servir de polo de atracção para radicar uma população metropolitana depauperada pela crise e, em simultâneo, uma vez habitadas por portugueses ou pessoas estrangeiras de confiança dos príncipes, de pontos estratégico-militares na defesa e segurança das rotas atlânticas. Estas ilhas foram classificadas de

ILHAS DE POVOAMENTO.

Curiosamente as ilhas formaram capitánias-donatárias que foram doadas, com certas reservas, aos próprios descobridores das mesmas e que rapidamente se transformaram em senhorios capitalistas.

Face à pouca população do reino o início do povoamento dos arquipélagos açorianos fez-se também com Flamengos dadas as boas relações político-económicas existentes desde a primeira dinastia com a Flandres.

O recurso da oferta aos Flamengos nos Açores deve-se também ao facto de a população nacional, reduzida por um lado, estar ainda possuída dos medos e do incógnito do mar povoado de fantasmas e horrores. Exceptuando a ilha de Santa Maria, as outras, contra a vontade do

³¹Zurara, crónica da Guiné Cap. V

Infante, foram-se povoando com alguma notável lentidão. Isto o confirma Artur Teodoro de Matos³²

« Não era fácil aliciar gente de condição ou mesmo o povo para se fixar numa ilha distante, desconhecida e deserta onde a incerteza pairava sobre tudo o que pudesse constituir atractivo para a mudança»

O recurso a Flamengos fez com que, mais tarde, a ilha do Faial, fosse chamada “ ilha dos Flamengos” dada a nacionalidade dos seus povoadores; no entanto a Terceira e São Jorge albergaram também no seu solo gente destas paragens. A título de curiosidade mas comprovativo deste facto, o característico som vocálico, sobretudo do U, usado pelos açorianos que, de certa forma, ajuda a certificar esta verdade histórica. O historiador anterior, citando Valentim Fernandes³³, referindo-se ao povoamento destas ilhas por Flamengos, comenta:« *assim povoaram esta ilha a qual depois os navios de Portugal visitaram e foram morar e já a língua flamenga é nela perdida*».

Com a «pouca gente de condição» ou «povo» seguiram alguns condenados e escravos.

A ida de condenados ou sentenciados a prisão perpétua ou mesmo à morte deve-se a um sentimento de compaixão conforme relato seguinte ao anterior:

« ... Faial ilha, ou por outro nome chamada ilha dos Flamengos, porque Filipe, duque de Borgonha, casado com a filha de El-Rei D. Duarte e irmão d’ El-Rei D. Afonso, o quinto de Portugal, (D. Isabel, filha de D. Duarte e tia de D. Afonso V) ... por rogo desta Senhora os homens que mereciam morte cível mandou que fossem degredados para esta ilha pela qual Utre, homem honrado, pedia a capitania dela ... e lhe foi outorgada e confirmada em Portugal»

Assim se iniciou o desenvolvimento destas ilhas cujos colonos, recebendo as suas sesmarias, começaram por dedicar-se à agricultura e pecuária.

O sucesso foi de tal ordem que a Ordem de Cristo da qual o Infante era administrador e dona do arquipélago, passado pouco tempo do povoamento ficou apenas com a jurisdição

³² Artur de Matos in Rotas da Terra e do Mar, nº 3, rev. D.N.

³³ idem ant.

espiritual, cedendo a temporal aos donatários que distribuíam, ou doavam terras aos povoadores, sendo-lhes vedado o foro judicial e a cunhagem de moeda.

No dizer de António Sérgio ³⁴ as ilhas tropicais foram classificadas de ILHAS DE PLANTAÇÃO - Cabo Verde e São Tomé.

Muito cedo estas ilhas vieram a constituir-se em autênticos baluartes estratégicos como poderosas feitorias-fortalezas insulares relativamente aos territórios africanos que lhe eram fronteiriços - Mina e Guiné - bem como pontos chaves de apoio logístico às rotas atlânticas, quer através de estaleiros de reparação quer como locais de rendição de pilotos e pessoal de navegação quer ainda como entreposto entre os circuitos comerciais existentes: um entre São Tiago e a costa africana e outro entre São Tiago e Lisboa.

Este aproveitamento estratégico insere-se ou podemos inseri-lo na política de sigilo de D. João II quanto às rotas e fontes do ouro.

Curiosamente, as armadas que partiam de Lisboa não contactavam directamente com a costa da Guiné. Carregavam e descarregavam na ilha de São Tiago tudo o que levavam ou haviam de trazer. Tudo era transportado da Mina e da Guiné para São Tiago e daqui para Lisboa e vice-versa.

Cabo Verde desempenhou desde o sec. XV a função de placa giratória atlântica entre África e Portugal e, anos mais tarde, entre as Antilhas, Brasil e Lisboa.

Devido à sua situação, estas ilhas foram-se transformando em crescente valor geo-estratégico à medida que as rotas comerciais do Índico foram aumentando e, posteriormente, as rotas atlânticas, quando retomamos a nossa posição atlântica inicial.

No entanto, desafiando as medidas de sigilo de D. João II continuadas pelo seu sucessor, nem por isso os portugueses deixaram de desafiar a Coroa.

Maria Emília M. Santos ³⁵ escreve o seguinte:

³⁴ António Sérgio in Breve Interpretação da História de Portugal

« Os pioneiros naquela região, que se estendia entre Cabo Verde e a Serra Leoa foram, de facto, homens fora da lei sem subordinação ao governador e demais autoridades estabelecidas na ilha de São Tiago, do Arquipélago de Cabo Verde.

Numa tentativa de povoar as ilhas de Cabo Verde (...) foram dadas aos povoadores, em 1464, facilidades para negociar na Costa da Guiné. Podiam os vizinhos da ilha de São Tiago navegar com seus navios e mercadorias desde Cabo Verde até à Serra Leoa (...) Os moradores da ilha do Fogo ocupavam-se quasi exclusivamente na produção de algodão e na tecelagem de roupas diversas destinadas à Costa da Guiné onde as utilizavam para resgate de escravos. Este algodão era, por sua vez, tecido e tingido pelas populações do rio de S. Domingos, com tintas trazidas do Rio de Nuno, sendo depois vendido por toda a Costa da Guiné. Pretendia-se assim que os moradores das ilhas de Cabo Verde participassem nos lucros do negócio de escravos na costa, sem deixar de se defender os interesses da Coroa e dos contratadores a quem eram arrendados os tratos da Guiné. A reforçar a posição proibiu-se, rigorosamente, a fixação de portugueses naquela costa, pelo menos desde as Ordenações Manuelinas (1512-1521).(...) Então, homens de diversos estratos sociais (aventureiros, renegados e cristãos-novos), subtraindo-se às autoridades portuguesas insulares, lançaram-se em terra firme (.. .) Aí estabeleceram residência e começaram a comercializar diferentes produtos, designadamente os proibidos por lei, como era o caso do ferro. (...) Neste grupo heterogêneo os judeus constituíam parte importante. Bem ou mal recebidos pelas populações locais, (...) expatriavam-se, colocando-se sob a protecção dos reis africanos(...) possuíam « casas muito grossas ».

Dos resultados ao tempo, francamente positivos sob o aspecto de colonização legal ou ilegal das ilhas do Atlântico, verifica-se, de qualquer forma uma apetência nacional pelo mar. D. João III vem a consolidar esta nossa ape-tência com o povoamento e colonização das Terra de Santa Cruz.

E podemos dizer que o fez seguindo os mesmos moldes.

« Depois da vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil e algumas pessoas me queriam capitánias em terra dela. Eu quisera (...) que na repartição que disso se houver de fazer escolhais a melhor parte.(...)Determinei mandar demarcar Pernambuco até ao Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania e, antes de se dar a nenhuma pessoa, mandar apartar para vós cem léguas e para Pêro Lopes vosso irmão, cinquenta nos melhores limites desta coroa »³⁶

³⁵M.E. Madeira Santos in Rotas da Terra e do Mar, nº 4 rev. D.N. 1944

³⁶Carta de D. João III a Martin Afonso cit. P.A. Neves in op. cit. Vol. I pag. 315

Uma visão simplista ao reinado do Venturoso pode levar-nos a cair num erro tremendo como aquele que por vezes se lhe atribui em relação a África, pensando que o seu exclusivo interesse eram as especiarias, deixando de lado as terras do Brasil.

D. Manuel, após a viagem de Cabral em 1500, imediatamente fez saber do achado aos reis vizinhos consolidando assim a posse das terras a ocidente, dentro da demarcação de Tordesilhas. No entanto, sem bem que o seu interesse estivesse concentrado na hegemonia portuguesa do Índico, Golfo Pérsico e Mar Vermelho e na consolidação estratégica das praças africanas como pontos de apoio à navegação Lisboa/Índia, continuando ainda uma aliança possível com o “possível” Preste João e outros soberanos orientais, não descurou o novo continente.

Assim, para que se não cuidasse que a descoberta do Brasil se limitou apenas à implantação de um padrão e à celebração de uma missa, dois anos após a estes actos simbólicos - 1502 - arrendou, à semelhança do que fizera D. Afonso V a Fernão Gomes quanto ao Golfo da Guiné, a exploração das Terras de Vera Cruz a uma associação de mercadores encabeçado por Fernão de Noronha que era, simultaneamente o responsável jurídico pelo acto, pelo tempo de 3 anos, fixando o que seria pertença da Coroa e obrigando-o a prosseguir o reconhecimento da costa 300 léguas por ano. Optou, portanto, frente às preocupações do Índico e de África e ainda às notícias pouco definidas do Gran Almiral em colocar em “banho-maria”, mas presente, a posse destas terras.

D. João III viu cair, de súbito, sobre seus ombros todos os problemas que a conjuntura política europeia, sobretudo francesa pelo domínio dos mares, exigia. Tudo tentou por via diplomática e pela força no combate ao corso francês. Mas tudo infrutífero para aquilo que esperava. As bulas e tratados sobretudo o de Tordesilhas não eram obstáculo à ambição da corte francesa de Francisco I que, ironicamente contrapunha que lhe mostrassem a cláusula do testamento de Adão que o excluía da partilha do mundo. Recorde-se que nesta altura o prestígio

da Igreja estava abalado na Europa pela Reforma. Perante estas posições francesas de tomada de força, o resto da Europa, pairava atenta.

« A via diplomática e a actividade das armadas guarda-costas revelaram-se incapazes de produzir os resultados desejados, ou seja, a neutralização das actividades corsárias no Atlântico e a eliminação da presença francesa na América Portuguesa. A manifesta insuficiência desse modelo (...) levou o círculo governativo joanino a ponderar no final da época de 20 a adopção de soluções mais eficazes (...). Os governantes portugueses chegaram assim à conclusão de que a única medida de neutralizar a presença francesa no Brasil residia na criação de núcleos populacionais ao longo do litoral »³⁷

Levantaram-se então duas posições quanto à forma de colonização.

Sustentava o monarca que a colonização e povoamento do Brasil se devia fazer a expensas da Coroa enquanto outra corrente defendia que o povoamento devia ser feito por conta dos possíveis capitães-donatários.

Estando o reino e a Fazenda depauperada, o que teria levado o monarca a tomar esta posição?

Corriam rumores de que na bacia do rio da Prata se teriam encontrado grandes jazidas de prata e ouro e, assim, sendo a colonização a expensas da Coroa, podia o monarca impor medidas mais rígidas de forma a controlar a colonização.

Venceu, como é óbvio, a posição do monarca e foi incumbido Martin Afonso de Sousa de comandar uma expedição com obrigações diversas: assentamento de padrões em vários locais estratégicos; apresar todos os navios franceses encontrados nas costas do Brasil; observar as possibilidades de exploração da terra e ainda lançar os fundamentos de povoações em locais estratégicos ao longo do litoral. A armada zarpu do Tejo a 3 de Dezembro de 1530 e, cumprindo Afonso de Sousa a sua missão, travou combate com embarcações francesas, destruindo umas e aprisionando outras e, em 1531, manda para Lisboa uma nau carregada com prisioneiros e com o respectivo saque.

³⁷ Jorge Couto in Rotas da Terra e do Mar, n° 10, Rev D.N.

Respondeu a França enviando uma forte armada que, após renhido combate, tomou uma feitoria em Pernambuco, mas logo em seguida sofreu pesada derrota pelos portugueses que não só destruíram a armada francesa como também enforcaram toda a tripulação, saqueando e incendiando a posição francesa tomada anteriormente aos Portugueses.

Martin Afonso cumpriu a sua missão cabalmente e enviou novas pormenorizadas sobre a vida e cultura dos ameríndios e outras coisas de interesse.

No entanto esta presença bélica de defesa saía cara em vidas e em material pois as frentes eram cada vez mais alargadas e longínquas. As crescentes exigências de patrulhamento no Atlântico e no Índico; as pressões militares dos mouros sobre as praças portuguesas em Marrocos; as consequências do grande terramoto que atingiu Lisboa em 1531; as notícias de que franceses e espanhóis pretendiam firmar posições na América do Sul transmitidas pelo Doutor Diogo Gouveia, ex-reitor da Universidade de Paris que insistia para deixar a particulares a tarefa de colonizar o Brasil; as debilitadas finanças régias que não podiam ocorrer a tudo, induziram o círculo governativo a repensar a estratégia de ocupação efectiva das terras de Vera Cruz.

« Por carta de 28 de Setembro de 1532 D. João III comunicou ao encarregado do governo das terras do Brasil, Martin Afonso que decidira demarcar o litoral sul-americano compreendido entre Pernambuco e o Rio da Prata em capitânias de 50 léguas cada, com o objectivo de povoar toda aquela costa, ficando os respectivos titulares obrigados a armar os navios, proceder ao recrutamento de gente e arcar com as restantes despesas. (...) A concessão de capitânias- donatárias no Brasil, apesar de ter tido em conta a experiência acumulada no povoamento dos arquipélagos atlânticos, adoptou uma solução muito mais ampla de delegação de competências régias do que até então se verificara .³⁸

Não se pense no entanto que D. João III, entregando aos donatários as suas áreas, à semelhança de Pilatos, lavou as mãos. Ao fazê-lo, embora alargando a esfera de competência a cada um, deixou a capitania sujeita a diversas normas e obrigações, tais como: a nomeação de oficiais ligados à arrecadação dos tributos devidos à Fazenda Régia; a fundação de povoações ou concelhos, embora da competência dos donatários, deviam, preferencialmente, localizar-se na zona costeira e, se por motivos económicos se localizassem no sertão, a distância mínima entre

³⁸ Jorge Couto in Rotas da Terra e do Mar, nº 10, Rev. D.N. 1944

elas e a sede seria de seis léguas e de três entre as povoações e os concelhos; a defesa de cada área de jurisdição cabia ao respectivo donatário: construir estruturas defensivas em locais estratégicos, construir navios para patrulhar o litoral e o curso dos rios, contratar bombardeiros e formar milícias; o titular podia conceder terras em regime de sesmarias a pessoas de todas as condições sociais, menos a ele próprio, sua mulher, herdeiro e cada sesmaria aproveitada no espaço de 5 anos ficava isenta de tributos, à excepção do dízimo à Ordem de Cristo; as doações seriam registadas da mesma forma que as sesmarias tornadas propriedade própria por aproveitamento, em livro régio próprio e na presença do oficial régio mais categorizado; era permitido o comércio entre os moradores das diversas capitanias com isenção de tributos aos produtos brasileiros e estavam isentos do pagamento de impostos sobre os produtos do reino quando transportados em navios nacionais.

No âmbito fiscal consignou à coroa o dízimo do pescado, dos produtos exportados para fora do império, as sisas dos produtos estrangeiros importados em navios não portugueses, o quinto da pedraria e metais preciosos e não preciosos e estabeleceu o monopólio do pau-brasil.

Mais tarde e após estudo sobre as vantagens alcançadas, os erros encontrados e reformas a promover, tendo ainda em conta a conjuntura política naquelas paragens com a presença de espanhóis e franceses, foi criado o governo-geral do Brasil cujos governadores vieram dinamizar o povoamento e incrementar toda a economia, originando o país que hoje é o Brasil.

É no seu reinado que se promove o “espaço triangular económico- estratégico” comumente apelidado nos livros escolares de “ comércio triangular “ em que Lisboa/Angola/Brasil estavam constantemente em comunicação marítima transportando-se do reino para Angola e Brasil mercadorias nacionais diversas, de Angola para o Brasil escravos (iniciou-se o tráfico negreiro pela questão dos índios) e do Brasil para Lisboa açúcar, pedras preciosas, pau-brasil etc. e mais tarde algodão, tabaco e ouro.

Nos seus 35 anos de poder D. João III pode ser, pelos dramas pessoais e íntimos que sofreu, considerado um dos grandes monarcas portugueses pelo cuidado e determinação com que enfrentou e resolveu os problemas internos e externos que se lhe depararam, acabando, por último e como é humano, por ser afectada a sua personalidade.

Perante tanta fatalidade, os seus últimos anos foram marcados por uma extrema religiosidade, entregando-se à Companhia de Jesus permitindo a introdução da Inquisição em Portugal o que não invalida todo o seu esforço e capacidade em prol do reino.

Com o horizonte negro da sua sucessão, pelas pressões europeias sobre o reino e seu futuro, morre cheio de desgostos e preocupações.

Podemos dizer com toda a certeza, fossem quais fossem as qualidades morais e intelectuais dos portugueses dispersos no seu tempo pelo mundo, que D. João III, na sua global política Atlântica, mais que os seus antecessores no trono, foi o obreiro, à distância, dos hoje PALOP não da forma como hoje se classificam e interessam ao poder, mas numa visão muito ampla de um Atlântico português, onde os portugueses vivessem, progredissem e se sentissem livres e bem e integrados num espaço nacional, o que hoje não acontece nem merece o respeito devido, salvo, num caso ou outro, o Brasil, a mais portuguesa das ex-colónias portuguesas.

Após o domínio Filipino as possessões portuguesas foram alvo de saque e ocupação, inclusivamente, por parte das grandes potências europeias inimigas de Espanha e da casa de Áustria. Ingleses, franceses e holandeses, todos se lançaram contra as nossas possessões.

D. João IV iniciou uma grande campanha quer a nível bélico (as guerras da Restauração), quer sobretudo a nível diplomático. Aproveitou-se das hostilidades que a Inglaterra e a França mantinham com a Espanha e, se bem que a Holanda também fossa inimiga da Espanha, com a mesma se viu forçado a pensar a posição a tomar.

« Nem sempre era cómoda a posição do monarca como negociador inter-nacional, pois os holandeses tinham-se apoderado de 5 capitánias do Nordeste Brasileiro, bem como de Angola e São

Tomé; à necessidade de reconquistar essas parcelas do nosso império, sobrepunha-se, porém, a valia de uma aliança luso-holandesa destinada a atacar o inimigo comum: a Espanha. Nesse ponto foi de uma notável habilidade a política, a longo prazo, de D. João IV que, assinando vários tratados com as Províncias Unidas, nunca descurou a defesa das terras ultramarinas num esforço diplomático e militar que levou à expulsão dos holandeses das parcelas conquistadas. A reconquista de Pernambuco fica como um dos títulos de glória da acção governativa do monarca»³⁹

D. João V, quando iniciou o seu reinado, teve que participar na Guerra da Sucessão pois viu o que podia significar para Portugal e para as colónias a ligação deste País à França mas notou sobretudo as reticências interesseiras dos beligerantes que se sobrepunham à letra dos tratados. E esta lição rapidamente aprendeu o monarca: A inconsistência fundamental da política europeia que podia redundar em prejuízo de Portugal e que os tratados e compromissos eram tomados em função de um descarado oportunismo e vantagens imediatas.

Pelo tratado de Utreque em 1714, que após a subida ao trono austríaco de Carlos III, Portugal viu reconhecida a posse e o domínio sobre as terras entre o Amazonas e o Aiapoc e a sua livre navegação, no que dizia respeito aos diferendos com a França. Quanto à Espanha, para além da paz, a restituição da colónia de Sacramento. D. João V viu assim inalteráveis os seus interesses atlânticos, enveredou por uma política de neutralidade com a restante Europa e procurou acentuar o prestígio económico e atlântico de Portugal.

« Afinal de contas, o que preocupava D. João V, centralmente, era a defesa do Brasil e das suas rotas. Assim se vê que, tanto como aconteceu com os restantes países, Portugal viu ampliar-se consideravelmente no sec. XVIII a importância do ultramar nas preocupações metropolitanas. Nesta ordem de ideias, fez canalizar para o Brasil, cujos limites mandou definir, um considerável número de emigrantes, ampliou os quadros administrativos militares e técnicos brasileiros, reformou a cobrança do quinto em imposto de capitação, preencheu presídios militares, melhorou a construção naval e o fabrico de moeda e ampliou a cultura do açúcar. Pode assim dizer-se que, no reinado de D. João V, as condições da economia portuguesa no sec. XVIII melhoraram consideravelmente transformando o país num excelente mercado: embora com um território continental de reduzida extensão, os lucros eram avultados, dada a abundância do ouro ».⁴⁰

³⁹Dicionário de História dirigido por Joel Serrão, Vol. II, Iniciativas Editoriais

⁴⁰Mário Bacalhau, citado por P.A. Neves in Op. Cit. IV Vol.

Esta política atlântica vai-se mantendo com altos e baixos quer interna quer externamente durante os reinados seguintes, sobretudo no reinado seguinte, onde Pombal, enveredando também por uma política atlanticista, vai reforçar o controle de toda a economia nacional e ultramarina através da criação de monopólios e ainda procurar o desenvolvimento industrial para o qual, habilmente, se vai servir das condições da burguesia e da satisfação da sua vaidade.

No entanto, com a Revolução Francesa e logo a seguir com as invasões napoleónicas, na regência do infante D. João, futuro D. João VI, pois D. Maria I enlouquecera e a sua aclamação viria a ocorrer, após a morte da rainha no Rio de Janeiro para onde a corte se deslocara, o monarca teve que optar por dois termos: ou lutar, de armas na mão, o que era desaconselhável face ao furacão bélico napoleónico, ou ceder e esperar por melhores tempos. Assim a opção foi por deslocar a corte para o Brasil.

« Na verdade, o ficar seria, para além da submissão do poder do Estado, a perda do Brasil (...). O partir traduzia-se, ao menos, na esperança de manter a grande colónia sul-americana e a integridade da soberania nacional »⁴¹

D. João VI sempre acalentou um sonho que não viu concretizado, perante as circunstâncias do movimento liberal interno que então estalou contra a dominação inglesa: um império luso-brasileiro, sob a chefia da dinastia de Bragança.

A sete de Setembro de 1822, pelo advento do liberalismo e pelas quezílias institucionais internas que se verificaram e que pretendiam dominar a grande e próspera nação que era o Brasil, este, libertando-se das peias e das imposições que lhe pretendiam ditar, lançou o grito da Independência.

No entanto se os ventos da história se alteraram politicamente o mesmo não aconteceu na visão e sentimento atlântico nacional.

⁴¹Mário Bacalhau citado por P.A. Neves in op. cit. Vol. IV

A Revolução Industrial que veio a tomar algum vulto durante a Regeneração, não foi contudo suficiente para pôr em marcha a nação na forma como sonharam e idealizaram os liberais.

A abertura das estradas, a implantação de vias-férreas, o estender do telégrafo, veio animar, temporariamente, a vida nacional: Os campos despovoam-se ou rumo às cidades em vias de industrialização ou para as obras públicas ou ainda demandando terras longínquas no afã de uma vida nova, independente e, se possível coroado por um êxito económico e curto prazo.

A abolição da escravatura em todo o Mundo mas sobretudo no Brasil, veio ditar a solicitação da mão-de-obra agrícola europeia. Na maior parte das vezes, não passou de servidão, dado que os dadores de trabalho, pelo adiantamento do preço do transporte, exploravam os novos colonos ao máximo independentemente de utilizarem um sistema de parceria danosa ou de meação na produção.

A crise de 1890 põe a economia portuguesa quase a zero. A busca de matérias-primas pelo desenvolvimento do mercado colonial africano até aí morto e onde a competição não era ao tempo significativa, permitirá a Portugal sair de uma situação económica dramática e preservar a própria independência política, sem realizar grandes reformas de fundo.

Inicia-se assim, com um novo cariz a ocupação dos territórios africanos através de acções militares e de exploração visando uma futura colonização de que destacamos:

- 1831/32 - O major Monteiro e o capitão Gamito fazem a viagem de Tete a Cazembe (Moçambique);
- 1840 - Início da colonização de Moçâmedes (Angola);
- 1843 - Joaquim Rodrigues Graça é encarregado de se dirigir para o interior da província de Angola e demandar as cabeceiras do Zambeze e o Bié;
- 1847 - Bernardino José Brochado vai de Moçâmedes ao Cunene;
- 1853 - Silva Porto atinge o Lui;
- 1857 - Criação na Huíla de uma colónia militar agrícola;
- 1858 - A Companhia União Mercantil estabelece carreiras regulares, a vapor, entre Lisboa e Angola;
- 1865 - Fundação do Banco Português Ultramarino;
- 1870 - Portugal, por arbitragem dos Estados Unidos, adquire o direito à posse da ilha de Bolama, na Guiné, contestada pela Inglaterra;

- 1872 - Campanha militar nos Dembos (Angola)
- 1876 - Conferência Internacional lança o projecto de Leopoldo II da Bélgica para a criação do Congo, sob seu domínio;
- 1877 - Serpa Pinto vai de Benguela ao Bié, estuda as nascentes do Cuanza e Capelo e Ivens percorrem as regiões de Benguela às terras de Iaca, determinando os cursos dos Rios Cibango, Luando e Tóhicaça;
- 1881 - Fundação da Humpata (Angola)
- 1882 - Ocupação pela Bélgica da Bacia do Zaire;
- 1884 - Início da Conferência de Berlim; expedição de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens atravessando a África de Luanda(Angola) a Tete (Moçambique); Primeiros colonos da Madeira para Huila-Angola assinatura de um tratado em Londres (26 de Fevereiro) reconhecendo-se a soberania portuguesa nas regiões das duas margens do rio Zaire até às fronteiras do novo estado do Congo;
- 1885 - Acta de Berlim e oficialização do «Estado Livre do Congo» que passará à posse da Bélgica, o que constituía uma séria ameaça à presença portuguesa assente nos direitos históricos;
- 1886 - Mapa Cor-de-Rosa, concebido por Luciano Cordeiro, Barbosa du Bocage, Pinheiro Chagas, Andrade Corvo, Barros Gomes como projecto de um vasto domínio colonial; a Inglaterra aparece a reclamar o cumprimento da Acta de Berlim;
- 1889 - Paiva Couceiro ocupa o Zambeze;
- 1890 - Ultimatum Britânico; Tratado de Londres : define os limites territoriais das possessões portuguesas a norte e a sul do Zambeze - (Moçambique) e da África Ocidental (Angola) ampliando a concessão portuguesa de territórios à Inglaterra e reconhecendo-lhes liberdade absoluta de navegação, comércio e religião;
- 1892 - Artur de Paiva explora o Cunene a partir da Humpata;⁴²

Da mesma obra transcrevemos uma parte do Relatório de Sá da Bandeira:

« Para avaliarmos o que são os domínios portugueses ultramarinos, não devemos considerar somente o que actualmente são, mas sim aquilo que são susceptíveis. O estado em que se acham é devido não só ao mau governo que tem tido a metrópole, mas a esta ter prestado a sua atenção quasi exclusivamente ao Brasil. Os naturais da África foram tomados e transportados além do Atlântico para tornarem rico um país cujos habitantes se recusavam à civilização (...) Nas províncias do ultramar existem ricas minas de ouro, cobre, ferro e pedras preciosas (...) Em África podemos cultivar tudo o que se cultiva na América (...) Promova-se o estabelecimento dos europeus, o desenvolvimento da sua indústria, o emprego dos seus capitais, novas colonizações e em poucos anos tiraremos grandes resultados (...) Libertar de todo o ónus a navegação portuguesa entre a metrópole e as colónias e destas entre si e receber em Portugal, livres de direitos, as suas produções, do mesmo modo que ali se devem receber as produções de Portugal »

Durante o início sec. XX iniciou-se em força e de forma mais visível e moderna o povoamento do centro e sul de Angola com a instalação de colonatos.

⁴² Joel Serrão cit. Por P.A. Neves, Vol III, pag 416

Com a formação do Partido Republicano, sequência da “Geração de 70”, das “Conferências do Casino” e do grupo “O Cenáculo”, os seus membros, para derrube da monarquia e implantação do seu ideário, aproveitaram a grande parte das efemérides nacionais para fazer públicas as suas ideias. Uma das suas reacções foi ao tornar-se público o “Ultimatum Britânico” em 11 de Janeiro de 1890.

Curiosamente os republicanos puros e fundadores do partido e ainda laicos e anti-clericais, não se mostraram tendentes à renúncia do ultramar como o demonstra o Manifesto do Partido Republicano de 1890, transcrito na obra citada anteriormente:

« O regime político das Cartas Constitucionais, fundada na amálgama irracional da soberania da Nação, só podia nascer e sustentar-se pelo sofisma de uma transigência temporária entre o absolutismo e a revolução.

Foi por esta transigência que se perverteu a obra gloriosa do fim do sec. XVIII e que o sec. XIX se esgotou na instabilidade política sem ter resolvido praticamente o problema social. (...) Na expectativa de uma tremenda catástrofe nacional (perda das colónias, consignação dos rendimentos públicos a sindicatos estrangeiros, e, consequentemente, incorporação de Portugal como província de Espanha) importa que a Nação tenha um partido seu, que pugne pela sua dignidade e independência, tirando da civilização moderna as bases de uma nova reorganização política.(...)Diante da Pátria vilenpendiada pelo egoísmo e pela inépcia de todos os partidários que o sustentam, seja a nossa divisa a bela frase dos homens de 1820 que souberam libertar Portugal do protectorado execrando de Beresford :« Uma só vontade nos una...» para procedermos como herdeiros das nobres gerações de 1384, de 1820 e de 1834, fazendo a obra gloriosa da reorganização de Portugal ».⁴³

A reacção ao Ultimatum foi a nível nacional pois toda a nação se sentiu humilhada e, deixando de lado a oportunidade que o Partido Republicano obteve na contabilização de novos adeptos, a verdade é que, ao som de A Portuguesa toda a nação despertou perante a imperial brutalidade do documento inglês.

A «Portuguesa», o Hino Nacional, de início ao fim é um todo de exaltação aos “ varões assinalados que da ocidental praia lusitana...passaram ainda além da Taprobana» e «aqueles reis que foram dilatando a fé e o império» e ainda apela à rebelião contra os ingleses «contra os canhões marchar, marchar».

⁴³ Idem, 417

Político manhoso, apoiado por outros companheiros, comedores de gamela estatal, há poucos anos, no dia de Portugal, propuseram a mudança deste hino justificando que agora não estávamos em guerra nem mesmo com as colónias.

Triste o povo que pretende deturpar, caluniar, esconder a histórica saga do seu povo através dos séculos! Mas esse povo existe; já Camões os referiu: «entre os portugueses, alguns traidores houve algumas vezes.

Curiosamente os programas escolares dão mais ênfase a Gregos, Romanos, Franceses e outros povos, passam como faquires sobre pregos à vista do tempo histórico e objectivo dos descobrimentos e demoram-se sobre os consulados de Salazar e Marcelo, sobre a Pide-DGS, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa como símbolos de um recurso forçado à denúncia forçada. Cadeias, torturas etc.

Convém no entanto para uma melhor compreensão do que se segue, elaborarmos um pequeno comentário sobre a Conferência de Berlim.

A guerra franco-alemã de 1870, veio reforçar a ascendência do Império Alemão que, debaixo da batuta do hábil Bismark, o chanceler de ferro, tomou medidas para iniciar o seu expansionismo em África. Sem quaisquer tradições ultramarinas, Bismark aliou às ideias do seu expansionismo a da busca de matérias-primas africanas para uma indústria em pleno crescimento.

Se, de início, os países interessados em África, mais especificamente na bacia do Zaire - Inglaterra, Portugal, França e Bélgica - tinham tradições africanas, a estes vieram juntar-se novos países que visavam apenas a sua hegemonia e influência num continente que se sabia rico em matérias primas: Dinamarca, Alemanha, Áustria, Espanha, Itália, Holanda, Suécia Noruega, Turquia e, até do novo continente, Os Estados Unidos.

Para além da Alemanha, a máxima interessada na partilha, apareceu uma organização de carácter privado, a Associação Internacional, que tinha por detrás o forte interesse da Bélgica,

apoiada na personalidade inquestionável do seu rei, Leopoldo II. Propunha-se e pretendia esta Associação que a bacia do Zaire que se adivinhava riquíssima, através de capitais de diversas origens -norte-americanos, belgas, alemães e outros - e onde em 1882 a Bélgica tinha desembarcado forte contingente armado, que lhe fossem definidas fronteiras nítidas e, sobretudo, assegurar uma saída para o mar que permitisse o escoamento das respectivas matérias primas provenientes da bacia hidrográfica do Zaire.

Tal “corrida ao ouro” pelas nações europeias e outras à semelhança dos chacais, hienas, coiotes e quejandas bestas selvagens, alertou, de forma especial um reino independente e pacífico da bacia do Zaire: Cabinda.

Aproveitando a presença na área da corveta «Rainha de Portugal» capitaneada pelo capitão-tenente Brito Capelo. Chegaram com este à fala e ao acordo de celebrar com Portugal um tratado que a seguir se transcreve:

PETIÇÃO

Nós, abaixo assinados, príncipes e governadores de Cabinda, sabendo que na Europa se trata de resolver, em conferência de embaixadores de diferentes potências, questões que directamente dizem respeito aos territórios da Costa Ocidental de África, e, por conseguinte, do destino dos seus povos, aproveitamos a estada neste porto da corveta portuguesa Rainha de Portugal, a fim de em nossos nomes e no dos povos que governamos pedirmos ao seu comandante, como delegado do Governo de Sua Majestade Fidelíssima, para fazermos e concordarmos num tratado pelo qual fiquemos sob o protectorado de Portugal, tornando-nos, de facto, súbditos da coroa portuguesa, como já o éramos por hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo de nossa inteira, livre e plena vontade que de futuro entremos nos domínios da coroa portuguesa, pedimos ao Exmo. Sr. Comandante da corveta portuguesa para aceder aos nossos desejos e dos povos que governamos, determinando o dia, onde, em sessão solene, se há-de assinar a tratado que nos coloque sob a protecção da bandeira de Portugal.



Escrito em reunião dos príncipes abaixo assinados, no lugar de Simulambuco, aos 22 de Janeiro de 1885.

Representante da regência, sinal em + de Ibiala Mamboma, Rei; sinal em + da princesa Maria Simbo Mambuco, (a) Manuel José Puna (mais tarde Barão de Cabinda); sinal em + do príncipe Iambo Franque, governador de Chinga; sinal em + do príncipe Jack, governador de Buco-Sinto; sinal em + de Fernando Mengas, filho do príncipe Jack; sinal em + de King Jack, príncipe; sinal em + do príncipe King Faine, sinal em + de Fernando Sonça, governador do Povo Grande; sinal em + do Mongovo Velho, dono do Povo Grande; sinal em + do Mongovo Mamgombe, governador de Siamona; sinal em + de Betti Jack, governador de Cai; (a) Manuel Bonzela Franque, governador de Porto Rico e Mambu;

Francisco Rodrigues Franque, governador de Pernambuco e Vitória; sinal em + do Massabo; sinal em + de Machimbe Mafuca Franque; sinal em + do príncipe Muan Sambi Linguister de Francisco Franque.

Guilherme Augusto de Brito Capello, capitão tenente da Armada, comandante de corveta «Rainha de Portugal», comendador de Aviz e Cavaleiro de várias ordens, autorizado pelo governo de Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal, satisfazendo os desejos manifestados pelos príncipes de Cabinda em petição devidamente por eles assinada, em grande fundação concluiu com os referidos príncipes, governadores e chefes abaixo assinados, seus sucessores e herdeiros, o seguinte

TRATADO DE SIMULAMBUCO

Art. 1º - Os príncipes e mais chefes e seus sucessores declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protectorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Art. 2º - Portugal reconhece e confirmará todos os chefes que forem reconhecidos pelos povos segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção.

Art. 3º - Portugal obriga-se a fazer manter a integridade dos territórios colocados sob o seu protectorado.

Art. 4º - Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alugar de qualquer forma para estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante pagamento dos costumes, marcando-se de uma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses, ou pelas autoridades em que o governo de sua majestade delegar os seus poderes.

Art. 5º - A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o governo português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se a direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

Art. 6º - Os príncipes e mais chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja com carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4º.

Art. 7º - Igualmente se obrigam a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior, e a fazer uso das suas autoridades para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre vendedores e compradores, o as missões religiosas e científicas que se estabeleçam temporária ou permanentemente nos seus territórios; assim como o desenvolvimento da agricultura.

§ único. - Obrigam-se mais a não permitir o tráfico de escravatura nos limites dos seus domínios.

Art. 8º - Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas será resolvida sempre com a assistência do comandante do navio de guerra português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra, ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.

Art. 9º - Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do país.

Art. 10º - Os príncipes e governadores cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno, mediante o pagamento dos seus respectivos valores, a fim de neles o governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares.

Art. 11º - O presente tratado assinado pelos príncipes e chefes do país, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta «Rainha de Portugal», começa a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo, contudo, considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo Governo de Sua Majestade.

Simulambuco, em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885, (a) Guilherme Augusto de Brites Capello (seguem-se as assinaturas de todos os príncipes e nobres de Cabinda).

Este tratado foi explicado e lido em língua do país, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal de + (cruz), na minha presença e comigo, António Nunes de Serra e Moura, aspirante do corpo de oficiais da Fazenda da Armada, servindo de escriturário (a) Nunes de Serra e Moura.

Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e sinais são dos indivíduos, por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar este auto (a) João Puna, João Barros Franque, Vicente Puna, Guilherme Franque.

Estavam presentes a este acto as seguintes pessoas: (a) Onofre Alves de Santiago, M. J. Corrêa, Alexandre Manuel António da Silva, J. C. Contreiras; oficiais da corveta «Rainha de Portugal»: (a) Cristiano Frederico Knusse Gomes, 1º tenente; Eduardo Ciríaco Pacheco, 1º tenente; António da Fonseca Sarmento, 2º tenente; João de Matos e Silva, facultativo naval de 1ª classe; Alberto António de S. Marino, G.-Mª; José Francisco, G.-Mª; João António Ludovice, G.-Mª.

(Fonte: *A Independência de Cabinda*, Queluz, Edição Literal, 1977)

Sobre este tratado secular, os enormes e conscientes juristas portugueses, Mário Soares, instituído como o mais ilustre dos portugueses pelos seus puxas-saco e fieis servidores e companheiros e Almeida Santos juntamente com os grandes cabos de guerra com um cérebro queimado pelo sol, pelo álcool e pelo ódio, fizeram “xi-xi” e mais uma vez sobrepuseram-se ao direito internacional.

Perante esta complicada teia de interesses de potências mais fortes, a posição de Portugal era extraordinariamente difícil pois embora invocasse um direito histórico secular pela primazia do descobrimento e instalação na foz do grande rio e um contacto secular também com o reino do Congo e outras etnias como as de Cabinda, não podia afirmar a posse real destas terras zairenses que a Associação desejava ocupar na totalidade.

Chefiava a delegação Portuguesa essa grande figura política de António Maria de Fontes Pereira de Melo, coadjuvado pelo então Ministro dos Estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage, Serpa Pimentel, o Marquês de Penafiel, Luciano Cordeiro e uma figura quase

despercebida, adido militar, Carlos Roma do Bocage, filho do ministro, que à margem da reunião seguiu para negociar novos armamentos para o exército português.

A delegação portuguesa, perante a crise económica nacional e pelas lutas partidárias internas pouco levava que a abonasse perante as nações envolvidas na conferência.

Assim, balançando-se entre recusas formais pelo passado histórico e a concessão de passagem de caminhos de ferro pelos nossos territórios sem que isso consistisse na cedência ou perda de soberania sobre os mesmos, como velhos aliados de Inglaterra e dentro do alinhamento tradicional que sempre tivemos ao seu lado, as outras potências anteviram que, perante a nossa crise e impossibilidade de mantermos uma autonomia e presença africana sem ela, tudo podia pender em favor da Inglaterra.

A missão diplomática perante a hegemonia e desejos expansionistas alemães e pela a Ambição desmedida da Associação, e pressões dos outros países intervenientes, enveredou por um sistema de esgrimir com os nossos direitos históricos, por um lado, e, por outro, que havia mais interesse, por parte dos intervenientes, em manter e ver em Portugal um parceiro a ter em conta e cuja presença podia a todos beneficiar.

Carlos Bocage de negociador de armas e equipamentos militares pasmou a ser o veículo informativo do andamento da conferência.

As suas cartas ainda por editar mas que o serão brevemente conforme o promete José Sarmento de Matos⁴⁴ são como que um noticiário dos acontecimentos. Na carta nº 30 de 30 Janeiro 1885 relata:

« No princípio ninguém admitia que nós pudessemos ocupar os nossos territórios do Congo, a Inglaterra não sustentava o tratado de 26 de Fevereiro, a França dizia que não reconhecia os nossos direitos, para cima do rio e a Alemanha declarava que o não admitia, cingindo-se à Inglaterra e fazia mesmo mais porque declarava o Chanceler que nós “ não nos devemos estender além das nossas antigas possessões.

Agora, tanto a Alemanha como a França, recusam-se a fazer pressões sobre nós para que liquidemos com a Internacional a questão dos limites e já ninguém pensa em nos tirar tudo, como se

⁴⁴José Sarmento de Matos in Oceanos, nº 8, Outº 1991

pensava então. A cada nova proposta diminuem as exigências da Associação, que contudo ainda não chegaram a ser aceitáveis.

Vejamos o que nos convém fazer:

O que nos aconselham, e isso são perfeitamente unânimes todos os que nos dão conselhos e se têm mostrado amigos, é que procuremos entender-nos com a Associação e façamos para esse fim as concessões que podermos.

É isto o que nos dizem todos os amigos (...)

A isto respondemos nós invariavelmente o seguinte:

O Governo faria de bom grado concessões se lhas permitissem a Câmara e a opinião, mas aquela inspirada por esta está muito intransigente; se o Governo fizesse as concessões caía perante a Câmara e a opinião; se cair, sucede-lhe um outro que há-de ser muito pior e a situação fica muito mais desfavorável para os interesses ligados à Internacional. Depois acrescentamos: Para que o Governo faça concessões é necessário que as possa justificar com o interesse geral que lhas exigiu - qual é esse interesse ? Vem alguma potência invocá-lo ? Não, porque tanto a Alemanha como a França dizem já não querer exercer alguma pressão sobre nós; portanto havemos de fazer concessões em benefício dos interesses particulares que a Associação Internacional representa. Essas concessões, esses benefícios à Sociedade do Rei dos Belgas é o que em Portugal ninguém quer conceder, porque ainda se lembra de quantas calúnias e infâmias essa Sociedade vomitou contra nós e de quanto mal nos fez. (...)

O que daqui se conclui é que devemos ceder alguma coisa. É o que nos aconselham ».

Depois de continuar a relatar a luta diplomática e cedências e reivindicações, em 26 de Fevereiro do mesmo ano, conclui:

« O marquês seguiu agora mesmo para ir levar ao Busch as nossa conclusões que se resumem em poucas palavras:

1 - Sem termos fixado limites com a Internacional não aprovaremos a neutralização, qualquer que seja a sua fórmula e por mais reduções que lha façam - portanto não deixaremos acabar a conferência.

2 - Se desistirem da neutralização, assinamos o acto final, mas ao mesmo tempo publicamos a ordem dada para ocupar os nossos territórios, defenindo-os ;no caso da Associação os querer que arranje alguém que no-lo vá tirar à força.

Podemos chegar à conciliação com a Associação de dois modos:

1 - Aceitarmos o que a Associação nos propunha em Março em Lisboa, isto é, dar-lhes passagem no nosso território, que ela então reconhecia como tal.

2 - Que a Alemanha sozinha ou conjuntamente com a França, ou com esta e a Inglaterra, nos digam em seu próprio nome e invocando interesses gerais, que é preciso nós abandonarmos tal território, se esse “tal” for coisa que se possa dar, damo-lo para a Associação, às potências que no-lo pedirem, reconhecendo-nos o resto.

Eis a questão posta em pratos limpos; (...)

Note-se, como foi referenciado na cronologia anteriormente citada que, em 1884 iniciamos, em força, a exploração e as campanhas de África.

Instaurado o regime republicano em Portugal e pela primeira Constituição Política da República Portuguesa de 1911, no seu Título V, tratava-se da Administração das Províncias

Ultramarinas o que prova que mesmo com a mudança política se manteve a ideia e a alma de um Portugal Atlântico.

Debilitada por uma luta partidária e por profunda crise económica, a Primeira República viu-se a braços com outro problema grave: a Primeira Grande Guerra Mundial.

Em 1913 e à revelia da Conferência de Berlim, a Inglaterra para dissuadir a Alemanha dum grandioso programa de construção naval que então efectuava, propôs-lhe a ocupação das colónias portuguesas de África à maneira concebida em 1898. Antes do início da guerra, muitos jornais e revistas alemãs garantiam que a transferência de Angola para propriedade da Alemanha era uma questão de semanas. A Inglaterra jogava assim a não participação no conflito, o que não veio entretanto a suceder.

Estalada a guerra, Portugal, face ao poderio militar alemão, procurou intervir no conflito ao lado dos aliados, pois, participando, estaria de novo à me-sa com os vencedores evitando assim a perda das colónias.

A Inglaterra não via com bons olhos este desejo português pois continuava a encarar as colónias como moeda de troca em eventual tratado de paz e como pagamento de despesas da não participação aos aliados.

Necessitando a Inglaterra de navios para transporte e como nas águas portuguesas nacionais e ultramarinas se tivessem refugiado alguns navios alemães, a Inglaterra solicitou ao governo português para requisitar essas embarcações o que foi feito, acontecendo no entanto o que a Inglaterra menos esperava: a declaração de guerra a Portugal pela Alemanha.

Forma-se então uma força expedicionária para combater em França, Angola e Moçambique. Não vamos analisar o desempenho das nossas forças no terreno, sobretudo europeu, nem ainda as repercussões que a mobilização operou em diversos sectores políticos nacionais. Pretendemos apenas realçar, mais uma vez, o cuidado do governo republicano em preservar as nossas terras atlânticas e defendê-las.

Foi esta sábia e oportuna decisão que nos reservou espaço e cadeira na conferência de Versalhes para estabelecer as condições de paz com os vencidos e defender o nosso espaço territorial atlântico.

A custo, as colónias foram-se povoando e desenvolvendo de forma mais ou menos acelerada conforme as nossas capacidades económicas e populacionais até ao advento do golpe militar de 28 de Maio e da chegada ao governo de Salazar.

Convém esclarecer que a população portuguesa entre 1864 e 1970 (um século), aumentou mais de 106,8 %, 4.474.842 indivíduosⁱ

Esta população, se a partir de 1962 se encaminhou para países europeus devido à fuga da guerra colonial, o facto é que a partir deste momento, foi orientada em grande parte para as Províncias Ultramarinas ao contrário dos entraves que anteriormente eram postos pelo Governo o que ocasionou, sobretudo em Angola e a seguir Moçambique um surto espectacular de progresso e de desenvolvimento interno.

A expansão demográfica europeia (D.K. Fiuelldhouse citado por Fernando Pimenta, (set. 2004 in Ideologia Nacional dos Brancos Angolanos 1900/1975 no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Coimbra -2004)) é «as old as european overseas colonization », « referindo-se a um processo pelo qual os colonos europeus se estabeleceram permanentemente além mar, afim de construir um novo país, tal como os gregos e os fenícios e outros povos fizeram no Mar Mediterrâneo na antiguidade».

Este estabelecimento permanente foi realizado ao longo de 5 séculos em diversas vagas migratórias.

Porquê?

Os gregos por causa da aspereza paupérrima do terreno e da vizinhança de povos guerreiros começaram por fixar-se na Ásia Menor, formando colónias e ainda na Sicília apelidada então de Grande Grécia.

Vagueando pelo Mediterrâneo formaram ainda outros postos comerciais e até em Lisboa deixaram as suas marcas.

Os fenícios, encurralados entre o mar e poderosas nações, para sobreviver, longas viagens fizeram quer no mediterrâneo norte, quer no lado africano e ainda na Hispânia fundando prósperas e ricas colónias independentes e com governo próprio, depois aniquiladas pelos romanos que, para sua defesa, pensaram o mediterrâneo como um lago que devia ser exclusivamente seu.

Os portugueses logo cedo «tomaram a decisão de procurar no mar a expansão que lhes estava vedada pelo muro de Castela» (A. Moreira, Lição Inaugural do Ano Lectivo 2002/2003 na UTL) e, face a esta muralha, Zurara aponta as razões pelas quais o Infante D. Henrique investiu no além-mar. Zurara também não esqueceu nenhuma das razões.

Os descolonizadores portugueses, ignorantes conscientes e voluntários da causa e que através de enxerto cerebral no povo, totalmente ignorante de todo o processo histórico desde o sec. XV e que nas ruas, comandado pelos partidos, saiu a gritar «nem mais um soldado para o ultramar» na ideia de que Portugal tinha pela força e violência guerreira empurrado para zonas interiores os povos africanos, utilizaram e ainda utilizam as denominações que foram atribuídas às parcelas nacionais do ultramar para esgrimir contra moinhos de vento que eles chamam de «contraditório sábio».

«Todas as Constituições (Tenente Coronel. Brandão Ferreira in A colonização Portuguesa no sec. XIX à Luz da Estratégia – Rev.. Militar de 15 /10 /2006) discriminavam a totalidade dos territórios como fazendo parte do território nacional atribuindo-lhes diversas dignidades e regulamentavam o estatuto social da respectiva população e a sua representatividade, face ao seu grau civilizacional. Assim aparecem os termos “praças”, “feitorias” e “fortalezas”. De um modo geral os documentos anteriores ao sec. XIX referiam-se aos territórios como “domínios ultramarinos” ou “conquistas”». «A designação de colónia

encontra-se já no sec. XVII e XVIII e o termo província entraram na linguagem do Sec. XIX por via legislativa. A Constituição de 1822 já fala em “ultramar” e “Províncias Ultramarinas”».

Para além das denominações citadas, mais houve. «Após a segunda guerra Mundial, deu-se início a uma fortíssima campanha anti-colonialista e o termo “colónia” e “colonialismo” foram diabolizados tornando-se conveniente abandonar a terminologia que se prestava a equívocos. E foi esta a razão fundamental para que os termos fossem abandonados na revisão constitucional de 1951, retomando-se os tradicionais “ultramar” e “províncias ultramarinas”».

Mas antes de prosseguirmos o que devemos entender por colonização?

O autor atrás citado e na mesma fonte define-a como «o conjunto de relação entre dois povos, um mais desenvolvido que outro»; etimologicamente “colonizar” do verbo latino «collere», significa cultivar, valorizar, fazer render, tornar melhor...» e aponta ainda três tipos de colonização:

- Um povo ou um grupo de colonizadores encontra um território pouco povoado e com desenvolvimento atrasadíssimo; os novos senhores face à fuga dos habitantes para lugares mais recônditos tentando a sobrevivência, concorrem assim para o seu aniquilamento pois vão morrendo aos poucos.

-Os novos senhores apoderam-se da terra e consideram-na como sua, juntando mais tarde os sobreviventes em reservas chegando a sua cultura através dos seus descendentes a serem considerados curiosidade turística. Os colonizadores, a princípio ligados à mãe pátria, vão buscando a independência ou por acordos e resoluções pacíficas ou por revoluções armadas.

É o caso dos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia.

- Um país, por guerra, negociações ou acordos internacionais introduz-se noutra país com muitos habitantes, tão evoluídos como o ocupante mas com diversas diferenças. O ocupante instala-se, explora a terra e suas riquezas e constitui-se em comunidade diferenciada assimilando

apenas as elites autóctones que lhes interessa, formando-se e tornando-se elites fora da sua terra, começando por adquirir conhecimentos e a ter ambições de poder, tentando a autodeterminação.

As suas presenças são acentuadamente económica e politico-estratégica

Em qualquer um destes casos, colonizador e colonizado, governam-se separadamente com assumida clareza e o colonizador julga e impõe-se como superior. Esta situação gera o racismo.

Assim, encontramos a África do Sul.

- A colonização portuguesa realizou-se com fundamento em três bases: religião, comércio e defesa. O recurso à guerra apenas ocorria em autodefesa, à excepção do poder islamita sempre em guerra com a cristandade.

A expansão do Cristianismo operava-se com a integração das ordens religiosas nas comunidades indígenas e iam estudando a sua língua, a sua cultura e, pausadamente, iam aceitando e passando para o cristianismo.

Os missionários, algumas vezes, editaram gramáticas de alguns dialectos ou ainda narraram provérbios e contos como aconteceu no enclave de Cabinda

No auge da Inquisição, salvo o caso de Goa, jamais houve perseguição a outras crenças pagãs em terras de ultramar.

Ao longo da Costa Africana os Portugueses instalaram desde muito cedo, para não dizermos desde o início do avanço marítimo ao longo desta, arsenais, estaleiros, fundições e pontos de abastecimento onde faziam «aguada», sinal da confiança que tinham nas populações onde se radicavam.

Os portugueses miscigenaram o seu sangue com todos os povos que conhecerem e sejam quais foram as classificações ético-morais das ligações carnavais que tiveram, nunca foram perseguidos pelos povos, pelo Estado ou pela Igreja.

Como muito bem afirma Brandão Ferreira (Revista militar 15Out.2006, pag.4) «Portugal deu-se a todos os povos com os seus elementos constitutivos mais vitais: sangue, família, sociedade, nação. É este o segredo da acção portuguesa no mundo».

Constituindo-se em todo nacional, a colonização gerou riqueza e tornou-se um manancial geo-estratégico o que levou as nações da Europa a ataques e pilhagens a que resistiu mercê do empenho dos seus governantes e povo residente ou enviado especialmente.

Os portugueses «coexistiram» com todos os povos, ao contrário das outras nações europeias. Esta é uma verdade irreversível e incontestável.

Em 1930, substituindo o Título V da Constituição de 1911, foi promulgado o Acto Colonial que em 1933 viria a ser incorporado na Constituição do mesmo ano e no qual se explanava a orgânica colonial portuguesa.

Na citada Constituição, Título I, Da Nação Portuguesa, todos os territórios Ultramarinos aparecem como parte integrante da Nação, posição que foi defendida pelo grande cabo-de-guerra que foi o General Norton de Matos e por toda a elite do exército português.

A Segunda República não fez nada de novo pois a ideologia nacionalista que informava o regime, desde a tomada de Ceuta na segunda dinastia era de que todas as vastas regiões do mundo que se encontravam sob soberania portuguesa eram a justificação da nossa consciência e grandeza nacionais que se demonstravam na colonização de vastos territórios e na civilização dos povos integrados nos mesmos.

Ponhamos a seguinte hipótese: perante as pressões que existiam e ocorriam – não há dúvida nisso -, o Governo, antes de iniciar a guerra colonial, servindo-se dos media, anunciava que iria fazer uma alteração imediata da constituição para entregar os territórios ultramarinos aos africanos, para evitar males maiores e suster possíveis e grandes despesas. Como responderia a nação? Aclamaria ou lançava uma torrente de contestações, ou, quem sabe, de revolta?

E o que fizeram os descolonizadores após o 25 de Abril?

Acaso tentaram salvaguardar os bens nacionais, os portugueses europeus e africanos e os seus bens? Acaso tentaram contrapor diplomaticamente com os países de pressão que ainda continuaram e continuam com colónias ou territórios sob tutela?

São os seguintes os territórios ainda sob domínio desses grupos que os nossos “despachantes” desconheciam (?) ou, pela pressa e por grande incompetência, deixaram de abordar:

TERRITÓRIOS SOB TUTELA

ÁREA (Km2). POPULAÇÃO

	Km2	Hab.
UK (Inglaterra)		
PITCAIRN :	45	71
EUA		
ALEUTAS :	17,7	12.000
SAMOA:	197	46.800
GUAM:	450	172.000
MARIANAS:	471	43.400
FR (França)		
WALLIS E FUTUNA:	274	140.000
NOVA CALEDÓNIA:	19.105	241.000
POLINÉSIA FR.:	3.940	160.000
AUST, ASHMORE E CARTIE :	3	n/tem
CHRISTMAS :	135	1.300
COCOS:	647	N/TEM
HEARD E Mc DONALD:	412	n/tem
MAR DO CORAL (IL. do):	22	n/tem
NORFOLK:	36	2.000
NZ (Nova Zelândia)		
COOK :	233	19.000
NIUE :	259	2.300
TOKELAU:	10	1.700

Refere António Emílio Sachetti:

«Os Estados Unidos submeteram à aprovação da ONU para aprovação de autonomia uma das regiões classificadas como “zonas estratégicas” do mundo (a concessão de autonomia política aos três Estados, que constituíam o Território das Ilhas do Pacífico sob Tutela (Marshall, Palau e Estados Federados da Micronésia)).

Os acordos que contemplam essa autonomia designam-se Self-governing State/Federation in Compact of Free Association with the USA e prevêem a continuação do controlo norte-americano na defesa desses territórios, a cedência de instalações para as Forças Armadas dos Estados Unidos e a proibição permanente de acesso militar aos territórios por qualquer outra potência estrangeira. Por outro lado, os Estados Unidos mantiveram Guam (uma das Marianas) como External Territory of USA e as Marianas do Norte decidiram ficar ligadas aos EUA como Self-Governing Commonwealth of USA. Muito mais para Sueste, a Samoa Americana tem o estatuto político de Unincorporated Territory of United States.

Assim, estes Estados Exíguos (designação do Prof. Adriano Moreira) com limitados atributos de soberania e sem qualquer capacidade própria de defesa, bem como algumas das ilhas que ainda lutam pela independência, todos enfrentam ou podem vir a enfrentar algumas situações de conflito, fundamentalmente devido a três ordens de razões: ao valor estratégico da posição geográfica que ocupam (Kiribati pela extensão e maior proximidade aos EUA tem acordos económicos com a Rússia negociados desde o tempo da Guerra Fria), à definição artificial das fronteiras geográficas e ao interesse pelos recursos naturais que possuem (o níquel e crómio de Nova Caledónia, o cobre de Bougainville, os fosfatos quase esgotados de Nauru, o açúcar de Fiji, o petróleo de Timor, as madeiras, a copra e as pescas de vários).

Timor, que mesmo na era glacial permaneceu separado das grandes massas terrestres, o Sueste asiático e a Austrália/Nova Guiné, poderá ainda ter alguns problemas étnicos, o que os

outros estados não têm, pelo menos no que se refere às populações indígenas. O Pacífico foi sendo povoado, ao longo de séculos, pelos mesmos povos viajando em longas canoas, oriundos provavelmente do Sueste asiático e através da Micronésia. Fiji teve recentemente problemas entre a população nativa e uma vasta colónia de imigrantes indianos e a Indonésia teve conflitos vários em resultado da política governamental de deslocação de populações na década de 70 do século passado.

Estados com estes limitados factores do poder nacional nunca poderiam aspirar á condição de potências integralmente soberanas e autónomas, menos ainda nos dias de hoje.

E Timor foi uma enorme demonstração ao mundo de como Portugal era capaz de abandonar tudo e tudo desprezar.

Foi uma vergonha a troca de mimos entre Ali Alatas pela Indonésia e um membro do então «do grupo de entregas de territórios coloniais ao domicílio» na TV na qual se ficou a saber que Portugal se tinha desinteressado deixando tudo ao abandono e deixou caminho livre Indonésia.

Fez-se uma canção, uma vigília, uma excursão de barco e o lançamento de uma coroa de flores e frente à marinha da Indonésia, meia-volta e toca atrás.

Não fora a Igreja e tudo ficaria submerso.

Mas Timor tem outras graves preocupações. Sofreu um quarto de século de árdua luta pela sua independência política e teve que manter uma tenaz resistência ao agressivo programa de aculturação da potência ocupante, o que contribuiu para agravar alguns problemas inerentes a uma certa diversidade cultural. Mais ainda, no período de consolidação da sua independência tem que atender à defesa de importantes recursos naturais, em início de prospecção e de exploração, com o consequente choque de interesses e de pressões externas.

Quer para a garantia da sua segurança, quer para alcançar padrões razoáveis de desenvolvimento e bem-estar, Timor terá forçosamente que compensar as suas debilidades com uma procura inteligente de países amigos e com uma escolha prudente dos seus aliados.»

O ódio político, a ignorância histórica e ainda a falta de respeito por todos os portugueses e inveja por quem trabalhava arduamente e constituiu um império com várias nações, por tanta imbecilidade, tanto vontade de poder e ódio e falta de preparação política dos carrascos modernos, tanto incumprimento institucional e ao programa do MFA ocasionou uma guerra entre povos, e um êxodo que ficará célebre até ao fim dos séculos.

Apreciemos com cuidado a entrevista de Mário Soares concedida à jornalista Dominique Pouchin, Vila Nova de Famalicão em 15.11.003 e editada em Biblioteca «Primeira Pessoa»:

-Pergunta: *«A revolução nascera das guerras coloniais, e a primeira das urgências era pôr fim a essas guerras. Nessa altura o senhor começa a negociar com cada um dos movimentos nacionalistas. Começou, de certa forma, pelo mais fácil, pela Guiné, a seguir trabalhou em relação a Moçambique, e finalmente Angola. Como se passaram as coisas com os Guineenses?»*

Resposta: *É preciso começar por dizer que não existia uma visão política homogénea no governo provisório. Na ausência de coordenação, cada um fazia mais ou menos aquilo que entendia no seio do governo. Quando aceitei a pasta dos Negócios Estrangeiros, ele desejava a constituição de um processo sob controlo armado, para chegar a uma espécie de "Commonwealth portuguesa". Numa altura em que a opinião pública apelava à manifestação nas ruas a favor das independências, da fraternidade e da paz, isso era claramente impossível. As tropas portuguesas estacionadas no Ultramar começavam, também elas, a confraternizar com os nacionalistas. Do lado oposto, havia a visão do Partido Comunista. Convém lembrar que, naquela época, nos aproximávamos do período da máxima expansão da União Soviética no Mundo. Os comunistas portugueses desejavam fazer entrar as antigas colónias portuguesas na esfera de influência soviética, uma vez que elas albergavam no seu seio movimentos de tendência comunista. Estávamos então em 1974. Então cada um começou a trabalhar para seu lado*

P: *O caso mais difícil continua a ser, mesmo assim, o de Angola.*

R: *Angola foi sem dúvida o caso mais complexo, em virtude da realidade dos movimentos pró-independentistas. As outras colónias ainda não pensavam na descolonização. Nem Cabo Verde, nem São Tomé, nem Timor estavam em guerra, e os Indonésios, naquela altura, não queriam ouvir falar de descolonização. (...)*

P: *O senhor assinou os acordos de descolonização em Alvor, no Algarve, em Janeiro de 1975?*

R: *Tinha uma ideia para levar a bom termo a descolonização. Pretendia fazer assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios em guerra, para acabar com ela localmente. Mas tinha de respeitar o presidente Spínola, o qual possuía os seus próprios pontos de vista nessa matéria.*

A população reclamava o regresso dos seus soldados ao País.

A política de Spínola era, por conseguinte, irrealista.

Finalmente, uma terceira tendência era a que preconizava Melo Antunes, um tenente-coronel do Exército português e ao mesmo tempo um intelectual, que me sucedeu no ministério dos Negócios Estrangeiros. A sua ideia de descolonização negociada estava mais próxima da minha, sem ser exactamente a mesma. Ele era muito "terceiro-mundista".

Encontrei-me com Agostinho Neto, dirigente do Movimento Popular de Libertação de Angola, no dia 2 de Maio de 1974, em Bruxelas, mas dois dias mais tarde, Spínola enviava um embaixador (...), para se encontrar com ele na Suíça. Quanto aos comunistas, esses avançavam com os seus negócios através de Moscovo....»

Nessa altura, Spínola já estava afastado do poder. O Presidente da República era o general Costa Gomes, e eu ainda era ministro dos Negócios Estrangeiros.

E, pela parte de Angola, por Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto, os líderes dos três partidos nacionalistas: UNITA, MPLA, FNLA. Esses acordos de Alvor fixaram as modalidades de independência. O último soldado português deveria abandonar o território angolano antes de 11 de Novembro de 1975. Em contrapartida, não assinei os acordos com Moçambique, mas apenas assisti, após os acordos, ao acto de independência de Moçambique, no Maputo, assim como também não negocieei, uma vez que já não era ministro dos Negócios Estrangeiros, a independência de Cabo Verde e São Tomé. Em Março de 1975, tive de abandonar a minha pasta. Após o 11 de Março de 1975- data do golpe militar atribuído ao general Spínola, que teve de fugir para o estrangeiro tornei-me ministro sem pasta... e sem poder. (...)

Os acordos de Alvor, com os três movimentos angolanos, que estabeleciam a independência de Angola, foram assinados em Janeiro de 1975, por Almeida Santos, Melo Antunes e por mim

P: *Mas deixaram em Angola uma guerra civil que nunca cessou depois disso.*

R: *Não se pode misturar guerra civil com descolonização. Quando a independência foi proclamada unilateralmente pelo MPLA, a UNITA contestou de maneira muito forte, e a isso seguiu-se uma guerra civil que durou até à morte de Savimbi.*

Na perspectiva portuguesa, não poderíamos ter feito outra coisa: o 25 de Abril de 1974 era para nós sinónimo de liberdade, e não podíamos fazer outra coisa a não ser pôr fim às guerras coloniais. As condições sociológicas em que conduzíamos aquelas guerras condicionavam-nos completamente, e era-nos impossível continuar. Os militares portugueses, cansados de uma guerra colonial sem saída, recusavam-se a combater. Já ninguém acreditava na guerra, e a paz só poderia desembocar num mundo novo e na independência. Por conseguinte, fomos forçados a conceder a independência, de acordo com as Nações Unidas, e fizemos bem. Salazar e Caetano eram incapazes de dialogar, incapazes de perceber a realidade. Eram autistas, no sentido político do termo, e deixaram a situação apodrecer. Pela nossa parte, conseguimos descolonizar sem demasiados choques, e actualmente temos boas relações com as nossas antigas colónias. (...)» (O sublinhado é nosso)

Agora, ainda com muito medo, de cara soprada e de mocho sábio, tudo faz para que isto seja esquecido: conferências justificativas com coleguinhas da Internacional (Com portugueses nunca), campanhas anti-memórias salazaristas, alertas nacionais para atribuir o nome do morto já em pó ou que se tente por em rua ou praça para não levantar recordações (- vai-te embora ó papão, fica debaixo da terra, não acordes o povinho -), bate-papos com velhos amigos políticos e, nessas manifestações, aparecem sempre os mesmos que se alinhavam e alinham para ficar na foto como verdadeiros democratas e que antes se perfilavam também junto às manifestações em vida do defunto quando chamados a isso ou chorando atrás do seu féretro quando ia a enterrar e que continuam nas mesmas práticas seja qual for o bezerro de ouro que esteja em adoração. `Como os cães, que se adiantaram a Lázaro na soleira, estão sempre à espera das migalhas e benesses que podem cair.

A pressa sempre foi inimiga da perfeição; mas esta também nunca foi conseguida por inaptos convencidos, por oficiais fujões alegando luta política, por oportunistas ou por ignorantes e maus estudantes.

Façam uma lista e vejam o que fizeram estes «bacanos» antes do 25 de Abril de útil para a nação. Uma coisa vão sempre dizer; Fomos democratas desde pequeninos mesmo ainda quando cromossomas naquela louca corrida para viver.

A” exemplar descolonização” ou “ descolonização que foi possível” segundo a teimosa visão dos político/intelectuais e servos do PC e do PS e da população por eles mentalizada e embriagada por falsas mentiras e ódio à situação política, a população branca e africana das colónias, sobretudo de Angola, não passou de um agente escravagista e explorador das populações africanas.

Nada mais falso foi dito ao tempo do tratado descolonizante.

Com pleno propósito e ódio, nos Acordos de Alvor, a equipa portuguesa, criminosa e ostensivamente desconheceu a população branca e indígena residente há séculos em Angola e os que ali nasceram e todos os seus feitos executados com a colaboração extraordinária das gentes africanas, sem olhar a etnias. Só. Mais nada.

Os africanos participantes no Acordo de Alvor e em cena ficaram admirados mas contentes por tanta alegria, ignorância e pressa inesperada, por tanta cerviz vergada, por tanta falta de pudor político, pelo total abandono de milhares e milhares de portugueses que com os africanos, elevaram uma nação ao top das nações africanas, sem interferência e ajuda do PC, do PS e de quejandos para ali convocados.

A Nação que os portugueses ali e à pressa decidiram entregar não era deles, nem gerada do seu suor e economia.


Apenas um sabia profundamente o que era Angola e o sentia: o Eng.º Falcão. Os restantes, por favor, façam um pouco de esforço de memória e julguem. Que lugares de realce ocuparam depois em Portugal???

«Em 10 de Janeiro de 1975, partiu, de Luanda para Lisboa, a missão que participou, com o Governo português, no Acordo de Alvor

Presidida por Rosa Coutinho, todos os conselheiros eram da etnia branca: Salvação Barreto, representando os transportes rodoviários; Américo Silva, da Intersindical dos trabalhadores; Cardoso da Cunha, pelas indústrias e pecuária; eng. António Castilho, da

Associação Industrial de Angola; Morais Sarmiento, para os assuntos económicos; e o eng. Falcão. Foram eles os elementos mais preponderantes, na Penina, no hotel D. João I».

Rosa Coutinho nada sabia de Angola. Tinha ódio visceral e mortal à FNLA pelas sevícias do Congo e patrocinava em nome do PCP o MPLA. Aliás é célebre a carta que dirigiu a Agostinho Neto:


S. R.
REPÚBLICA PORTUGUESA
ESTADO DE ANGOLA

REPARTIÇÃO DE GABINETE DO GOVERNO-GERAL

LUANDA, aos 22 de Dezembro de 1974.

*O Seculo de
Johannesburgo
25/11/75
Janeiro 1978*

Camarada Agostinho Neto

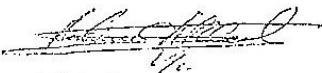
A FNLA e a UNITA insistem na minha substituição por um reacionário que lhes apare o jogo, o que a concretizar-se seria o desmoronamento do que arquitetamos no sentido de entregar o poder unicamente ao MPLA. Apoiam-se aqueles movimentos fantoches em brancos que pretendem perpetuar e execrando colonialismo e imperialismo português - o tal da Fé e do Império, o que é o mesmo que dizer do Bafio da Sacristia e da Exploração do Papa e dos Plutocratas.

Pretendem essas forças imperialistas contrariar os nossos acordos secretos de Praga, que o camarada Cunhal assinou em nome do PCP, afim de que sob a égide do glorioso PC da URSS possamos entender e comunismo da. Tânger ao Cabo e de Lisboa a Washington.

A implantação do MPLA em Angola é vital para apertarmos o canalha NOBUTU, laço do imperialismo e nos apoderarmos da plataforma de Zaire.

Após a última reunião secreta que tivemos com os camaradas do PCP, resolvemos aconselhar-vos a dar execução imediata à segunda fase do plano. Não dizia Fanon que o complexo de inferioridade só se vence matando o colonizador? Camarada Agostinho Neto, dá, por isso, instruções secretas aos militantes do MPLA para aterrorizarem por todos os meios os brancos, matando, pilhando e incendiando, afim de provocar a sua debandada de Angola! Sede cruéis sobretudo com as crianças, as mulheres e os velhos para desanimar os mais corajosos. Tão arreigados estão à Terra essas cães exploradores brancos que só o terror os fará fugir. O FNLA e a UNITA deixarão assim de contar com o apoio dos brancos, de seus capitais e de sua experiência militar. Desenraizem-nos de tal maneira que com a queda dos brancos se arruine toda a estrutura capitalista e se possa instaurar a nova sociedade socialista ou pelo menos se dificulte a reconstrução daquela.

Saudações revolucionárias
A Vitória é certa


António Alva Rosa Coutinho
Vice-Almirante

Creio oportuno transcrever, desde já, as palavras proferidas, em 1 de Janeiro de 1975, em Adis-Abeba, por Azevedo Júnior, membro do comité central e do "bureau" dos Assuntos Externos da Revolta Activa: *"Há o perigo real de uma guerra civil em Angola, caso os movimentos de libertação não esqueçam as suas divergências. O recente acordo de cessar-fogo entre o ministro português dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, e o presidente do MPLA, dr. Agostinho Neto, não têm uma base sólida. O dr. Neto não tem o apoio da população de Angola, porque não somos comunistas. E se a guerra se desencadear, ela se deverá, tão-somente, à irresponsabilidade das Forças Armadas Portuguesas e à cegueira política do Governo de Lisboa, bem como dos seus lacaios, e à cobardia dos brancos"*

O Acordo de Alvor foi uma traição e uma afronta.

Foi assinado em 15 de Janeiro de 1975 e publicado em Suplemento ao Diário do Governo n.º 23 — 1.^a Série — datado de 28 do mesmo mês, mas distribuído bastante mais tarde.

Vale a pena transcrever o seu artigo 9.º:

«Artigo 9.º — Com a conclusão deste Acordo, consideram-se amnistiados, para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola que fossem considerados puníveis pela legislação vigente, à data em que tiveram lugar».

Estes *actos patrióticos* foram, por exemplo, os horrendos massacres de civis brancos, pretos e mestiços, que encheram de sangue e de carne esfrangalhada o Nordeste de Angola.

Um general do Exército Português assinou esta infâmia!...

O Acordo foi declarado transitoriamente suspenso pelo Decreto-Lei n.º 458-a/75, de 22 de Agosto de 1975, que é mais um documento miserável assinado pelo Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e pelo Presidente da República, Francisco da Costa Gomes. Os seus únicos efeitos práticos foram deixar o MPLA inteiramente à vontade para usurpar o Poder e ignorar a alínea i)

do artigo 24.º (garantir e salvaguardar a defesa de pessoas e bens) e, sobretudo, o artigo 54.º pelo qual «a FNLA, o MPLA e a UNITA se comprometeram a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola».(Reis Ventura in Os Dias da Vergonha, Biblioteca do Macua)

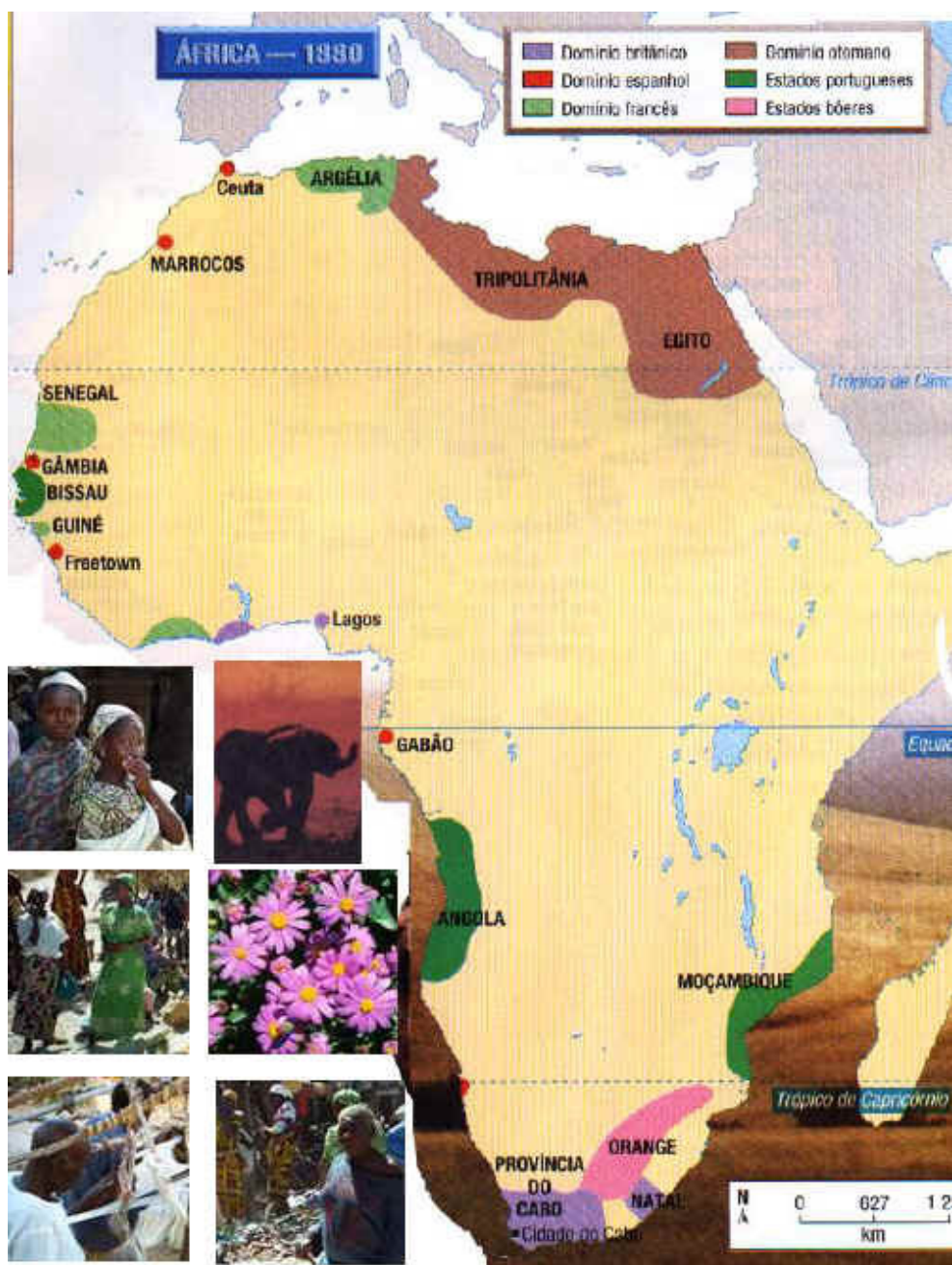
Uma traição porque não correspondeu aos interesses nacionais, amputando o espaço territorial, nem sequer se pensou no futuro do país. Que se pretendeu? (Uma mortalha por berço in Acordo de Alvor, Ed. Macua, 1975)

Os africanos em Angola, sobretudo os do MPLA, Revolta Activa, que nos seus quadros tinham gente de etnia europeia e muitos, muitos residentes de há anos, após esta reunião com os arianos ignorantes, alguns alcoólicos e alvoroçados, aconselhavam os Portugueses a colocar mulheres e crianças em segurança no decadente Portugal moderno e ignorante e carregado de ódio, enquanto passasse a borrasca que podia ser de muita convulsão!

Os pseudo-intelectuais, hoje ainda, auto-intitulados políticos, em defesa dos seus chefes e dos seus interesses e sobretudo com medo de um julgamento histórico, grunhem até à rouquidão e, desviando os olhos do interlocutor, com a cabeça para baixo e olhos visando o alto como o cevado porco comendo, investem contra o colono branco que durante anos no tempo da ditadura o ajudou a comer e o manteve aqui, na Pátria, clamando ainda contra as descobertas garantindo que foram um gasto inútil.

E isto, embora custe acreditar, infelizmente é verdade.

Reconhece-se que houve durante séculos altos e baixos na colonização ditados mais pelas mutações do pensamento e ideias do tempo político e ideológico da Europa da época. Mas seria injusto e covarde não se falar neste assunto que os comentadores vira-casacas acham politicamente incorrecto para fazer o jeito a quem proclamam pai da democracia e aos seus camaradas e com isso obterem gordos proveitos.



África antes da Conferência de Berlim



África após a Conferência de Berlim

As novas fronteiras nacionais traçadas a régua e compasso, nasceram da imposição desta conferência, resultando desta forma inconsciente e tola vários estados orgânicos coloniais impostos pelas potências colonizadoras partilhando a África sem muitas preocupações quanto ao que já existia.

Várias nações, no sentido das formações seculares sociais africanas, passaram a estar reunidas dentro de novas fronteiras. As tribos amigas e inimigas passaram a pertencer ao mesmo espaço territorial.

Assim, nos gabinetes da capital alemã, foram traçadas as fronteiras dos domínios coloniais.

No início do século XX, a África estaria completamente retalhada pelos ocupantes europeus ávidos de matérias-primas e sem o mínimo de espírito de formação social.

O irrealismo das decisões da Conferência de Berlim (João Melo Borges, ISEG 1995) e todo o burlesco que caracteriza o seu desenrolar revelam sobejamente a preponderância da ideologia política então vigente, a qual seria, com alguma razão, identificada posteriormente por muitos como a verdadeira rapina africana.

Portugal nem desde o início das descobertas marítimas procedeu assim como nos relatam documentos e historiadores mas o seu Império Colonial veio a capitular porque meia dúzia de intelectuais ditos e auto-classificados de sábios, ocos de massa cinzenta, desconhecedores dos problemas sociais africanos mas cheios de ódio ao regime vigente entregaram nações africanas à sanha de novos chefes tribais que com eles conluíam.

Embora em contexto diferente, os intelectuais de esquerda com a soldadesca ambiciosa, todos já com «avançada decadência intelectual, moral, cívica, cultural, sinal de duma burguesia cabisbaixa» (Bastos B., Opinião D.N, 30.05.07), resolveram arvorar-se em políticos mas apenas para transformar a política num objecto de consumo e diário e indispensável dos portugueses visando apenas a sua manutenção no poder.

Se Marcelo Caetano, logo de início, chamasse as elites africanas europeias das colónias e procedesse à autodeterminação, punha fim à guerra nos diversos espaços, dava-se a independência, procediam-se a tratados e a vida hoje em Portugal seria diferente e viver-se-ia em democracia também.

À África voltaram as doenças, a fome, a morte todo um acervo de desgraças e opressões a quantos povos africanos: Angola, Zâmbia, Darfur, Somália, Nigéria, Congo etc. E onde estão agora os antigos colonizadores europeus? Onde estão os vendilhões e destruidores do Império Português? O que fazem e onde estão os defensores da liberdade dos povos e as suas ajudas, investimentos, e doações?

Andam por aí fazendo discursos, escrevendo livros, criando fundações, tomando livremente o seu café e com o estatuto de pais da democracia ou auxiliares, dando opiniões sobre tudo tocando as raias da imbecilidade como obras primas do ódio que ainda os rói mas com medo, muito medo, como causadores da desgraça que agora assola o povo, sorrindo alegremente para um povo terceiro-mundista que fala sobre futebol, fala de ideologias e é governado por alguns que tentam governar-se.

É Portugal no seu maior!!!

E tudo bem...

Alberto Manuel Vara Branco, Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu, abordando a geografia africana e o posicionamento das raças (Milenium spectrum Internet 1998) num artigo intitulado «África: um continente em mutação...» refere:

«O Continente africano tem como fronteiras naturais as seguintes incidências

Geográficas: o Mar Mediterrâneo, a Norte; o Oceano Atlântico, a Oeste; o Oceano Índico e o Mar Vermelho, a Leste.

De uma maneira geral podemos dividi-lo em duas zonas absolutamente distintas:

- O Centro-Norte, que é dominado pelo imenso deserto do Saara (8.600.000 de Km²);
- O Centro-Sul, depois de se percorrer as savanas, é ocupado pela floresta tropical africana.

É importante referir que esta separação geográfica também contribuiu para uma separação racial, que pode ser resumida deste modo:

- A Norte habitam os muçulmanos, nomeadamente os egípcios, os berberes e os tuaregues;

- No Centro-Sul habitam mais de 800 etnias negras africanas. (destaque nosso)

É de sublinhar que é a este isolamento geográfico, bem como às expedições exteriores, que se ficou a dever o atraso da África. Exemplo notório do que foi referido é que mesmo antes da chegada dos traficantes europeus de escravos negros, já os árabes praticavam o comércio negreiro. Por sua vez, as guerras tribais africanas favoreciam (e ainda favorecem camufladamente) este tipo de comércio na medida em que a tribo derrotada era vendida aos mercadores.»

Tudo parece indiciar que a África branca sempre teve um predomínio significativo sobre a África negra.

No entanto, devem ser tidas em consideração algumas reservas.

Os mitos e os preconceitos de toda a espécie têm ocultado do mundo a verdadeira realidade do continente africano, uma vez que se consideravam as sociedades africanas como não possuidoras de uma história autónoma.

A partir de finais da década de 40 do século XX, dá-se uma reviravolta nesta concepção ao considerar-se o continente africano como uma entidade histórica.

Já não era somente a evolução saída de uma aquisição cultural trazida do exterior pelas ondas migratórias, que tinha o seu contexto e o seu apogeu, mas um desenvolvimento cultural próprio, endógeno.

Os estudos levados a cabo começam a salientar que nunca havia existido uma cisão entre a África branca e a África negra, como sendo desconhecidas uma da outra, mostrando

ao invés que o deserto do Saara não era um espaço impenetrável, mas sim uma ligação entre as civilizações do Antigo Egipto e da Núbia à dos povos situados a sul do Saara.

Portanto, a situação evoluiu muito, e em especial a partir do momento em que os países de África, havendo alcançado a independência, passaram a participar conscientemente da vida internacional e dos intercâmbios.

Todo o processo de ocupação territorial, exploração económica e o domínio político do continente africano por potências europeias iniciou-se no século XV, quando alguns impérios ou reinos africanos importantes, na zona ocidental, nomeadamente o de Ghana e do Mali haviam já desaparecido, e estende-se até à metade do século XX.

De acordo com Ferro (1996), é salientado que *se mais mundo houvera lá chegara. Esta ufana apóstrofe em que os descobrimentos portugueses se espelham diz-nos bem o que foram as viagens desses grandes exploradores cuja tradição ainda hoje é glorificada (p.47).*

Por outro lado, mais adiante o mesmo investigador sublinha que os Portugueses não pretendiam terras, mas sim a exploração do comércio marítimo, uma vez que estavam ofuscados pelas riquezas da Índia e desejavam açambarcar todo o seu tráfico.

Assim, verificamos que a primeira fase do colonialismo africano surge da necessidade de se encontrarem rotas alternativas para o Oriente, o que por consequência levaria à criação de novos mercados produtores e consumidores.

A descoberta do caminho marítimo para a Índia facilitou esse intercâmbio económico.

Os Portugueses iniciaram o processo de colonização na primeira metade do século XV estabelecendo feitorias, portos e enclaves por todo o litoral oeste africano.

A obtenção de pedras, metais preciosos, especiarias e escravos é feita pelos sistemas de captura e de pilhagem. Este método predador provocou o abandono quase total da agricultura e o atraso no desenvolvimento manufactureiro dos países africanos.

Contudo, outros países seguem o exemplo de Portugal, copiando os seus sistemas.

A Espanha fica senhora das Canárias no século XV e da costa africana do Cabo Bojador até às cercanias da actual Agadir, provando que a ocupação espanhola limitava-se ao litoral e apesar da sua presença militar até meados do século XIX a Espanha não empreende qualquer acção colonizadora no interior do território.

Só nos finais do século XIX se activa a presença da Espanha na corrida encetada entre as potências europeias. Assim, a Espanha declarou sob sua protecção a região do Rio do Ouro e em 1885 durante a Conferência de Berlim, a Espanha vê reconhecida a sua protecção aos territórios do Saara e em 1886 surgem as primeiras negociações entre a Espanha e a França para demarcar as zonas de influência na África Ocidental.

A Inglaterra também interessada nos negócios marítimos surge no final do século XVIII e meados do século XIX com um enorme poder naval e económico, assumindo a liderança da colonização africana.

Para isso, combatem a escravidão já menos lucrativa e orientam o comércio africano para a exportação do ouro, do marfim e dos animais exóticos.

Desta forma, os ingleses têm necessidade de estabelecer novas colónias na costa e passam a implantar um sistema administrativo fortemente centralizado na mão de colonos brancos ou na mão de representantes da coroa inglesa, geralmente bem escolhidos pelo governo central da metrópole.

Também a Holanda não fica de fora em África. Os holandeses estabelecem-se na região da cidade do Cabo, na África do Sul, a partir de 1652.

Aí desenvolveram na região uma nova cultura e formam uma comunidade conhecida como Africânder ou Bóer no Transvaal. Mais tarde, estes bóeres perdem o domínio da região que ia até ao sul de Moçambique para o Reino Unido após a *Guerra dos Bóeres*.

Já em finais do século XIX e princípios do século XX, com a expansão do capitalismo industrial, inicia-se no continente africano o neocolonialismo.

A partir de 1880, a competição entre as metrópoles pelo domínio dos territórios africanos intensifica-se. O mapa cor-de-rosa português e o ultimato inglês são dois bons exemplos.

A partilha da África tem início, de facto, com a Conferência de Berlim (1884), que instituiu normas para a ocupação.

No início da I Guerra Mundial, 90% das terras já estão sob o domínio da Europa. A partilha é feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais de cada povo, o que contribuiu para muitos dos conflitos actuais no continente africano.

Outros países europeus também procuram dominar a África, como a França, a Bélgica e a Itália.

Portugal com esta partilha continua com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, São João Baptista de Ajudá, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Após a partilha ocorrem movimentos de resistência.

Contudo, muitas das manifestações são fortemente reprimidas com violência pelos colonizadores.

Segundo Ferro (1996), a colonização, representando a ocidentalização do mundo africano, suprime as estruturas tradicionais locais e deixa um vazio cultural de difícil reversão. As características da sociedade tradicional em África, tais como a parentela e as suas funções, o clã e a linhagem, a exogamia, os princípios hierárquicos e o agrupamento doméstico são ultrapassados e vilipendiados.

Consideramos que é aqui que residem ainda hoje um dos grandes problemas existentes em África, pela inoperância da maioria dos países colonizadores e, ainda pelo abrandamento da influência muçulmana, proveniente do Norte do continente.

A referida ocidentalização fez surgir um novo tipo de sociedades e segregou igualmente uma modalidade de relações económicas e políticas sem precedentes, em África, resultado do encontro de civilizações estranhas umas às outras.

Ainda de acordo com o mesmo autor, as sociedades que se constituíram no âmbito da colonização estiveram na origem de actividades novas que vieram enxertar--se nas formas tradicionais da vida, salientando que as plantações surgiam entre as primeiras instalações de carácter económico sendo, por isso, uma das marcas da sociedade colonial.

Também é salientado que ali são fundadas novas cidades com a sua arquitectura específica, nomeadamente as igrejas, para além da construção de escolas, hospitais e redes ferroviárias.

Para Ferro (1996), o caso da África negra apresenta um novo papel da Igreja e do Cristianismo como agentes e factores de descolonização, depois de associados à expansão europeia.

Na verdade, durante o século XIX os Papas de Roma não haviam cessado de procurar dissociar o movimento missionário da expansão colonial.

Os missionários e os colonizadores mantiveram-se no século XIX e no início do século XX em relativa autonomia recíproca, embora a metrópole interviesse com frequência para reforçar a influência de uns e de outros, de acordo com os seus interesses e, ainda, tendo em consideração a política internacional da época.

O mesmo investigador refere, com muita acutilância, que apesar desta situação, a evangelização tinha como efeito o fazer emergir do seu grupo um certo número de indivíduos e de assim poder abalar os fundamentos da sociedade tradicional para a destabilizar, ao passo que

a colonização se baseava ficticiamente nas antigas estruturas, pois isso facilitava a acção dos administradores coloniais.

O processo de descolonização da África negra inicia-se após a II Guerra Mundial, com o aparecimento dos movimentos de libertação nacional. Contudo, este processo de independência é feito de forma desigual e demorada.

De acordo com M'Bokolo (2003), o movimento pan-africano desempenhou um papel de motor na emancipação das populações do continente negro, sendo ele por excelência a ideologia da descolonização na África Negra.

Para o mesmo autor, a unidade africana data somente da Conferência de Accra, em 1958, e mais profundamente, é proveniente da Conferência de Londres, onde a situação geral dos negros fora referenciada, o que explica o facto de o movimento pan-africano se ter mantido de início principalmente um movimento anglófono.

Ainda segundo Ferro (1996), o fim da Colonização ficou a dever-se à luta de libertação das populações submetidas e vencidas, e ainda devido à decadência das metrópoles incapazes de gerir o imenso capital que tinham acumulado.

Para o mesmo autor (1996), após o processo de descolonização, entre as décadas de 1950 e 1970, as guerras civis tornaram-se constantes na região da África Subsariana, já que as fronteiras políticas dos Estados nascentes não obedeceram às divisões étnicas, religiosas e linguísticas dos povos nativos.

Desde então, cerca de 20 nações africanas já entraram em guerra.

As ricas reservas de minérios, com enorme potencial para impulsionar o desenvolvimento económico, funcionaram ao contrário, como motor de alguns conflitos.

De acordo ainda com M'Bokolo (2003), a continuidade dos conflitos armados, o avanço de epidemias e o agravamento da miséria marcam a história recente da África e contribuem para o isolamento económico do continente.

Algumas nações alcançam relativa estabilidade política e desenvolvimento – é o caso da África do Sul, responsável por um quinto do PIB africano, graças à exportação de ouro, minério de ferro, diamantes e carvão e a maciços investimentos no parque industrial, e dos países árabes da chamada África Branca, ao Norte, como a Líbia, a Argélia e o Egipto, onde a economia está baseada na exploração de petróleo e gás natural.

Ainda para o mesmo investigador, a região da África Subsariana, que abrange os países de população negra situados ao sul do deserto do Saara, é a única área do planeta que regrediu economicamente em relação à década de 60.

O mesmo autor salienta também que o continente é marcado, para além do que anteriormente foi referido, por conflitos étnico-religiosos, tanto entre clãs e tribos na África Negra, quanto entre guerrilheiros fundamentalistas e os governos nos países islâmicos.

Na década de 1990, os meios de comunicação electrónicos, os investimentos e o marketing a nível mundial criaram uma economia global.

Actualmente, as grandes empresas transnacionais dominam as finanças e a produção mundiais.

Mas o fosso entre países ricos e pobres mantém-se e as regiões em vias de desenvolvimento dependem da ajuda do investimento e dos mercados das regiões industrializadas.

Mesmo o Continente Africano sofreu a sua influência e os resultados positivos e negativos vieram ao de cima.

De acordo com Iliffe (1999), o atraso económico e a ausência de uma sociedade de consumo em larga escala colocam o mercado africano em segundo plano no mundo globalizado. O Produto Interno Bruto (PIB) da África representa apenas 1% do total mundial e o continente participa de apenas 2% das transacções comerciais que acontecem no mundo (participava 6%

nos anos 60). O resultado é que 260 dos 600 milhões de habitantes da África vivem com até um dólar por dia, abaixo do nível de pobreza definido pelo Banco Mundial.

Para o mesmo autor há fome e subnutrição crónica na maioria dos países.

Creio que podemos culpar totalmente a Europa, toda a Europa de todas as calamidades que hoje atormentam África.

Pela Conferência de Berlim, formaram um acervo de estados novos e ditos modernos em África e, regra geral, os novos estados africanos iniciaram uma nova caminhada rumo a um desenvolvimento social pois, sendo nações tribais, as camadas superiores dessas tribos cedo foram adaptando uma boa dose de princípios ao seu *modus vivendi*, aculturando-se.

No entanto, ao formar esses estados e ocupando-os e regulando-os com princípios decorrentes da exploração comercial, esqueceram-se que ao traçar as fronteiras e ao proclamar a intangibilidade das mesmas não tiveram em conta as nações africanas. A revolução Industrial teve aqui o seu lado menos bom e até burlesco pois pôs de lado e desconheceu toda a antropologia, nacionalismo e cultura dos povos africanos ocupados.

Tem montanhas de razão J. Melo Borges (ISEG/Lisboa Julho 1995) afirmando em «A Constituição do Estado Moderno em África: o problema das fronteiras», que «as delimitações e o conteúdo preciso do Estado-Nação, no entendimento que lhe é dado pelo conceito ocidental, não terão aqui muitos pontos de contacto com a realidade de cada povo que foi intempestivamente agregado à régua e esquadro em Berlim».

Deixando de parte outras questões não menos importantes que as aqui tratadas, os brancos europeus desenvolveram em África um nacionalismo económico notável que originou a criação de uma consciência específica da sua importância organizativa e económica e até de superioridade na importância da sua “humanidade colonial”.

Esta tomada de consciência da qual a Proclamação de Independência da Rodésia por Ian Smith é forte evidência, foi para os portugueses continentais e governo uma tomada de

posição tresloucada mas foi para os portugueses africanos uma chamada de atenção para a sua importância num conceito muito mais vasto.

Em Lisboa a burguesia económica e a classe média não se conformava com a melhor qualidade de vida dos residentes em África. Olhavam-nos de través quando vinham de “licença graciosa” a Portugal passar férias

.As grandes famílias e Empresas comiam à custa dos trabalhadores brancos e negros sobretudo brancos, mantendo-os numa subordinação económica, pois estavam impedidos por lei de vender os seus produtos mais nobres e valiosos e, para isso, inventaram os “institutos” do café, do algodão, do açúcar, etc. ditavam, por decreto, o preço do valor de compra ao produtor mas o superavit entre este e o de venda ficava cá em Portugal nas altas esferas.

É justo dizer-se que as Empresas nacionais sediadas em Angola, construíram casas de boa qualidade para os seus trabalhadores, ocupadas graciosamente, sem custos também de água e energia, direito a assistência médica e medicamentosa e direito a internamento hospitalar, escolas rurais primárias e colégios até ao 3º ciclo (6º ano liceal) etc.

Mas os políticos modernos continuam a dizer que quem roubava os pretos e os escravizava com trabalho era o branco.

Tudo oportunismo, tudo inveja, tudo mediocridade.

Os residentes europeus em Angola impuseram-se, geraram um nacionalismo económico muito cedo.

Os «sofistas» brancos a soldo ainda dos partidos que espargem diarreia mental nas tascas e cafés, impondo-se com voz cavernosa ou sonolenta e monocórdica olhando como o suíno quando mastiga e que sai através de dentes amarelos e bigodaça, contra tudo e contra todos, desconhecem que já em 1822 os angolanos de Benguela rebelaram-se contra o domínio português na colónia na sequência da Independência do Brasil, rebelião que ficou conhecida pelo

nome de Conferência Brasília. Esta rebelião não foi contra os indígenas mas contra os portugueses que tudo lhes comiam e faziam comer.

O governo,então, já por força de manter a economia metropolitana saudável e com a ajuda do proxenetismo comercial português, caiu em cima dos independentistas e repôs novamente a situação.

Fernando Pimenta (Ideologia Nacional dos Brancos Angolanos, 2005) afirma «as tensões entre colonos angolanos e o governo português continuou ao longo de todo o período colonial, independente do regime que estivesse no poder em Lisboa (Monarquia Constitucional, Primeira Republica, Ditadura Militar ou Estado Novo).

A população branca em Angola era constituída por dois elementos grupais:

- a população branca africanizada que agrupava os colonos e seus descendentes, (brancos ou mestiços) cujos interesses económicos e sentido de nacionalidade se situavam nesta encantadora terra;

- a população branca puramente europeia formada por aqueles a quem os primeiros chamavam de “ patos bravos” ou “maçaricos” (aves de arribação) – advogados, médicos, professores do liceu que arribavam lá com o intuito final de capitalizarem umas moedas e regressarem ao continente;

- funcionários do governo e de empresas - cujos accionistas e conselhos de administração viviam fora de Angola e quando lá iam... faziam rir os indígenas por tanta palermice ostentada como grande sabedoria;

Quando lá iam, na época do cacimbo,(época de clima ameno e sem chuvas) eram recebidos com pompa e circunstância e as autoridades ou os directores tratavam antes de mandar matar umas largas dezenas de galinhas do mato (fracas) ou outras aves de grande porte para fazer barretes e cinturões para os empregados nativos da firma ou governamentais as colocarem e dançaram perante suas excelências.

O viver de cada uma destas facções sendo socialmente tranquilo e cordato era ideologicamente antagónico pela oposição dos interesses vitais.

Quem produzia riqueza ou pelo comércio, ou pela agro-pecuária ou pela indústria crescente que simultaneamente contribuía para educação e valorização dos nativos sentia-se preterido por Portugal perante as forças económicas nacionais comandadas, por vezes por forças económicas estrangeiras.

Desta forma foi nascendo o nacionalismo branco e foi-se radicando em todos os africanizados, mestiços e negros assimilados uns sentimento psicológico profundo: a rejeição da metrópole

Instalou-se em Portugal pelos senhores do poder económico uma espécie de “proxenetismo” colonial ou seja, os ditos, “estavam-se nas tintas” para exagero ou falta de chuvas, preços de adubos e insecticidas, gastos com mão de obra, custos de saúde, manutenção ou aquisição de máquinas agrícolas, etc. etc.

Não faziam contas e, talvez nem as mandavam fazer.

Na base da hierarquia social (Fernando Pimenta, 2004) estavam os brancos pobres: operários não qualificados, artesãos, taxistas, camionistas, agricultores falidos, trabalhadores domésticos geralmente negros, etc. proletariado este que embora vivesse nos “muceques”... era urbano; conviviam alguns, quase diariamente, com a classe alta e média e constituíam, sem pensar, um elo de ligação civilizacional. Daí a multiracialidade e aculturação.

A saga africana do “proxenetismo nacional” continua a gerar tensões no sec. XIX em torno da questão do álcool.

Abolida a escravatura, a população negra entrou como já entrava mas em maior quantidade nas casas comerciais dos brancos e mestiços, ávida de novos produtos.

A cachaça que eles já fabricavam segundo a sua cultura e que tanto agradava a negros como brancos, fabricada a partir da cana-de-açúcar, banana e outros frutos ou seivas, passou a ser vendida em maior quantidade.

Mas, a partir de 1890 os “exploradores nacionais “ vendo em Angola um mercado bom para o seu vinho e têxteis, “instrumentalizou” o estado português (será que se pode dizer corrompeu?) a protegê-los, decretando a proibição total da sua produção e a exclusiva importação de vinho e tecidos de origem portuguesa.

Mesmo à data da espectacular descolonização, sim porque ele foi um espectáculo de incompetência e abuso de poder, a questão do álcool manteve-se, bem como a dos têxteis:

- Era proibida a venda de álcool puro a qualquer africano negro.
- Os europeus ou brancos africanos tinham apenas direito a 1 litro/mês por família e faziam-no mediante requisição nas farmácias que tinham que escriturar essas vendas e manter as requisições em arquivo.
- Aos africanos era-lhes permitido adquirir álcool desnaturado em qualquer quantidade bem como aos brancos.

Estas normas teriam arrasado a base e o poder da economia angolana e logo levou a protestos jornalísticos e políticos mas tudo se manteve até 1930.

Estes protestos apresentavam as seguintes vertentes:

- 1 – Autonomia económica para a província e a não interferência da metrópole na vida económica da província, em qualquer campo.
- 2 - Uma linha mais autónoma política e economicamente que conduzisse a um governo próprio,
- 3 – A rápida modernização da economia angolana.

Os piedosos conservadores metropolitanos e os seus apoiantes em Angola preferiram continuar com a mão-de-obra africana barata colocando de lado a modernização mas todos os

liberais autonomistas (da economia e da política) foram apoiados pelo governador Geral e Alto Comissário Norton de Matos que defendia também uma economia capitalista (Júlio Ferreira Pinto, 1926)

Os autonomistas cansados do proxenetismo metropolitano, por causa disso, apoiaram fortemente implantação da república na expectativa dessa economia autonomia até defendida pelo Alto-comissário.

Assim, surgiu um sonho de um segundo Grito do Ipiranga em 1822 com algumas condições estabelecidas – a transformação de Angola numa república independente sob um governo participado pela população branca, da elite mestiça e negra europeizada (entenda-se culta). (Cônsul-General Smallbones em carta a Mr. A. Henderson 10-5-1930 : a number of influential persons at Benguela seriously proposed that Angola should declare itself independent republic, following the example of Brazil)

Houve greves, manifestações e alguma violência entre defensores e opositores.

No entanto em Lisboa os comilões – a burguesia, as forças conservadoras e seus ”puxa-sacos” conseguiram derrubar a 1ª Republica e preparar o golpe de 28 de Maio de 1926 que trouxe com ele a ditadura sob a direcção de Salazar que forçou o controle da Lisboa sobre Angola e os seus autonomistas.

Foi nomeado para Alto-comissário o Comandante Filomeno da Câmara que tendo a seu lado o Tenente Moraes Sarmiento levantou um vendaval de limpeza contra a maçonaria de Benguela e Luanda e ainda os exilados políticos deportados em Angola. (Cônsul-geral em carta...1930).

Os autonomistas angolanos revoltaram-se (1930) contra tais atitudes do governo e na refrega morreu o ajudante de Filomeno da Câmara, Moraes Sarmiento.

Os revoltosos chefiados pelo general Cunha d'Eça foram obrigados a negociar com Lisboa através de Monsenhor Alves da Cunha, normalizando-se por uns tempos os ânimos.

Meses mais tarde foram presos os autonomistas brancos, alguns maçons e proibidas as lojas maçónicas.

Durante o ano de 1930 e seguintes qualquer tentativa de rebelião ou de autonomismo branco foi simplesmente esmagado e, mais ainda, Salazar e o seu ministro das colónias, Armindo Monteiro, desviaram a estrutura de colónia de povoamento, como era em verdade, em colónia de exploração.

Havia um medo enorme que uma burguesia economicamente forte levasse Angola à independência como acontecera no Brasil (Christine Messiant citada por F. Pimenta).

O que se tratou durante o Estado Novo foi fazer uma política de autêntica escravatura comercial “destinada a domesticar as diferentes burguesias coloniais, sobretudo a angolana”. (Alfredo Margarido – “Prefácio” in Adelino Torres, 1991).

O proxenetismo colonial português impôs as mercadorias que julgava preferenciais para exportação para uso e consumo dos colonos.

Isto concorreu para que muitos brancos e não só, trocassem Angola pelo Sudoeste Africano; no entanto, os que ficaram - (estamos em 1928)- mais alicerçaram o seu amor pela terra e transmitiram essa força genética às gerações mais jovens.

Notemos:

- O algodão vinha para o continente para ser trabalhado e posteriormente, transformado em tecido, ia por um preço elevado para as colónias.

Em Angola não era permitida a fixação de fábrica de tecidos. Em meados dos anos 60 foi permitida a construção de uma fábrica de sacaria no Dondo e mais tarde, uma outra para tecidos baratos de classe militar (sarjas).

- O petróleo em rama vinha para cá e aqui era refinado e parte seguia para lá. Só em vésperas do 25 se ergueram as refinarias de Luanda.

E muitas coisas mais... muitas mais!

Na Cela instalaram-se relativamente cedo a Empresa de Lacticínios de Angola – parceria entre a J.P.P., os produtores colonos e o Grupo Martins e Rebelo – e posteriormente uma fábrica de transformação de ananás (abacaxi) o que levou os agricultores a lançarem-se na plantação deste fruto e que logo cedo verificaram que a empresa não estava interessada na produção mas apenas no flanquear a “lei seca do álcool”, levando os agricultores a abandonar as plantações, porque além da empresa necessitar apenas de certa quantidade de sumo para fermentar e da produção se encontrar num patamar muito alto: primeiro acabou por deitar o fruto ao Rio Queve, depois a deixar de comprar ananás.

O que a empresa necessitava era apenas de água, açúcar e álcool e de um pouco de ananás fermentado e de « rouge de Bordeaux ».

Resultado: centenas e centenas de hectares de plantações ficaram ao abandono.

A raiva com que se trabalhava a terra e o ritmo do crescimento das cidades e das escolas técnicas e liceus centrais originaram um “boom” de crescimento embora se tivesse que recorrer à metrópole para obter cursos superiores.

Com esta raiva no peito, todos os agricultores, industriais e comerciantes angolanos fizeram com que nos anos de 45 se operasse um ligeira inversão no comportamento de alguns sectores capitalistas angolanos, que pressionaram Salazar a conceder uma abertura à pouca industrialização de algumas indústrias em Angola.

“ Em enormes contentores e em barcos rápidos” chegaram os Bancos, os Escritórios, os técnicos e as grandes Companhias que carregaram os produtos agrícolas e minerais de Angola para fora de Angola sem quaisquer benefícios evidentes para a população angolana, mesmo nativa: café, algodão. Indústria mineira –ferro diamantes depois o petróleo e os principais meios de comunicação (Caminho de Ferro de Benguela – primeiro com o nome de Benguela Station”, - diversas companhias de navegação – tudo com recurso a capital estrangeiro – americano, belga, britânico francês e sul-africano -.

Branços negros e mestiços mais descontentes ficaram com a política governamental e ainda com a discriminação que fizeram ao dar apenas oportunidades e ajudas aos “ recém – chegados”.

F Pimenta, citando Douglas Wheeler (in Origens do Nacionalismo Africano em Angola 1858-1929) diz: «Em Angola neste contexto de condições ao tempo, o nacionalismo pode ser definido com a moderna expressão (usando termos europeus) duma afronta colectiva contra estrangeiros...» incluindo os próprios portugueses.

Continuando ainda com F. Pimenta, «no o seio da população mestiça e negra o sentimento nacionalista difundiu-se em três grupos principais:

- a) os descendentes da antiga elite negra e mestiça europeizada de Luanda, Benguela e os brancos colonos e filhos de colonos;
- b) o grupo de negros assimilados de religião protestante proveniente de Angola Central;
- c) os emigrantes negros no antigo Congo Belga a maioria oriunda do Noroeste de Angola e de religião protestante.

Estes grupos estiveram na origem dos movimentos armados de libertação nacional contra a dominação portuguesa.

As autoridades estrangeiras em Luanda, sobretudo as inglesas, admiravam-se desta situação e do comportamento absentista do governo de Lisboa e o cônsul geral britânico em Luanda, J.C. Wardrop escreveu: «não é geralmente tão grande o desejo e interesse anticolonial como o da população europeia em solo angolano».

Refere ainda a mesma autoridade consular que «jamais viu quer nas colónias belgas, quer britânicas quer no Kenia quer na Rodésia quer na Algéria e África do Sul quer no Congo um sentimento tão forte de nacionalismo quando entoavam o tema «Angola é nossa».

Por esta altura surgiram fortes três linhas de orientação nacionalistas angolanas:

- a progressista – defendia a independência sob um governo de maioria negra respeitando o princípio “uma cabeça, um voto” .
- a liberal – propunha um governo de hegemonia branca mas com a integração política das elites mestiça e negra europeizadas, e abolição total dos vestígios coloniais;
- a conservadora – avançava com uma independência selectiva sob o governo de maioria branca, manutenção das estruturas coloniais, tipo África do Sul. Esta linha era defendida por elementos de Luanda, afectos à governação.

Deve registar-se que os progressistas avizinham-se dos brancos, mestiços e negros marxistas

Em Nova Lisboa e no Sul, surgiu um movimento político a Organização Socialista de Angola (OSA) cuja maior filiação era constituída por estudantes brancos, mestiços e negros, filhos de colonos que defendiam a discriminação feito pelo governo de Lisboa aos brancos e mestiços naturais da colónia.

Convém relatar que um ministro do Governo de Salazar classificou os brancos nascidos na colónia como “brancos de segunda” o que veio a causar revolta mas tudo passou em claro em Lisboa. Algumas senhoras com posses, no fim da gravidez, vinham para Portugal ter os filhos temendo que se nascessem em Angola ficassem tolhidos ao acesso de muitas carreiras.

A OSA em Angola encetou ligações com a Igreja Católica, em especial com Monsenhor Alves da Cunha.

Filhos de colonos militantes da OSA sobretudo do Centro-Sul vieram estudar para Lisboa e cá fundaram a Casa dos Estudantes de Angola - Alexandre Dáskalos, Sócrates Dáskalos e Fernando Falcão.

O” socialismo mitigado” europeu do qual o mais imbecil é o português, nasceu do socialismo radical russo; disto dá-nos conta e cita-os Susana Martins (Socialistas em Oposição ao Estado Novo, ed. Casa das letras 2005) Mário Sotto Mayor Cardia, Francisco Ramos da

Costa, João Sarmento Pimentel, Eduardo Ralha, Alberto Oliveira e Silva, Mário Soares e Francisco Salgado Zenha e a maior parte da M.U.D..

Marinho Pinto, bastonário da ordem dos advogados em 15 de Março de 2000, in Diário do Centro escrevia: «A primeira ideia que se agiganta sobre Mário Soares é que é um homem que não tem princípios mas sim fins. É-lhe atribuída a célebre frase : «Em política, feio, feio é perder» ...Soares é um homem de ódios pessoais sem limites, os quais sempre colocou acima dos interesses do partido e do próprio país».

Afirma-se que a ambição do poder ditou a ruptura com o partido de cariz soviético e nada mais. A linguagem está aí: «é preciso virar à esquerda»; os ricos devem ser menos ricos para os pobres serem menos pobres, etc

Logicamente que gente fina é outra coisa!!! E se dá possibilidades aos amigos? A corte alarga-se. E do CDS-PP ao BLOCO há quem lhe chame o pai da democracia ou o pai da nossa liberdade.

Quando se deu a queda do muro de Berlim os mais atentos viram que as coisas iriam radicalizar-se nas opiniões que ainda iriam permanecer na sociedade pois a ideologia leninista caíra de vez na Europa. Permaneceram os partidos dos países terceiro-mundistas como nós, (O que iria fazer e comportar-se aquela «tropa» que sempre comeu com as revoluções? – continuar a defender os trabalhadores ignorantes e a facilitar os mais espertos).

O socialismo então no poder criou um novo partido pois os seus genes são soviéticos; matou o antigo que Salazar perseguiu e instituiu o novo queixando-se de Salazar, ludibriando assim o povo e mentindo sobre a guerra do ultramar.

Matou e perseguiu portugueses de todas a etnias, gerou 30 anos de guerra, perseguiu e matou dezenas de milhares de vítimas em Angola e operou-se o triunfo dos porcos.

A que preço?

7 -OS VENTOS DA HISTÓRIA

Após a II Grande Guerra Mundial, a divisão do Mundo em dois grandes blocos hegemónicos e a formação da O.N.U. onde, de imediato e com direito, se sentou um extenso número de novos países saídos das independências já concedidas ou a realizarem-se brevemente nos continentes Africano e Asiático, veio a ser posta em causa a legitimidade da colonização portuguesa reconhecida internacionalmente pela extinta Sociedade das Nações, consignando-se agora no novo organismo o direito à autodeterminação de todos os povos o que significa direito à independência.

De todos os intervenientes de Yalta, podemos afirmar que o mais astuto de todos foi Estaline que, aproveitando-se do cansaço de Churchill e da doença fatal de Roosevelt, encaminhou tudo como lhe convinha ou, por outras palavras, tudo correu a seu favor, conforme o prisma que visionarmos.

Ao anticolonialismo acerrimamente defendido pelas Nações Unidas responderam a Inglaterra, França, Bélgica e Holanda, concedendo a independência aos povos sob sua tutela mas preparando e procurando habilmente que a mesma não viesse afectar o quadro das suas relações e interesses económicos nas áreas, salvaguardando os seus quadros e investimentos e a continuidade de relações amistosas.

A nomenclatura oficial portuguesa suprimiu então o termo «colónia» e passou a usar o termo «estado» para demonstrar que a nossa posição era a de um país pluricontinental e pluriracial, teses que foram defendidas na O.N.U. através de brilhantes diplomatas portugueses.

A nossa posição passou a tornar-se quixotesca na medida em que a U.R.S.S. juntamente com o Bloco Afro-Asiático e o grupo dos Não Alinhados pretendiam afirmar-se nos territórios africanos, sobretudo portugueses, com o beneplácito e concordância de uma administração americana democrática, disposta a aventuras políticas novas, defendidas pelos intelectuais e teóricos de Harvard.

Juntou-se a estes o conhecido Grupo de Argel formado por portugueses que, por ódio ao regime, por valentões de garganta e vendidos a outras ideologias e com medo da guerra mas mais ainda por esperança de, no futuro, como nada fizeram na vida, conseguirem um bom lugar político, popularmente chamado “tacho”, fizeram coro com tudo o que fosse contra o regime mesmo sacrificando os portugueses e angolanos na altura e procurando posteriormente depois de saciar o ódio pelo poder, que os seus intentos ficassem garantidos e a salvo.

O primeiro golpe, inesperado, foi a tomada de Goa pela União Indiana que veio marcar o fim da presença portuguesa secular no Oriente.

A Neru juntou-se alegre e antinacional o grupo de Argel.

Seguidamente, no início do ano 61, vão eclodir as primeiras ondas de violência e de terrorismo contra a presença portuguesa em Angola, iniciadas na Capital, Luanda, mas logo depois continuadas em todas as regiões de forte presença portuguesa nas zonas produtoras de café e agrícolas. Em 63, ocorre o mesmo na Guiné e em 64 inicia-se a luta armada pelos movimentos de libertação de Moçambique.

Apoiados os Grupos Nacionalistas Angolanos pela União Soviética e pelo PCP e Grupo de Argel, incentivados por muitos portugueses exilados, rapidamente instala-se em todos os territórios ultramarinos, exceptuando os insulares, uma onda de terrorismo que assume foros de verdadeira selvajaria primária, conforme, ao tempo, o demonstrou a comunicação social.

Era o «lugar à indignação», segundo Mário Soares.

Em nome dela ocorreram inúmeros acontecimentos destes







J.F. Kennedy tinha chegado ao poder e desconhecia completamente toda a trama política que se ia desenvolvendo nos diversos blocos e embarcava, naturalmente, com seus teóricos conselheiros.

Não deixa de ser curiosa uma parte da conversa na recepção que o presidente norte-americano concedeu ao embaixador Franco Nogueira⁴⁵

«(...) Prossegue Kennedy para explicar que o problema fundamental é o de África, mas que os Estados Unidos não tem qualquer interesse naquele continente, salvo o de se oporem a que o mesmo caia sob domínio soviético. Por isso, apoiam a autodeterminação como meio de evitar a infiltração comunista, e o êxito dessa política podia ver-se no facto de que nenhum dos novos estados africanos era comunista. Digo ao presidente que discordo dessa sua interpretação: não era do interesse da Rússia que de momento qualquer dos novos Estados se proclamasse comunista: isso suscitaria o receio do Ocidente, e poderia travar este na política que está seguindo; à Rússia convém que o Ocidente continue a dar independências prematuras a territórios africanos e a abandonar o continente; e que quando todos os laços políticos entre a África e o mundo livre estiverem cortados, será então a vez de Moscovo avançar e decerto muitas repúblicas populares surgirão. Por isso... quanto mais o Ocidente, numa luta de popularidade junto do terceiro mundo, procurar ultrapassar o suposto anticolonialismo soviético, excedendo-o, mais está a submeter-se-lhe e a fazer o jogo da União Soviética. Kennedy parece de súbito preso de uma ideia que não lhe havia ocorrido antes...»

⁴⁵ Franco Nogueira, Diário Secreto, Vol.1, pag. 80

Isto ocorre em Washington a 20 de Outubro de 1961.

No final do mesmo ano no debate realizado na Assembleia Geral da O.N.U., Elbrick, embaixador em Lisboa, em 13 de Fevereiro de 1962, avisava o Governo Português de que a U.P.A. (União das Populações de Angola) iria recrudescer as suas actividades com o auxílio de tunisinos, argelinos e outros povos africanos.

Cada vez mais a situação de Portugal, por causa das pressões, estava aproximando-se dum abismo.

Por um lado os Estados Unidos tinham mentido quanto à sua interferência a nosso favor junto da Índia; por outro, exerciam pressões sobre organismos internacionais de crédito contra Portugal e por outro ainda estava a ajudar a U.P.A.

Segundo Franco Nogueira, em 20 de Fevereiro de 1962, foi entregue ao referido embaixador americano um documento que continha o texto do «acordo político» entre os Estados Unidos e a U.P.A. onde se clarificava o fornecimento de armas e de dinheiro por parte dos americanos.

Com a Rússia, 99 países na O.N.U. declaradamente contra nós e os Estados Unidos jogando sujo e na clandestinidade para não perder a base das Lajes, só milagrosamente ou jogando doutra maneira poderíamos manter a nossa vocação atlântica.

«Foi a descolonização possível... Diria e diz o PCP. e os ex-membros do grupo de Argel» agora nos partidos ou no governo para justificar a descolonização.

Alertado e alarmado, o Governo não tem outra alternativa para conter e defender a unidade nacional consagrada constitucionalmente: o recurso às armas, «rapidamente e em força». Agudiza-se a Guerra Colonial.

«Lisboa, 16 de Maio de 1962- Da longa conversa que tive com o jornalista americano Constantine Brown, registo as seguintes afirmações feitas por aquele:

a) O presidente Kennedy, ao contrário do que se supõe, é um fraco sem personalidade: está inteiramente dominado pelo grupo de que se rodeou;

b) Esse grupo é composto por uma dúzia de pessoas, e entre elas sobressaem os Srs. Rostow, Schlesinger, Bundy, sendo o primeiro o mais influente;

*c) Este grupo tem como ideal supremo: 1) apaziguar a Rússia por todos os meios; 2) sacrificar, se necessário, toda a Europa Ocidental; 3) abolir as soberanias, incluindo a dos Estados Unidos; 4) criar **um só mundo** governado pelas Nações Unidas;*

d) *Para já, em relação à Europa Ocidental, o Governo Kennedy está tentando destruir o governo do chanceler Adenauer, do presidente De Gaulle, do presidente Salazar e do General Franco;*

e) *A destruição dos Governos acima terá de ser feita até Novembro próximo, data das eleições americanas para o Congresso; se até lá Kennedy conseguir derrubar aqueles governos apresentar-se-á como vitorioso e influenciará as eleições para o Congresso; caso contrário, e como o resultado das eleições deverá ser adverso à administração Kennedy, é provável que então se dê uma reviravolta na política americana;*

f) *Por absurdo que pareça, os americanos estavam por detrás do “putsch” da Argélia e o fim era derrubar o general De Gaulle; ao General Challe havia sido garantido, no caso de vitória, o reconhecimento americano no prazo de 48 horas;*

g) *A abertura à esquerda em Itália foi recomendada e encorajada por Kennedy...;*

h) *As greves de estudantes na Turquia que levaram à queda do Governo Menderes, foram provocadas pelos americanos e não será de excluir que por detrás da agitação estudantil em Portugal e das greves em Espanha estejam principalmente os americanos;*

i) *O editorial do New York Times contra Portugal e o artigo de Lippman na Tribune contra De Gaulle e a carta de um professor americano contra o General Franco, também no Tribune, são os primeiros passos de uma campanha que vai intensificar-se;*

j).....

K) *A Rússia já compreendeu a política americana e percebeu as vantagens imensas que daí pode extrair e por isso até está facilitando este logro colossal em que o Ocidente se está deixando arrastar;*

l) *Se a presente política americana continuar por alguns anos a vitória comunista no mundo será inevitável;*

m)...⁴⁶

Por motivos ainda pouco claros, J.F. Kennedy é assassinado, supondo--se, - frente ainda à neblina que envolve a sua morte - que por interesse dos próprios Estados Unidos que pressentiram que a política iniciada por ele não era a conveniente para a nação.

Sem pompa nem circunstância, mas de forma clara e dogmática a U.R.S.S. estava senhora de uma grande parte do mundo ou, pelo menos, com o caminho aberto para tal pois foi, sem sombra de dúvida, a única potência que, ao tempo e nas circunstâncias, soube fazer a leitura correcta dos acontecimentos e da realidade do seu maior antagonista.

⁴⁶Franco Nogueira in Op. Cit. pag 119/122

A necessidade de abater (em sentido político) Salazar foi, aliás, comunicada a Franco Nogueira pelo embaixador francês Antoine Pinay, necessidade essa julgada pelos Estados Unidos e transmitida por Averell Harriman em 31 de Março de 1966⁴⁷

A própria Inglaterra fez, através de emissários «sérias advertências» e «fortes reparos» quanto à nossa tomada de posição em defesa do Ultramar e sempre se uniu aos países que longos tempos estiveram sob seu domínio contra nós.

Todo o mundo estava contra nós: os nossos aliados, os nossos amigos, os do Bloco de Leste, os americanos, os portugueses ignorantes da história e da realidade africana e à procura de poleiro político, todos respirando ódio, enfim, usando uma expressão popular, uma grande cambada.

Estávamos sós, «orgulhosamente sós».

E a guerra continuava em defesa da integridade nacional.

Do ponto de vista militar, o comportamento das forças portuguesas foi notável e, se embora fossem vítimas das táticas de guerrilha, nova forma de guerra, a que não estavam habituadas e preparadas, sempre mantiveram o domínio do território e conseguiram controlar, em Angola e Moçambique os ataques e permitir que o desenvolvimento de cada uma destas colónias fosse notável.

Para além da guerra, os nossos militares contribuíram para a construção de estradas, escolas, leccionaram, prestaram assistência médica, assistiram e defenderam populações e conseguiram destronar a guerrilha e o seu poder, estando a mesma em Angola reduzida a uma pequena área a norte de Luanda quando se deu o golpe militar de 25 de Abril.

Angola, em guerra oficialmente, estava quase pacificada pelo seu crescimento económico e pela acção psico- social da qual o General Spínola foi um dos mentores o que fez quase ruir as acções de ataque dos grupos terroristas o que eles próprios confessaram

Desenvolveu-se a extracção de diamantes e petróleo, prosseguiu a colonização no aproveitamento de espaços vocacionados à agro-pecuária, desenvolveram-se as pescas, implantou-se um considerável parque industrial, desenvolveu-se a extracção mineira e cobriu-se toda a província de uma extraordinária rede de estradas ligando os principais pontos populacionais, foi criado o ensino universitário disperso por diversas cidades donde saíram imensos técnicos que hoje se notabilizam em Portugal. Por sua vez, Moçambique lançou-se também em grade desenvolvimento sendo de salientar a construção da central hidroeléctrica de Cabora Bassa.

⁴⁷Franco Nogueira in Op. Cit. II Vol. pag 121

Ainda não está suficientemente feita a história da Guerra Colonial nas frentes diversas em que se desenvolveu e os próprios intervenientes nela discordam e divergem sobre o desenrolar da mesma por motivos diversos.

No entanto, como acontece em todas as situações de guerra e como tinha acontecido na I República, *«os sectores intelectuais e em especial os estudantes universitários, tomam parte muito activa nesse movimento de protesto; o regime de mobilização e de formação dos quadros de oficiais milicianos obriga muitos estudantes a interromper os seus cursos (se bem que fosse cumprida a formula usada para a incorporação militar: 20 + x anos de curso) ou a retardar, durante alguns anos, o início das suas carreiras mas, além destes motivos imediatos, há forte hostilidade à guerra e ao militarismo»*⁴⁸ (o destaque é nosso)

A emigração para o estrangeiro, sobretudo para países europeus, a monte sobretudo, aumentava para fugir à guerra. A intranquilidade dentro da classe militar começou por notar-se e foi do exército que partiu o movimento que viria a pôr fim ao regime e à guerra, pelo golpe militar do 25 de Abril.

O golpe que depôs o regime político corporativo e que levou à descolonização, ainda se encontra por clarificar convenientemente sob o ponto de vista histórico.

Historicamente, deu-se no tempo e no lugar. Mas as suas causas e consequências, os motivos e forças que levaram a divergir, radicalmente, do que foi o inicial Movimento das Forças Armadas, certamente que em vida de alguns vivos permanecerá no mais recôndito silêncio e resta saber se os documentos para se fazer a história existem ou foram destruídos.

Esta afirmação deve-se aos longos debates em diversas estações de televisão para comemorar os sucessivos aniversários do golpe militar e onde militares e civis intervenientes na radicalização do regime e na descolonização, confrontados com escritores, jornalistas e outras personalidades do tempo não souberam nem quiseram alguns deles explicar o curso dos acontecimentos nem as suas causas nem os erros cometidos porque os não aceitavam mostrando-se sempre nervosos, perturbados e confusos, o que mais veio fazer acreditar que, desde o início, o Movimento dos Capitães foi um movimento golpista de meia dúzia de militares que se auto-impuseram como se fosse de todas as forças armadas, puro movimento de reivindicação salarial e que depois foi aproveitado pelo partido sempre em campo e activo, embora na clandestinidade, o Partido Comunista, para levar à intranquilidade que se viveu futuramente e mesmo à radicalização e confronto da sociedade portuguesa.

⁴⁸ António Reis in História de Portugal Vol. III Dir. José Hermano Saraiva

«Entretanto a prolongada mobilização para manter e aumentar efectivos nas colónias, a fadiga e saturação dos oficiais do quadro permanente, forçados a consecutivas “ comissões de serviço “, a consciência por muitos tomada na experiência directa da guerra de que esta não teria remate viável, acentuaram o movimento em curso sobretudo dos oficiais jovens. Os quadros escasseavam, pela quebra da afluência à Academia Militar, onde, aliás, o antigo espírito de casta tendia a dissolver-se, pelo ingresso de candidatos a oficiais vindos de classes mais modestas. Ainda em 1973 foram promulgados dois decretos-lei pelos quais se facilitava o acesso ao quadro permanente de oficiais milicianos, sem prejuízo das prerrogativas e garantias dos oficiais de carreira. Efectuaram-se, mais ou menos clandestinamente, reuniões de capitães e maiores para tomarem posição contra aquelas medidas. Exposições com grande número de assinaturas foram dirigidas ao ministro do exército. E, pouco e pouco, começou a organizar-se um movimento de oficiais do quadro, de oposição à política do governo inicialmente com características profissionais, mas em breve com definição política que os mais decididos inseriram na corrente em marcha»⁴⁹

Surge ao mesmo tempo o livro do marechal António de Spínola, combatente em Angola e conhecedor profundo da Guiné onde esteve como governador-geral e Comandante Chefe das forças ali estacionadas que, na data da publicação exercia alto cargo na chefia do exército, “Portugal e o Futuro “. Neste livro, Spínola advogava uma solução política para os estados africanos bem como uma confederação e, após um período aceitável, a autodeterminação e independência.

Mereceu-lhe a obra o seu saneamento dos cargos de chefia por parte do Governo Marcelista, facto que veio a irritar o “ Movimento dos Capitães “ que por ele nutriam grande admiração, precipitando-se logo de seguida a sublevação das Caldas, que foi abortada, não acontecendo o mesmo com a de 25 de Abril que saiu triunfante.

Após a Revolta, demite-se o Governo e a Assembleia e forma-se uma Junta de Salvação Nacional que é chefiada pelo General Spínola, sendo elaborado e dado a conhecer o “Programa das Forças Armadas “, onde nada havia de reprovável quanto à liberdade, direitos e garantias dos cidadãos mas onde no nº 8, alínea a), b) e c) se lê:

8 - A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras do Ultramar é política e não militar;

⁴⁹Pedro A. Neves in História de Portugal, Vol. IV. cit. História do Mundo, Vol. 10, Ed. Alfa

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento de uma política ultramarina que conduza à paz.

Nada destas promessas e cláusulas foi cumprido.

O major Sanches Osório, membro do M. F. A., no seu livro “ O Equívoco do 25 de Abril ”⁵⁰, no prólogo diz o seguinte:

« (...) o Movimento das Forças Armadas, que mereceu a adesão do povo português, deixou de ser a expressão actuante da vivência racional para se transformar num instrumento da luta desesperada de um partido para incendiar uma sociedade disfarçando-se com flores que na realidade espezinham e com sedutoras palavras de ordem cujo conteúdo é puramente demagógico.

Se ainda alguém tem dúvidas peço que medite sobre os acontecimentos relacionados com o jornal República julgo que deixará de as ter...

É preciso que o Povo Português e o mundo saibam que o que está em curso é um processo de sovietação, sendo bem claro que o estilo de sociedade que lhe querem impor é o de Cuba ou da Albânia mas o caminho de Moscovo continua a ser percorrido!

Aos meus camaradas que se entregaram totalmente a um ideal e foram traídos por uma minoria comunista, é tempo de se darem conta do logro e do equívoco, dando-se também conta de que é tempo de reflectir e, reflectindo, é tempo de agir e participar na verdadeira salvação de Portugal».

Não pretendendo ir mais além porque seria imprudente fazer base em factos que a história um dia julgará, apenas pretendo concluir que o poder caiu na rua, o programa do M.F.A. inicial não foi cumprido, o povo não foi ouvido quanto à manutenção do ultramar encontrando a paz, a descolonização foi feita apressadamente e tão mal que, nem sequer foram acautelados já não digo nem as vidas nem os bens de gerações portuguesas residentes nas colónias ao longo de muitíssimos anos mas nem sequer os interesses nacionais a estabelecer por acordos.

Era preciso democratizar o país, descolonizar pois isso tinha sido tentado várias vezes, como reza a história mas fazê-lo com conta peso e medida, com inteligência, procurando um “ modus vivendi “ compatível e desejável entre todos os habitantes das colónias de que muito beneficiou e beneficiaria a Nação.

⁵⁰Sanches Osório, in O Equívoco do 25 de Abril, Livraria Francisco Alves

Por advogar isso, caiu o Governo do General Spínola que pretendia pelo menos, cumprir o Programa das Forças Armadas tão bem aceite pelos portugueses.

Sanches Osório, na obra citada, diz inclusivamente:

«Fui mantido ao corrente das dificuldades da elaboração do programa pelo Ten. Cor. Costa Brás, que se queixava do Major Melo Antunes pretender uma descolonização imediata (compromisso com a plataforma de S. Pedro de Muel) enquanto ele era apologista de um processo de descolonização mais calmo (Programa para a Democratização da República)».

Pela inépcia política e servilismo partidário, as colónias ficaram entregues à sua sorte, à guerra tribal, à fome e à morte de milhões de africanos.

Se a África começou mal pela Conferência de Berlim que traçou fronteiras à régua e compasso amalgamando grandes nações numa só colónia, o desconhecimento, incapacidade e o ódio dos descolonizadores portugueses à realidade nacional ditou todas as tragédias que advieram e estão presentes ainda no antigo espaço português.

O poder e os destinos desses povos foram então traçados pela vontade de ineptos portugueses cheios tanto de ódio como de pressa política: entregaram o poder não aos que lutaram ou sonharam por uma manhã de liberdade, como “ os meninos do Huambo “ mas àqueles que eram abertamente comunistas, como se verificou em Angola, Guiné e Moçambique. Os povos africanos ficaram longe da decisão. Por isso, durante 30 anos, as guerras civis em Angola e Moçambique devastaram estes novos países que sonharam ser ricos e prósperos; grupos guerreiam outros grupos na ânsia de impor o controlo dos movimentos políticos rivais às populações libertas do “execrando” domínio colonial.

Organizadas, armadas e manipuladas por governos estrangeiros, estas hordas em guerra converteram as novas nações em campos de batalha. As conversações de paz sucedem-se periodicamente em lugares longínquos e negociam uma divisão do poder político entre as facções rivais à revelia do pobre povo, poucas vezes ou nunca tendo em conta o bem-estar dos milhões de pessoas que hão-de ser governadas. O povo deixou de sonhar e esperar; tenta apenas sobreviver. Estimam-se em seis milhões de pessoas os que em Angola e Moçambique se viram obrigados a abandonar as suas casas e a procurar asilo noutros países. Abandonaram tudo: casas, haveres e família. Foi esta a descolonização feita. Não foi a independência de Portugal sonhada anos atrás.

Voltamo-nos para o continente, reduzimos o nosso espaço marítimo aos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Mas a verdade ainda se não vislumbra nem sequer se antevê claramente o fim. Se o fascínio Europeu nos tem trazido vantagens económicas as mesmas têm sido, internamente, contestadas. Do mar reduzido que agora temos é bom que se saiba dele tirar proveito, bem como das ilhas que possuímos.

No entanto, oportunistas e muitos militares da intentona tentam voltar a África como comerciantes de bens e serviços; alguns conselheiros da revolução que tornam-se aliados dos novos senhores da guerra e juntam-se a outros com o nome pomposo e cristianíssimo de cooperantes, afirmando-se parceiros ideais para os povos africanos junto dos outros países europeus etc. instalando o neocolonialismo.

Deolinda Rodrigues, dirigente do MPLA, nos anos 60, (Diário de um Exílio sem regresso, pg. 155) citada por Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus em Purga em Angola - 0 27 de Maio de 1977, pg 72 afirma:

«Os dirigentes não devem cometer abusos de poder (...) acumular roupa, botas, etc. destinadas aos guerrilheiros, não comer a farinha que se diz para as missões, não dar às amigas a comida destinada aos guerrilheiros, não fazer trifulhada com as encomendas enviadas aos guerrilheiros.»

Jorge Fernandes, engenheiro, em entrevista, citado pelos autores de Purga em Angola já citados, pg.72 diz:

«Roubavam à grande e à francesa, aproveitando-se dos cargos que tinham. Importavam grandes carros argumentando que no tempo da guerrilha, tinham tido grandes dificuldades e, por isso, agora tinham direito àquelas coisas».

Carlos Pacheco, historiador, amigo pessoal do ideólogo Melo Antunes em entrevista citado na mesma obra e pelos mesmos autores afirma:

«Quantas e quantas denúncias se fizeram ao presidente Neto sobre a corrupção, mas Neto nunca, nunca, mas nunca castigou essa gente. Pelo contrario: Nalguns casos terá castigado o denunciante».

Agostinho Neto, num discurso proferido no dia 12 de Junho de 1977 faz questão de declarar:

«Anunciaremos o nomes dos portugueses que estão presos neste momento porque também estavam a colaborar com o golpe de estado (...) Pertenceram a partidos de esquerda em Portugal». E acusa também militares de Abril (...) «Fugiram de Portugal e quiseram pedir-nos asilo político, dizendo que eram progressistas. Nós concedemos asilo político (...) A sua

respostas foi entrar em conspirações com o MPLA»(discurso transcrito em O Jornal de 14.6.977 em Purga em Angola, dos autores atrás citados).

E ocorre o 27 de Novembro.

As informações da DISA e jornais estabelecem entre 30.000 a 40.000 as vítimas da purga.

Há quem acredite, acaso, que o grupo de Alvor desconhecesse o antes e depois do 25 de Abril?

Mas a verdade ainda se não vislumbra nem sequer se antevê claramente o fim. Se o fascínio Europeu nos tem trazido vantagens económicas as mesmas têm sido, internamente, contestadas. Do mar reduzido que agora temos é bom que se saiba dele tirar proveito, bem como das ilhas que possuímos.

Ficou quase até hoje uma tremenda ferida aberta do retorno ao continente: Timor. Mas é até razoável inquirir: se entregamos à morte pelas armas, pela fome e pelas doenças centenas de milhares de portugueses africanos e os abandonamos a terceiros, será que esta pequena ilha vai ficar como monumento maravilhoso de remorso pelo mal que foi feito por não termos sabido conduzir inteligentemente, um processo, nós, que nos arrogamos tantas vezes, alicerçados na história, de sermos sábios e génios nas relações com os povos?

O tempo resolveu o assunto. Timor está independente.

Se Portugal se afirmou como Nação e Estado pelo mar; se o mar, desde sempre, foi a causa da nossa afirmação; se o poder e grandeza de Portugal provinham do mar e das suas possessões ultramarinas; se Portugal se afirmou perante tudo e todos como Nação Atlântica Global; se, desde sempre, o mar constituiu a sístole e a diástole da Nação, ao voltar ao ponto de partida, a um terreno do qual saíra em busca de melhores condições mas praticando nessa diáspora feitos grandiosos, militares, náuticos, científicos, literários, artísticos, económicos, sociais etc. embora, humanamente, tenha cometido erros de maior ou menor valia, sofreu um trauma abissal pelo desencontro psicológico dentro da sua identidade íntima

Como diria o presidente Lula da Silva, o país virou uma merda, mesmo assim com um enxame de moscas políticas sugando-o na sua pobreza.

O retorno foi confuso e marcado pela anarquia, pelo aparecimento de sofistas modernos, por uma tentativa de encontrar um rumo em dia de denso nevoeiro, sem carta e sem bússola de arregimentar partidários.

Regressado ao continente, os medos de antanho já morto por afogados no mar, ressuscitaram, *mutatis mutandis*, com outro figurino.

Disto nos apercebemos no sofisticado discurso dos políticos e na sanha e posições da população contra os retornados, brancos ou negros, fosse quem fosse.

E ainda se vive esta situação

Qualquer reflexão séria e analítica leva um cérebro independente, entre diversas, a uma conclusão: o povo sente-se incómodo por dependente de uma Europa de que cedo se afastou.

A Terra cresceu e desenvolveu-se com o mar.

Houve trabalho, sonhos, felicidade, avanços e frustração. E é simples fazer esta constatação física:

- os modernos estaleiros que se construíram;
- o Complexo Industrial de Sines;
- a siderurgia;
- as múltiplas fábricas de tecelagem;
- as diversas fábricas de calçado;
- as diversas manufacturas de grande ou pequeno porte de diversos bens quer metálicos, quer cerâmicos ou de qualquer outro tipo.

Foi o período áureo português desde meados dos anos 60 a 74 !

Com o retorno à Europa e pela política seguida após o golpe militar, uma grande parte da indústria gerida pela competentíssima esquerda portuguesa que dela ficou dona e senhora por 3 anos, derrocou, outras foram atacadas por uma paralisia que as levou a definharem-se até à morte.

Nessa altura, na época colonial, não havia desemprego.

Contra aqueles que se escudam no recrutamento de gente para continuar a guerra do ultramar, deve-se, conscientemente, contrapor que muita e muita gente se ficou por lá, sem medos nem ideologias, agarrados ao seu trabalho em novas paragens, buscando a sua promoção económica e social evidentemente, mas contribuindo para o cada vez maior fortalecimento e desenvolvimento das possessões ultramarinas: professores universitários e secundários, médicos, juristas, engenheiros e um sem fim de gente que tomaram lugar na indústria, comércio, pesca, agricultura, pecuária, serviços de transporte etc.

Como em tempos não muito recuados, o ultramar constituía agora não um campo de fuga a crises económicas mas um vasto campo de iniciativas pessoais e de realização própria.

Pelo nosso mar vinha de longe o que era nosso, trabalhado e suado: algodão, café, alguns cereais, carne, frutos, produtos lácteos, madeiras ricas, metais, petróleo, diamantes, mármore etc.

Portugal rico de matérias primas e de zonas estratégicas, que lutou na Conferência de Berlim e na Flandres em defesa da sua unidade «em pedaços pelo mundo repartida», impunha-se ao mundo como país rico, colocando-se ao lado das maiores potências ainda que lhes tivesse que falar em pontas de pés.

E foi pela grandeza desse espaço marítimo que os seus inimigos lutaram contra ele nos areópagos políticos de decisão, municinando com armas os seus inimigos, dando novas ideologias aos povos desses espaços e a muitos portugueses (porque não?), acabando por conseguí-lo por intermédio de muitos portugueses.

Findo o ciclo colonial ou, como outros dizem, do império, Portugal viu-se a braços com uma crise de confusão que qualquer psicólogo classificaria, talvez de crise de identidade, em busca da direcção correcta a seguir, embora surgissem novos alquimistas prometendo também o pó milagroso para transformar a pedra em ouro: foi o período gonzalvista.

Curiosamente, um personagem ligado à C.A.P. que poucas vezes aparece em noticiários e cujo nome, por isso não recordo, fez num dos canais televisivos uma análise à situação da agricultura portuguesa e não só, por ocasião de uma reunião do Conselho de Concertação Social e focou as causas do nosso atraso em relação aos “doze” e ao descontentamento que se generalizou quanto à C.E. :

- a não adesão de Portugal ao Plano Marshall;
- a não adesão de Portugal à C.E.E. de início (17 anos decorreram entre o Tratado de Roma e a nossa adesão);
- a era gonzalvista marcada pela estatização violenta dos meios de produção industrial e banca;
- a ocupação, na mesma era, da terra, deteriorando e arrasando os meios técnicos de produção agrícola muitos dos quais hoje ainda jazem, destroçados ao sol e à chuva;
- a falta de informação atempada para uma mudança de mentalidades sobre a próxima adesão à C.E.E. indicando detalhadamente as transformações e reconversões agrícolas e industriais a fazer e ainda as políticas, como se procedeu na vizinha Espanha;

Atentar hoje nesta verdade nunca dita: o avanço dos então “10” que durante 17 anos antes de nós, receberam subsídios para modernização de todos os meios de produção e não só como nós agora recebemos, o que os coloca num estado avançado e nós num pelotão secundário, porque eles continuam a receber também como nós, e se mentalizaram preparando a nova era.

Vieram os medos, dissemos atrás, por falta de informação sobre a reconversão e do que implicaria um novo espaço económico e comunitário sobretudo.

Ressuscitou o medo espanhol que começou por invadir o país com os mais diversos produtos: alimentares, químicos, de uso doméstico, gasolineiras, de carácter técnico, domínio, só ou em parceria, de organizações bancárias, de seguros, de serviços, grandes superfícies comerciais, etc.

Antevê-se e não se entende uma limitação de independência nacional pela quebra de autoridade numa Europa cada vez mais exigente e rígida.

Todos estes medos provêm de uma falta de esclarecimento atempado, do que se vai verificando entre os membros da Comunidade e ainda das visões políticas que cada partido difunde :uns aplaudindo-a outros odiando e combatendo-a-

Curiosamente o Engº Beja Neves, ex-director da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, na Revista da Ordem dos Engenheiros (Maio/-Junho 94) tem afirmações curiosas que resumem aquilo que ao longo deste livro temos vindo a afirmar com base nos autores citados no mesmo. Quanto à agricultura afirma:

«Há que ter presente que as condições de Portugal para crescer economicamente não são favoráveis do ponto de vista da disponibilidade e facilidade de utilização dos seus recursos naturais, É assim quanto à agricultura e quanto à indústria. Evidentes e mais fáceis aptidões na área do turismo constituirão excepção que talvez venha a ter paralelo no uso dos recursos do mar»⁵¹

Reportando-se ao «querer », diz:

«A adesão de Portugal à Comunidade Europeia só poderá vir a alcançar, plenamente, significado e sentido prático da mais alta importância, se o país atingir, em tempo útil, níveis de crescimento e capacidade designadamente económica que se aproximem dos níveis comunitários..... A Comunidade tem concorrido para que assim aconteça, pondo à disposição de Portugal recursos financeiros consideráveis. Para além desta circunstância, extremamente valiosa como oportunidade histórica a não perder, o nosso país terá que contar - exclusivamente - consigo próprio, por mais amplas que sejam as cooperações que estabeleça»⁵²

Estas mudanças por rápidas e inesperadas - a perda do império e o retorno ao continente - a falta, premeditada ou não, mas notável, de amplo esclarecimento público, sobre o novo espaço europeu, leva a maioria da população a sentir-se perdida num espaço que, metaforicamente claro está, nunca calcorreou nem pisou.

⁵¹Beja Neves in Revista da Ordem dos Engenheiros, nº 78, Maio/Junho 1994., pag 27

⁵²Beja Neves in op. cit.

O que conhecia era o mar, os largos horizontes, as longínquas terras que ou pisaram ou algum familiar pisou e que lhes foi transmitida como herança pelos seus avós.

Portugal, sem o mar, perdeu o direito de se pôr a clamar nas pontas dos pés com os mais poderosos afirmando-se quanto podia, tornando-se, a partir desse momento, dependente de uma comunidade.

Muitos da intentona do 25, e outros políticos civis que os acompanharam e incentivaram voltaram a ser os nobres capitães donatários de outrora, entregando-se ao comércio ultramarino vendendo armas, roupas militares, representando firmas, surgindo ricos, com cara à vista e não oculta.

Nunca tiveram porém sobre eles uma Operação Furacão. Até hoje!!!

Portugal regressou, 5 séculos depois, ao passado original, passado esse de ousadias e temores, de história de heróis e de aventureiros sem escrúpulos, de santos e de pecadores, de sábios e de humildes e que apenas lhe servia como ponto de partida e de chegada.

Vê agora o futuro sombrio pelo que, muitas vezes, lhe disseram e afirmaram e lhe prometeram porque o ódio político aliada à ignorância histórica conduziu à situação de hoje

Nuno Fernandes, em Crónica de Uma Crise Anunciada, a 25 de Dezembro de 2008, escrevia entre outras coisas:

8- CONSEQUENCIAS DA DESCOLONIZAÇÃO EXEMPLAR

Após a revolução de 25 de Abril de 1974 foi repetido até à exaustão que o Portugal metropolitano não precisava das colónias e que isso era visível nas trocas comerciais mantidas no âmbito da EFTA.

Isso significava que já nessa altura o volume de trocas comerciais mais importante era o registado com o resto da Europa e não tanto com o conjunto das colónias.

Os revolucionários afirmavam que ao contrário do que o Estado Novo apregoava, o império colonial português constituía um peso sobre a economia nacional que impedia o seu desenvolvimento e progresso.

Portanto os responsáveis do 25 de Abril chamaram a si como objectivos essenciais os chamados 3 D's : Descolonizar, Democratizar e Desenvolver. A nível da reeducação das massas no sentido da aceitação de um Portugal "pequerrucho".

O caso português tem mostrado claramente em que medida a importância dos impérios coloniais europeus residia no facto destes possibilitarem a constituição de mercados económicos nacionais alargados.

O que é uma imprecisão nada inocente é a tese de que o custo económico da manutenção do império, impedia o desenvolvimento nacional.

Ideias como esta serviam antes de mais os interesses da esquerda portuguesa e das potências estrangeiras, que numa perspectiva neo-colonialista pretendiam substituir Portugal como nação colonizadora. Dessa forma poderiam controlar por intermédio das suas grandes empresas, recursos chave (como o petróleo) e influenciar as novas elites políticas indígenas dos países independentes (muitas vezes afectados por guerras civis e corrupção).

Contrariamente ao muito propagado após a revolução, Portugal no início dos anos 70 possuía uma economia florescente, onde existiam grandes grupos económicos ligados à Banca e à Indústria que em termos relativos eram muito maiores e importantes à escala internacional do que agora. Aproximadamente 75% do PIB (produção de riqueza) nacional era da sua responsabilidade.

A título de exemplo a Companhia da União Fabril (CUF) era na altura uma das maiores 200 empresas mundiais e a maior da península Ibérica (isto também em parte porque o conflito de classes preconizado pela esquerda tinha precipitado a Espanha numa guerra civil devastadora).

As colónias portuguesas constituíram até 1974 um vasto mercado interno fechado, exclusivo das grandes indústrias nacionais que assim se podiam capitalizar e expandir livremente sem enfrentar a feroz competição estrangeira.

O conjunto do chamado "espaço económico português" tinha uma população de mais de 35 milhões de habitantes, uma apreciável taxa de natalidade e vastos recursos económicos à sua disposição. Tudo isto criava grandes perspectivas de um crescimento continuado.

Na altura do 25 de Abril a esquerda portuguesa propagandeou também intensamente o facto de que a guerra colonial absorvia 40% do orçamento de Estado e de que era um dos principais factores que impedia o crescimento económico da metrópole

Baseando-me a título de exemplo no artigo de Maria Fernanda Rolo, "Sucessos e Impasses do Reformismo Económico" gostaria de transcrever algumas passagens clarificadoras:

"nos anos 60 portugueses a taxa de crescimento do PIB andou pelos 7% (média anual) e da Indústria ultrapassou os 9%" e "é em 1957 que são lançadas as bases do desenvolvimento económico da década de 60 e é ainda naquele ano que tem início a década e meia (1957 - 1973) que ficou conhecida como os anos dourados do capitalismo Português".

Isto é menos estranho do que possa parecer se pensarmos por exemplo em Angola que em 1970 tinha o quinto maior PIB de África, atrás salvo erro só da África do Sul, Nigéria, Egipto e Quénia que são países com populações muito mais numerosas.

Isto significa que mesmo tendo em conta os custos da guerra colonial, se procurasse a paz e a manutenção do império mais do que compensava em termos económicos.

Tudo o que aqui escrevi põe a nu a grande mentira em torno da urgência da descolonização em 1975. A situação estava sob controlo e existia tempo suficiente para efectuar uma descolonização que salvaguardasse os interesses de todos, dos indígenas, colonos e de Portugal. O sofrimento e perdas de vidas que a descolonização imediata ocasionou estão para

além do concebível a quem a não experimentou. A transferência do poder para movimentos de libertação que a única vontade que possuíam era a expulsão dos portugueses (visto representarem grupos étnicos não representativos de toda a população), sacrificou à partida a manutenção de qualquer influência portuguesa significativa após a independência.

Recentemente consultei um livro de estatísticas americano que indicava que o peso da indústria do turismo em Portugal representava mais de 65% do PIB, sendo, salvo erro, o país a nível mundial em que essa actividade tinha mais peso no conjunto da sua economia. As indústrias tradicionais ligadas à produção agrícola, de conservas, têxteis e calçado estão neste momento muito enfraquecidas ou "arrasadas" pela concorrência externa. O sector da construção civil tendo-se expandido um pouco para Espanha, enfrenta dificuldades extremas ligadas à conjuntura e na verdade sempre dependerá sobretudo do mercado interno português. Como não se trata de uma indústria exportadora por excelência e emprega maioritariamente mão-de-obra estrangeira, perto de 40% dos capitais investidos (os salários pagos) são reencaminhados para o exterior. Isto significa que a competitividade económica portuguesa apoia-se quase exclusivamente no baixo custo da sua mão-de-obra na área dos serviços ligados ao turismo.

Se os esquerdistas acham que tanto foi alcançado após o 25 de Abril, o que poderia ter sido se a dita revolução nunca tivesse ocorrido e 1974 marcasse sim o início de um conjunto de reformas (tão lentas quanto necessário) a par de um processo de autodeterminação do espaço colonial onde os interesses de todos os portugueses de cor ou não, tivessem sido protegidos. A forma como a revolução foi conduzida levou a que quase todos sofressem, à excepção dos interesses externos que acabaram por ser os grandes favorecidos»

Devia, como no filme “Tempestade sobre New York “, dizer-se a um político quando fugisse à verdade e entrasse em defesa da sua ideologia e olhasse apenas para o seu umbigo e interesses, o desabafo de um senador representado como personagem sensata - « era bom poder dizer a estes palradores do senado e seus partidários pseudo-intelectuais o mesmo que dizemos à nossa consciência e a um cão: senta-te aí e fica calado».

Passados que foram os ventos destruidores da história resta apenas, como nação atlântica que continuamos a ser pela fronteira, manter na terra o sentimento principal que tivemos no mar: a esperança, o querer, e a perseverança.

Fomos, somos e queremos ser, com certeza, um grande povo se quisermos e não nos deixarmos enganar e sobretudo de não nos deixarmos embalar nas palavras derrotistas contra o passado imperial de nação que outra coisa não pretendem que lançar-nos outra vez num fosso sem saída de politiquice idiota, sem nexos, mentirosa onde quem volta a perder é o povo.

A pureza do 25 de Abril, liberdade e democracia são de aplaudir.

A metamorfose mentirosa e de ódio e inveja dos descolonizadores implantaram em Portugal uma democracia maquiavélica e carnavalesca, de uma liberdade discutível e irresponsável, de um fórum de idiotice e onde quem tem valor fica sentado em casa e deixa correr ou sai para fora para ser homem e ter mérito.

9- EPÍLOGO

O que trouxeram os vendilhões?

- Um país à beira da bancarrota.
- Um país dividido.
- Um país de constantes movimentos anárquicos. - Voltamos à má educação parlamentar da 1ª República e à selvajaria do Gonçalvismo.
- Um país sempre reclamando e em greves.
- Um país de pneus a arder nas estradas.
- Um país de obstruções de vias-férreas.
- Um país de sindicalismo truculento e analfabeto, sem ideias e revolucionário sem sentido.
- Uma edição do início do Sec. XIX.
- Um país de desemprego.
- Um país de contestatários ignorantes em nome da democracia.
- Um país atrasado intelectual, industrial, qualitativa e comercialmente.
- Um país onde quem puder... tenta salvar-se e salva-se
- Um país onde, cada vez mais, quem é bom, emigra.
- Um país onde poucos lutam pelo bom senso; e se o tem... calam-se
- Um país que abdicou completamente da sua frota comercial e pesqueira de longo curso para não pensar no mar.
- Um país onde cada um é rei, eleito pelo 25 de Abril (pensam muitos assim).
- Um país de analfabetos e iliteratos, que se acham sábios.
- Um país que anda no fio da navalha da loucura.
- Um país onde as crianças nascem e crescem sem fé no amanhã.

- Um país onde alguns, em nome da democracia e da liberdade, afirmam ter libertado as crianças e povos africanos, mas calam os que ficaram mutilados, se exilaram para fugir à guerra e atrocidades, foram consumidos por doenças já quase extintas, onde a fome dizima milhares onde tudo era abundância, onde penetrou novamente a ignorância quando a educação avançava etc. e, sobretudo, abandonaram os seus irmãos entregues à sua sorte.

- Um país onde quem pode criar trabalho, foge para outro lado.

- Um país onde quem diz que os portugueses exploravam pretos, se tornou no novo empresário democrata, não paga salários nem impostos, escraviza africanos e europeus de outras nacionalidades, não se preocupa com a segurança no trabalho, liquida e abre empresas a seu belo prazer, etc. etc. etc.

Os exploradores e os necrófagos estão cá E em que número!!!

Em nome desses muitos meninos que procuravam “os minino” para recolher os seus livros e que em troca lhes queriam prestar serviços mas que acabavam por ser amigos e companheiros, dos muitos que morreram por fome ou doença, dos que nasceram posteriormente sem horizontes, dos que ficaram sem membros pelas minas que o exercito português deixou armazenadas sem destruir, e entregou ao MPLA, dos que vagueiam pelas ruas pedindo esmola ou roubando para sobreviver, deixo aqui o poema de Rito Pais “ Meninos da Rua “ in revista “ Eco das Missões “ de Junho de 2003 aos vendilhões do Império e aniquiladores de gerações:

“ Nós somos o remorso
De tua consciência tranquila.

Nós somos a legenda sem palavras
De tua hipocrisia.

Nós somos o teu retracto autêntico
Quando não pões a máscara.

Nós somos a resposta
Ao teu compromisso humanitário.

Nós somos a síntese lógica
Das tuas premissas filosóficas.

Nós somos o país real
Do teu paraíso imaginário.

Nós somos a gorjeta social
Da tua compaixão colectiva.

Nós somos os actores da rua
No palco da tua comédia.

Nós somos o contentor do povo
Para os teus excedentes consumistas.

Nós somos a realidade sociológica
Da tua ficção de felicidade.

Nós somos a tua declaração
Dos direitos da criança.

Qual será a glória, a vaidade e orgulho destes portugueses?

BIBLIOGRAFIA

António Sérgio, *Introdução Geográfico- Sociológico à História de Portugal* Clássicos Sá da Costa, 1974

Maria M. Ferrão, *Sábado dos Descobrimentos*, nº69, Sábado de 30.Set. 89

Pedro Almiro Neves, Ana Lúcia Pinto, Célia Pinto do Couto, *História de Portugal - Textos e Documentos*, Porto Editora

Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, Vol. I e II, Publ. A. Estudos Militares Camões, *Lusíadas*

Maria E, Santos, M.A. Cruz, Artur Matos Rosa, M.E. Madeira Santos, Jorge Couto *Rotas da Terra e do Mar*, nºs 1/10, Revista Publ. Diário de Notícias

C.R. Boxer, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Edições 70, Lisboa, 1969

Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Ed. Sá da Costa 1962

José M. Garcia, José Sarmento Matos in *Oceanos* nº 8, 1991

Joel Serrão in *Dicionário de História*, Iniciativas Editoriais, Lisboa

Franco Nogueira, *Diálogos Interditos*, Intervenção

António Reis in *História de Portugal* dir. José Hermano Saraiva

Sanches Osório, *Equívoco do 25 de Abril*, Livraria Francisco Alves

Beja Neves, *Revista da Ordem dos Engenheiros*, nº 78, Maio/Junho 1994

Fotos- Internet Google

Autor: Davidmartins-de-sousa

Página personal: <http://DavidMartinsDeSousa.bubok.pt>

Página del libro:

<http://www.bubok.pt/libros/1090/O-Exodo-da-Terra-Prometida>

A obra narra a saga dos colonos portugueses em Angola, no Colono da Ceta, alguns episódios da vida e de personagens, a formação do Império Colonial segundo a História, o comluio dos bastidores para a entrega do mesmo, e a causa da descolonização no momento actual do país.

